



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Julyana Gomes dos Santos

INTERAÇÕES ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA FEIRA DE CASA AMARELA - RECIFE/PE

Recife
2013



Julyana Gomes dos Santos

**INTERAÇÕES ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO COMÉRCIO DE
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA FEIRA DE CASA AMARELA – RECIFE-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de Mestra em Geografia.

Prof. Dr. Jan Bitoun
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira de Carvalho
(Coorientador)

Recife
2013

Catálogo na fonte

Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S237i

Santos, Julyana Gomes dos.

Interações entre os dois circuitos da economia urbana no comércio de gêneros alimentícios da feira de Casa Amarela - Recife-PE. / Julyana Gomes dos Santos. – Recife: O autor, 2013.

128 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.Dr. Jan Bitoun

Coorientador: Prof.Dr.Luiz Eugênio Pereira de Carvalho

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.

CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

Inclui bibliografia e anexo.

Julyana Gomes dos Santos

**INTERAÇÕES ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO COMÉRCIO DE
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA FEIRA DE CASA AMARELA – RECIFE-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de Mestra em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jan Bitoun
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira de Carvalho
1º Examinador (Coorientador - UFCG)

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic
2º Examinador - UFPE

Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves
3º Examinador – UFPE

Profa. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes
Suplente – UFPE

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias
Suplente - UFCG

Aprovada em 26 de março de 2013

Dedico este trabalho àqueles que ainda sonham!

AGRADECIMENTOS

Ao término de um trabalho é sempre gratificante poder agradecer, podendo até parecer redundante, mas é exatamente esta a sensação, tanto para com aqueles que participaram diretamente do processo de desenvolvimento da pesquisa, quanto àqueles que de uma forma ou de outra também contribuíram!

Desta forma, sou muito grata ao meu orientador, Professor Jan Bitoun, que mesmo diante de uma demanda exaustiva de ocupações que um professor universitário está fadado a cumprir, conduziu a orientação da nossa pesquisa de forma substancial, me ajudando a definir os caminhos a trilhar.

Também é incomensurável minha gratidão ao coorientador e amigo, Eugênio, que me acompanha desde o primeiro período da graduação e faz parte da minha construção enquanto Geógrafa.

Grata ao Professor Claudio Ubiratan, ou Bira, que me acompanhou mais de perto na graduação, mas que também fez questão de estar presente no processo da Pós, lembrando-me sempre da complexidade e responsabilidade em dar conta do ser Geógrafo, também procurando compreender sobre o que me debruçava.

Agradeço aos Professores que fazem a Pós-Graduação em Geografia nesta Universidade pelas diferentes colaborações, em distintos aspectos/abordagens da construção de uma dissertação; aos quais represento pelo Professor Nilson Crocia, que dedicou algumas conversas sobre o que me propus a estudar.

Agradeço a Saulo, amigo da Geografia que se dispôs a ler o que havia produzido e discutir comigo, numa construção crítica que é bastante relevante no processo muitas vezes solitário, no qual o pesquisador se encontra, entre leitura e escrita, sem um olhar “de fora”. Também agradeço às amigas Betânia, Joice e Danuza, por tudo o que compartilhamos.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelos quase dois anos de bolsa, mesmo com a defasagem em que a mesma encontra-se.

Gratidão aos meus pais (Marilene e Elias, aos quais também dedico minhas conquistas) e meus irmãos (Mariana e Artur), que de diversas formas estiveram do meu lado; assim como meu namorado, Eduardo, que sempre dividiu tudo comigo.

Agradeço ao Mestre Julio Kushida e aos colegas que participam do Kung Fu Shaolin do Norte, pois as interações que envolvem a prática e a filosofia da arte marcial também contribuíram/contribuem, sem dúvida, tanto no meu processo individual quanto no coletivo.

Por fim, minha mais ampla gratidão àqueles que dão tom a este trabalho, os feirantes!

*“O acúmulo é uma resistência contida em si mesma, e as técnicas floreadas fortalecem a resistência.
[...] O conhecimento é um ponto fixo no tempo, enquanto o conhecer é contínuo.
O conhecimento vem de uma fonte, de um acúmulo, de uma conclusão, enquanto o conhecer é um movimento”
(LEE, 2005, p. 29).*

RESUMO

A complexidade de interações existentes no cotidiano da cidade faz com que preponderantemente nossa observação do espaço circundante seja banalizada. Estudos que se debruçam sobre o funcionamento do pequeno comércio, considerando-os como importantes peças que devem ser valorizadas para a vida de relevante parte da população que ocupa as cidades, assim como estudos que se voltem para o relacionamento entre as hierarquias no que concerne ao comércio, são escassos, apesar de serem de grande importância para considerável parcela da população. Nosso estudo teve como objetivo principal analisar as interações existentes entre *os dois circuitos da economia urbana* (superior e inferior), através do comércio desenvolvido na feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela – Recife/PE, sob a luz das discussões realizadas por Santos (1979) no tocante a esta teoria. Para tanto, fez-se necessário o esforço de compreender as variáveis do período atual para relativizar as questões acerca dos dois circuitos colocadas pelo autor, como as substanciais modificações no mundo do trabalho advindas da flexibilização, repercutindo, de uma forma geral, na precarização do trabalho, tanto no circuito inferior quanto no superior. Procuramos então, caracterizar o comércio de gêneros alimentícios realizado na Feira de Casa Amarela, levando-nos também a caracterizar alguns atacadistas do CEASA-PE, assim como entender o comércio existente neste espaço, a fim de compreender as interações existentes no relacionamento entre as partes – feira e CEASA-PE. Nesta empreitada, foi imprescindível atentar para o fato de que, apesar das significativas mudanças tanto na economia nacional (ampliando o acesso da população a alguns serviços e também ao crédito), quanto no funcionamento do mercado de trabalho no Brasil, o trabalho permanece precário e desvalorizado para a população pobre, mas também é precário para a população com qualificação, através de uma flexibilização institucionalmente aceita, com o contrato por tempo determinado ou por serviço prestado etc. No relacionamento analisado, pudemos observar o quanto imbricadas estão as práticas realizadas na feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela às práticas realizadas no CEASA-PE, onde a primeira está submetida hierarquicamente abaixo da dinâmica desenvolvida pelo segundo, numa dinâmica onde se reproduz a precarização do trabalho e onde ao mesmo tempo possui persistência e relevância o funcionamento de espaços como a feira livre, mesmo não havendo um reconhecimento do valor que a mesma tem sobre a dinâmica espacial.

Palavras-chave: Feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela. CEASA-PE. Circuito inferior e circuito superior. Precarização do trabalho.

ABSTRACT

The complexity between existing interactions in everyday city makes preponderantly a trivialized observation of the surrounding space. Researches focusing about the operation of small business, considering them as important pieces that should be valued for a relevant part of living population occupying the cities, as well as researches turning into relationship between the hierarchies concerning the commerce are scarce, although they're still relevant for a considerable portion of population. Our research had the main objective to analyze the interactions between the *two circuits of the urban economy* (upper and lower), developed through the commerce of foodstuffs marketplace at the Casa Amarela – Recife/PE, under the light of discussions held by Santos (1979) with relation to this theory. Therefore, it became necessary a certain effort to understanding the variables in the current period to relativize specific questions about these two circuits raised by the author. In this sense, we note the substantial changes in the world labor stemming from the flexibilization, which modified both the lower circuit as the circuit above, within the variables it implies, reflecting, in general, the instability of labor, whether in one or the other. Then we searched to characterize the foodstuffs commerce realized at the Casa Amarela marketplace, leading us to also to characterize some of the wholesalers of CEASA-PE, as well as understand the active business at this place, in order to understand the living interactions in the relationship between the parts – marketplace and CEASA-PE. In this endeavor, it was essential to alert by the fact that, despite the significant changes both in the national economy (increasing people's access to some services and credits) as in the functioning of the labor market in Brazil, the labor remains precarious and devalued for the poor classes, also to the qualified people through a flexibility accepted institutionally, with the fixed-term contract or provided services etc. As a method, we are guided by discussions of Santos (2009) about the systems of objects and systems of actions, trying to give special attention to the market in particular, but also to CEASA-PE as the objects in the space that we chose to analyze; dedicating important part of our analysis to the merchant practices, who were quite revealing concerning about the market functioning, at the same time that the wholesalers practicing are revealed therein. In these interactions, we could observe how intertwined are the practices carried at the Casa Amarela foodstuffs marketplace with the respective CEASA-PE practices, where the first subject is hierarchically below the dynamics developed by the second, such dynamics that reproduces the precariousness of labor and spaces like the street free-market, not recognizing that it has on the spatial dynamics.

Keywords: Casa Amarela foodstuffs marketplace. CEASA-PE. Lower circuit and upper circuit. Precarious labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS ACERCA DA DINÂMICA DO ESPAÇO ECONÔMICO.....	18
1.1 O CONTEXTO DO TRABALHO E SUAS PERSPECTIVAS – DA TEORIA À PRÁTICA.....	19
1.2 Os DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA.....	29
1.3 A LITERATURA ACERCA DO TEMA.....	41
2. CAPÍTULO II – O ESPAÇO EM QUESTÃO	59
2.1 PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO ESTUDADO – RECIFE E CASA AMARELA.....	59
2.1.1 Os Dois Circuitos e o Recife.....	69
2.2 CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA.....	73
3. CAPÍTULO III – OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NA DINÂMICA DA FEIRA DE CASA AMARELA.....	77
3.1 A FEIRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE CASA AMARELA.....	78
3.2 O CENTRO DE ABASTECIMENTO E LOGÍSTICA DE PERNAMBUCO (CEASA-PE).....	85
3.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA – A FEIRA DE CASA AMARELA E O CEASA-PE.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXO 1 – ENTREVISTAS NA FEIRA DE CASA AMARELA E OBSERVAÇÕES.....	111
ANEXO 2 – TRABALHO DE CAMPO NO CEASA –ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES.....	124

INTRODUÇÃO

Compreender a complexidade espacial não constitui tarefa fácil de ser apreendida, nem se dá na tomada isolada de uma perspectiva. Requer um esforço coletivo e em diversas dimensões da vida, da prática, do processo de conhecer.

Nossa preocupação parte da inquietação acerca do trabalho na dinâmica atual, em que algumas configurações mudaram – como o trabalho flexível, a acumulação flexível, o maior acesso da população pobre ao consumo, a banalização de algumas tecnologias etc. –, mas onde processos antigos continuam em andamento – como a exploração do trabalhador, a precarização do trabalho e a reprodução de sobrevalorização de espaços potencializadores para uma dinâmica menos excludente, como a feira livre – reproduzindo um modelo de sociedade e de cidade que está longe daquilo que vislumbramos como um espaço de direitos e oportunidades iguais para todos os que participam de sua dinâmica. É no que tange ao trabalho, então, que colocamos a problemática em questão aqui abordada; as relações que permeiam o trabalho.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2001, p. 35).

Na perspectiva do trabalho como preocupação inicial, nos reportamos à contribuição de Milton Santos (1979), que desenvolveu a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos – circuito inferior e circuito superior –, para compreender uma das dimensões das interações que acontece na feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela, Recife-PE, no período atual. Assim, procuramos verificar em que medida se dá a interação entre os feirantes da feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela e os atacadistas do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA-PE) que abastecem esta feira.

Estes são espaços que estão interligados por uma dinâmica que proporciona o desenvolvimento de sua reprodução como se dá hoje. O CEASA-PE como um distribuidor de alimentos, serve de intermediário entre os produtores (em geral no interior do estado de Pernambuco e também em grande medida, produtores de outros estados) e varejistas, que têm, em uma de suas dimensões, a feira livre. Esta, e também o que compreende o pequeno

comércio que se relaciona com hortifrutigranjeiros no Recife e nos municípios vizinhos, contribuem para o funcionamento do CEASA-PE.

A flexibilidade atual é uma das sustentações da precarização do trabalho em suas mais variadas formas, gerando um alto grau de insegurança nos “empregados”, assim como nos “desempregados”, que, por sua vez, dá sentido também à reprodução do que Santos (1979) chama de circuito inferior, que será abordado adiante. Neste sentido, produzem-se novos modos de exploração capitalista sobre a força de trabalho, como a substituição do termo informalidade pela noção de empregabilidade/empreendedorismo (SILVA, 2002).

Santos (1979) desenvolve sua teoria sob a consideração da dinâmica particular existente nos países subdesenvolvidos, observando que a organização destes se dá sob os interesses dos chamados países desenvolvidos.

Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável à sua difusão (Santos e Kayser, 1971). Por outro lado, as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica ao lugar. Disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos (ibid., p. 21).

Procura, então, desenvolver o entendimento de que as modernizações tecnológicas nos países subdesenvolvidos repercutem de forma diferenciada daquela que ocorre nos países desenvolvidos, produzindo, assim, dois subsistemas que se relacionam ao sistema urbano: o circuito inferior (não moderno) e o circuito superior (moderno). O circuito superior seriam os monopólios, os conglomerados, o Estado; e o circuito inferior seria o desdobramento dessa hegemonia do capital, produzindo desigualdade. Esta abordagem leva em conta também que a cidade não pode ser estudada como uma máquina maciça (ibid.), pois há diferenciações no espaço, seletividade do espaço, considerando a produção e o consumo.

A partir das proposições deste autor, refletimos sobre nossa realidade, relativizando para o contexto atual, diante das variáveis do período, e dando atenção especial às questões que permeiam o trabalho, visto que constitui a problemática vislumbrada por nós, que se renova perante o contexto político, econômico e social presente. Preocupação em compreender como funciona a relação/interação entre os dois circuitos da economia no

processo de (re)produção do espaço – compreendendo que o circuito superior e o circuito inferior se articulam em diferentes níveis de produção do espaço, funcionando de forma complementar, combinada, constituindo uma das dimensões do sistema urbano (SANTOS, 1979) – na sociedade capitalista contemporânea, mas também compreender sobre a precarização do trabalho que se dá num espaço como a feira livre, numa sociedade em que estes espaços não são estimulados ao desenvolvimento de suas potencialidades.

A feira livre é um espaço de reprodução da vida, onde o homem utiliza-se de sua capacidade criativa para desenvolver seu trabalho. Onde, apesar de uma dinâmica extenuante de trabalho diário, o ambiente da feira é alegre e se relaciona, também, com o “espírito” da cidade, sob a perspectiva dos simbolismos e identidades que envolvem sua prática. Há uma dimensão cultural muito forte na feira, além das objetividades – o que, contudo, não constitui nossa abordagem.

A Feira de Casa Amarela, podemos dizer, caracteriza o próprio bairro, visto que sua apreensão está também vinculada ao comércio ali existente. A Feira e o Morro da Conceição (onde há anualmente uma festa religiosa em homenagem a Nossa Senhora da Conceição) são referenciais quando se fala do bairro em questão. Bairro este que se situa entre condições sociais bem diversas; de um lado, bairros de classe elevada e, de outro, bairros pobres.

Em nossa abordagem não estamos preocupados em quantificar, “enquadrar” o que estamos analisando. Nossa preocupação tem um viés social, objeto e ator. Sem os atores os objetos não fazem sentido, eles estão interligados. Observamos o homem no espaço, um espaço que é condição, meio e produto (CARLOS, 2011) daquele.

Objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos ‘valorizam’ diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não-separado, objetos e ações ‘agindo’ em concerto” (SANTOS, 2009, p. 89).

A ideia que move os dois circuitos, a feira e o trabalho, estão envolvidos aqui pela mesma perspectiva, a mesma intenção/direcionamento crítico no tocante à realidade. Mais importante do que caracterizar algo, é o questionamento e a reflexão sobre que modelo de sociedade queremos. Estimular o pensar em formas diferentes de relacionamento, onde os pobres também tenham possibilidades de desenvolver-se. É neste sentido que nos propomos a compreender a realidade; o conhecimento cria oportunidades/possibilidades para mudança.

Vale atentar também para a consideração do rural nesta dimensão do estudo geográfico, pois, o espaço é dinamizado por diversas interações, especialmente quando pensamos num espaço como a feira livre, que mantém uma relação tão próxima com o campo. São dimensões que estão intrinsecamente ligadas, mas que se distanciaram no Recife pelo modelo atual de comércio que se dá nesta cidade. Cidade e feira estão interconectados e, neste ínterim, o rural é parte essencial do processo, que continua participando da interação, mas sob o intermédio de alguns atores, como os atravessadores e os atacadistas.

Preocupados com as questões atuais do trabalho nesta relação, sobretudo, daquilo que permeia a precarização sobre o circuito inferior, fazemos os seguintes questionamentos: *principal* – como se dá a interação entre o circuito inferior e o circuito superior no comércio de gêneros alimentícios realizado na Feira de Casa Amarela-Recife? *Intermediários* – há características da atividade de comércio de gêneros alimentícios realizado na Feira de Casa Amarela que a aproxima da noção de circuito inferior? Há características do comércio atacadista que distribui gêneros alimentícios no CEASA-PE que o aproxima da noção de circuito superior? Quais as variáveis do comércio realizado pelos atacadistas do CEASA-PE que propiciam que os feirantes sejam seus clientes e em que medida o comércio com feirantes é importante para os atacadistas do CEASA-PE?

A escolha desta feira para compreensão da interação existente entre os dois circuitos, observando principalmente a dinâmica que permeia o trabalho, tem a ver com a pujança da mesma e a representatividade que esta exerce na dinâmica comercial e social da cidade do Recife, sobretudo para aqueles que através dela realizam seu trabalho e aqueles moradores das “duas classes” que participam e mesmo dinamizam aquele espaço. A centralidade da feira de Casa Amarela não foi questão por nós investigada empiricamente neste trabalho, mas observa-se que a mesma constitui um eixo de centralidade comercial na cidade do Recife, constituindo provavelmente um subcentro, onde pudemos observar que o entorno da feira aglomera uma série de serviços, quais sejam: comerciais (lojas de calçados, roupas, eletrodomésticos, beleza, miudezas etc.); de saúde; bancários etc.; por onde passam importantes eixos viários de ligação do centro do Recife com a parte Norte da mesma; passagem de diversas linhas de transporte público que fazem esta ligação.

Nossa investigação, então, tem como *objetivo principal* analisar a interação existente entre o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana através do comércio de gêneros alimentícios realizado na Feira de Casa Amarela – Recife/PE. Os *objetivos*

Julyana Santos

intermediários dizem respeito a: a) caracterizar o comércio de produtos alimentícios realizado na Feira de Casa Amarela; b) caracterizar algumas empresas que distribuem alimentos no CEASA-PE, sobretudo aquelas que vendem para feirantes; c) compreender a interdependência que garante a sustentabilidade entre os dois circuitos.

A análise parte, então, dos feirantes, suas relações de trabalho e perspectivas com a feira, sob a luz dos dois circuitos, relativizando e contextualizado com o período atual, o que nos leva ao CEASA-PE, que está numa hierarquia comercial acima da feira.

Numa dimensão maior, procuramos refletir além das caracterizações feitas, acerca dos processos que se dão na cidade atualmente, sob o viés do trabalho e também refletir sobre o que concernem estas caracterizações, de forma a, mesmo que sumariamente ou de forma sutil, não levar adiante, ortodoxamente, cristalizações dogmáticas de uma abordagem, como por vezes pode acontecer ao tratar-se dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979); procurando relativizá-la dentro do contexto espacial e compreendendo também que a vida que dá sentido ao espaço é muito complexa e necessita de diversas interpretações, sob lentes diferentes.

A *hipótese* que apresentamos aqui é de que os feirantes têm características do circuito inferior porque a) o capital investido é reduzido, b) a publicidade é nula, c) a tecnologia utilizada é trabalho-intensivo, d) a dependência direta do exterior é nula, e) o estoque é de pequena quantidade; e suas relações a montante ocorrem com o CEASA-PE, onde encontramos grandes comerciantes (atacadistas) na distribuição de gêneros alimentícios, caracterizados como circuito superior.

Nesta empreitada, procuramos contribuir sobre o processo infinito de conhecer o espaço, sendo relevante na medida em que atualmente são bastante escassos os estudos a respeito do tipo de interação aqui priorizado por nós, entre as duas dimensões, abrangendo o pequeno e o grande comércio. A Feira de Casa Amarela, assim como seu comércio como um todo também é carente de estudo. O comércio existente aí é responsável por uma das centralidades existentes na cidade do Recife, e que dinamiza seu entorno.

A literatura que apresentamos neste trabalho foi selecionada por diferentes caminhos. Primeiro, o conhecimento do tema e da problemática que o envolvia nos posicionou diante das questões chave que deveriam ser por nós abordadas, o que nos permitiu, partindo das discussões dos consagrados (Milton Santos, por exemplo) conhecer novos autores, que discutiram o tema e as questões, tanto em dissertações e teses, como em periódicos que muitas

Julyana Santos

vezes são desconhecidos na própria Geografia (como é o caso do Caderno CRH). Depois, a discussão da temática com alguns professores nos sugeriu alguns periódicos (sobretudo aqueles considerados tradicionais na ciência geográfica – Revista Mercator, GEOUSP, Revista Brasileira de Geografia, Revista Território); além disso, algumas disciplinas cursadas durante o Mestrado também nos possibilitaram um diálogo com o tema que nos debruçamos. A partir do conhecimento desta produção, selecionamos aquilo que poderia nos subsidiar na discussão que nos propomos a fazer. Desta forma, cabe colocar que também trabalhos perspicazes não entraram em nossas argumentações, pois por algumas vezes não coube enveredar por alguns caminhos, ou até por falta de tempo de enveredar por algumas questões, ou ainda para não tornar algumas abordagens cansativas, diante de repetições. Mas alguns estudos não referenciados também fizeram parte do processo de conhecer ao qual estamos inseridos.

Nosso trabalho foi então dividido em três capítulos. O Capítulo I tem por preocupação nos situar sobre o contexto daquilo que permeia o trabalho e suas relações, sob a perspectiva da teoria dos dois circuitos, observando a importância de sua abordagem no período atual, o da globalização, e, portanto, sua relativização. Partimos do macro para o micro e assim, no item *1.1 O Contexto do Trabalho e suas Perspectivas – da teoria à prática*, procuramos reconstruir, no que concerne ao trabalho, um pouco da dinâmica que permeia as relações até a constituição do contexto em que estamos inseridos hoje. No item *1.2 Os Dois Circuitos da Economia Urbana*, nossa atenção volta-se à compreensão do que versa a teoria dos dois circuitos (SANTOS, 1979), já diante da compreensão das dinâmicas do período atual, que de certa forma modificam as relações entre os dois circuitos, o que aqui, guia nossa análise. O item *1.3 A Literatura Acerca do Tema*, traz algumas leituras que se fizeram pertinentes na compreensão da temática aqui trabalhada; esboçamos, então, o essencial a respeito do pequeno comércio, que pôde nos subsidiar.

No Capítulo II nosso esforço pretendeu contextualizar o espaço que estudamos e assim, no item *2.1 Processo de Configuração do Espaço Estudado – Recife e Casa Amarela*, voltamos nossa atenção para a cidade e para o bairro como o meio em que se desenvolve os processos por nós analisados, considerando que esta apreensão faz parte também do processo de compreensão da interação entre a Feira e o CEASA-PE. No item *2.1.1 Os Dois Circuitos no Recife*, relacionamos a discussão, sobretudo sobre o circuito inferior, ao que encontramos nesta cidade. No item *2.2 Constituição da Pesquisa Desenvolvida*, nos posicionamos sobre como procedemos em nossa investigação para alcançar os objetivos aos quais nos propomos.

Julyana Santos

É no Capítulo III que procuramos expor o que apreendemos em nossa investigação prática, sob o olhar do teórico escolhido. O item 3.1 *A Feira de Gêneros Alimentícios de Casa Amarela* e o item 3.2 *O Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA-PE)*, versam sobre as práticas encontradas nos espaços estudados, dialogando com a literatura acerca do estudado. No item 3.3 *A Articulação entre os Dois Circuitos da Economia Urbana – A Feira de Casa Amarela e o CEASA-PE*, procuramos analisar acerca das interações existentes no relacionamento entre os dois circuitos e refletir sobre o contexto do trabalho, que dialoga com estas interações, pensando em como potencializar espaços que representam uma dimensão tão importante da vida, pois as feiras livres se apresentam não somente como significativa para a dinâmica urbana, mas dinamizam o espaço, articulando também o urbano e o rural, envolvendo práticas agrícolas, agrárias, ambientais, de transporte, comercialização, alimentação etc.

1 CAPÍTULO I - PERSPECTIVAS ACERCA DA DINÂMICA DO ESPAÇO ECONÔMICO

A estrutura socioeconômica de crescimento econômico no território nacional repercute, também, em conflitos das mais variadas ordens, a partir de uma distribuição de renda injusta. Os monopólios financeiros e a política econômica e fiscal do Estado agravam as situações de pobreza, repercutindo no nível de vida das populações (SANTOS, 1979).

A incapacidade dos sistemas econômicos dos países pobres de criarem ocupações para absorção da população em idade de trabalhar (ARAÚJO, 2007) acabou gerando uma massa expressiva de desempregados que desenvolveram sua capacidade criativa para trabalhar em meios diferentes daqueles definidos como setor formal, legal, movendo-se no novo contexto do período. A gama de atividades de trabalho que esta população faz uso é estudada por Santos (1979) como circuito inferior da economia urbana – que se estabelece ao lado do circuito moderno, o circuito superior da economia urbana – constituindo um circuito não moderno, que abrange a produção manufatureira, artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços (ibid.).

Mais adiante, poderemos observar também, como estes dois circuitos se sobrepõem, onde não há uma delimitação rígida entre eles, e onde os mesmos estão cada vez mais imbricados, principalmente porque o contexto em que estamos inseridos promove uma maior utilização de dimensões do circuito inferior por atores do circuito superior e vice-versa, embora haja ainda uma dominação do circuito superior sobre o circuito inferior.

Nesta perspectiva, abordaremos, inicialmente, as relações que permeiam o trabalho, com o intuito de compreender a estrutura que compõe a sociedade no âmbito de sua reprodução através do que a maior parte se utiliza para desenvolver-se, o próprio trabalho. Posteriormente, discutimos acerca do relacionamento dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), visto que nossa análise foi guiada por esta proposta. Na terceira parte, apresentamos estudos substanciais para nossa abordagem sobre o pequeno comércio, o setor informal e os dois circuitos da economia urbana.

1.1 O CONTEXTO DO TRABALHO E SUAS PERSPECTIVAS – DA TEORIA À PRÁTICA

“[...] os obstáculos a serem superados são na verdade comuns ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital [...]”
(MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

A citação acima dialoga com nossa preocupação em compreender o que permeia e o que é comum ao trabalho, na perspectiva de pensar numa ordem inversa à promovida pela “ordem sociometabólica do capital”. Por esta razão, se o estudo que pretende compreender a complexidade do espaço geográfico pode partir do viés econômico, quando observa, sobretudo, as relações de produção sobre o espaço, que configuram o próprio espaço. Sobre esta abordagem, Moreira (2008) argumenta como, nas condições do modo de produção capitalista, o homem se encontra numa relação com o meio físico intermediada pela forte presença técnica do homem. Passamos então, a conhecer as relações de produção expressas a partir da relação de propriedade.

Assim, “o chão é capital” e a formação espacial tem sua estrutura e movimentos coordenados pelo entrechoque da relação de propriedade, capitalista no caso. As relações de propriedade se metamorfoseiam dentro do movimento de produção capitalista, assim se diferenciando e se multiplicando em outras formas como a relação de trabalho (divisão social e técnica), a relação de trocas, a relação de repartição da riqueza socialmente produzida, a relação de consumo, todas elas exemplificando o universo das relações de produção. E são essas relações de produção que configuradas como espaço, a exemplo da divisão territorial do trabalho ou da escala dos mercados, fazem do espaço uma instância de regulação das relações societárias por excelência. De modo que são as relações de produção que dão ao arranjo do espaço toda a complexidade estrutural e de formas que conhecemos. (ibid., p. 77).

Sobre a noção de *produção do espaço*, Carlos (2011) coloca a importância de considerar essa produção além de sua materialidade, onde a sociedade produz seu próprio espaço: “[...] o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência” (ibid., p. 56). Neste sentido, precisamos entender que o espaço se realiza a partir da produção como reprodução das relações sociais, o espaço possui uma história, *é condição, meio e produto*.

Atualmente é o modo de produção capitalista que articula essa reprodução do espaço social; desta forma, o trabalho seria uma importante, mas longe de ser a única, categoria de análise a ser considerada. “[...] num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço” (ibid., Julyana Santos

p. 57). É a partir de então que o espaço passa à condição da reprodução ampliada de capital, assegurada pelo Estado.

[...] é possível constatar que as relações sociais realizam-se como relações reais e práticas, isto é, como relações espaço-temporais. A produção do espaço, neste sentido, é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza (dominando-a) em algo que é o próprio do humano. Deste modo, o espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza, processo no qual o homem se produz como ser genérico numa natureza apropriada que é condição de sua produção. Nesse processo, a natureza vai assumindo inicialmente a condição da realização da vida no planeta, meio através do qual o trabalho se realiza, até assumir a condição de criação humana – como resultado da atividade que mantém os homens vivos e se reproduzindo – no movimento do processo de humanização da humanidade (CARLOS, 2011, p. 63).

Considerando que o espaço é em parte produzido – “[...] em função das estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade” (ibid., p. 63) –, o trabalho é dimensão vital da existência humana (CASTILHO, 2008), assim como uma dimensão do capitalismo (MARX, 2002), e constitui uma categoria de análise de suma importância a ser considerada, já que participa da produção do espaço, permitindo-nos compreender uma dimensão da configuração espacial existente. O trabalho está presente em diversos contextos da vida do homem, e por isso precede a abordagem acerca dos dois circuitos da economia, que será por nós posteriormente enfatizado. Numa hierarquia relacional, o trabalho prefigura as diversas relações entre os homens e do homem com o meio.

Sobre a utilização das potencialidades e a modificação do meio feito pelo homem, de acordo com suas necessidades e suas possibilidades, Lefebvre (1979, p. 143) argumenta:

O grupo humano, o ambiente, o contexto, o que resulta tanto da morfologia como da economia política, constituem um meio em condições de normalidade. O entorno é um meio. O grupo humano molda-o, deforma-o ou transforma-o. Está sempre vinculado, a menos se está mutilado a algo maior, que é a sociedade global, que é no momento uma <<cultura>>, possivelmente, inclusive, uma concepção da vida, do homem (tradução nossa).¹

Estas argumentações nos expõem a questionamentos da relação de modificação do meio pelo homem e do relacionamento entre homens, a (re)produção do espaço. Neste sentido, a ideia dos dois circuitos proposta por Santos (1979) nos coloca a pensar sobre a

¹

“El grupo humano, el entorno, el marco, lo que resulta tanto de la morfología como de la economía política, constituye un medio en condiciones de normalidad. El entorno es un medio. El grupo humano lo moldea, lo deforma o lo transforma. Se vincula siempre, salvo si está mutilado, a algo más vasto, que es la sociedad global, que es por el momento una <<cultura>>, posiblemente, incluso, una concepción de la vida, del hombre”.

articulação de diferentes níveis de produção do espaço, de acordo com o poder do grupo de atores sobre o espaço.

O trabalho é, então, um fator na produção do espaço – a sociedade apropria-se do meio em que vive para construir seu lugar de trabalho, consequentemente transformando as relações homem-meio, homem-homem (MOREIRA, 2008).

É no trabalho que a maior parte da população se apoia para viver, enquanto uma parcela ínfima vive através dos empreendimentos financeiros e assim, o trabalho não lhe é imprescindível. Por isso a necessidade de compreender a dinâmica que permeia o trabalho, sobretudo observando a classe que vive do trabalho.

Aqui, cabe-nos observar que a atualidade da discussão a respeito dos dois circuitos se dá num contexto diferente daquele de Santos (1979), considerando que a abordagem deve ser sempre contextualizada histórico-territorialmente. Aquele, era anterior à flexibilização das relações de trabalho e ao predomínio da acumulação flexível (HARVEY, 1992), anterior também às inovações tecnológicas – hoje, a população pobre passa também a utilizar algumas tecnologias do período, em seu ambiente de trabalho, como o uso banal do celular; há também a utilização de *softs* de gestão pelas empresas do CEASA-PE.

Assim, a divisão social do trabalho deve ser uma categoria-chave na investigação do espaço, pois os processos se inter-relacionam nas múltiplas escalas.

Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudarem as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intra* e *inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processa e manifesta a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior.

Sob o regime capitalista de produção, a divisão social do trabalho se aprofunda e sofisticada recorrentemente, as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada – embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica –, submetidas a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção. (BRANDÃO, 2007, p. 69 – grifos do autor).

Através do trabalho o capitalismo constitui, então, sua “*raison d’être*” (MÉSZÁROS, 2002), e esse é um dos pontos para reafirmarmos a importância de sua consideração para compreensão do espaço, já que qualquer sociedade e qualquer classe possui sua vida permeada pelas relações advindas do trabalho.

Ao se livrar das restrições subjetivas e objetivas da auto-suficiência, o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história. Além do mais, as restrições subjetivas e objetivas da auto-suficiência

são eliminadas de uma forma inteiramente reificada, com todas as mistificações inerentes à noção de “trabalho livre contratual”. Ao contrário da escravidão e da servidão, esta noção aparentemente absolve o capital do peso da dominação forçada, já que a “escravidão assalariada” é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob a forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise. Assim, como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente, e não apenas até o presente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 102-103 – grifos do autor).

É baseada no modelo de acumulação capitalista que nossa sociedade conhece formas cada vez mais precárias de realização do trabalho, visto que, se por um lado a flexibilidade do trabalho vigente tem gerado um sentimento de “normalidade” nas novas prestações de serviços, através dos contratos que deixam sempre o trabalhador em situação de insegurança e permite que os capitalistas estejam assegurados pela lei no uso de uma exploração do trabalho sem assumir os direitos trabalhistas conquistados, por outro lado, a população excluída inclusive desse processo flexível aceito – mas também aquela incluída no trabalho flexível –, passa a se ocupar das atividades de condições de trabalho mais vulneráveis. A “pequena” demanda de mão de obra torna os desempregados cada vez mais propensos a formas de trabalho precário; inclusive a mão de obra qualificada muitas vezes se submete a trabalhos flexíveis que não asseguram seus direitos trabalhistas, e, sobretudo, exploram o trabalhador em diversas perspectivas.

A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado. O relato de Marx sobre a “acumulação primitiva” pode ser dramatizada ou simplificada em demasia, mas sua verdade essencial é inegável. De alguma forma ou outra, a massa da população tem sido colocada em uma posição em que tem de trabalhar para o capital para sobreviver. (HARVEY, 2011, p 55 – grifos nossos).

Para compreender a organização interna do espaço brasileiro, também na perspectiva do trabalho, faz-se necessário um esforço de pensar o contexto mundial no qual estamos inseridos. Neste sentido, o trabalho de Pochmann (s/d) nos ilustra a relação existente a partir da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que:

[...] tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, inicialmente como relação dicotômica entre manufatura e produtos primários, para, posteriormente, uma relação entre produtos industriais de maior e menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e manufatura. Essas relações que sustentam distintas divisões de trabalho podem ocorrer de maneira simultânea no tempo entre nações do centro, semi-periferia e periferia. (p. 5).

Assim, com a terceira DIT, podemos observar que, ao passo em que os países ricos possuem 30% das ocupações expostas à concorrência internacional (indústria e agropecuária), os países pobres têm 70%. Desta forma, são os trabalhadores dos países pobres que sofrem de

forma mais direta os efeitos perversos da globalização, “[...] decorrente da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimento por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais” (POCHMANN, s/d, p. 16).

Pochmann (ibid.) demonstra como o mercado global, definido majoritariamente pelos países ricos, a partir da DIT, coloca os países periféricos em condição de pobreza e desigualdade em relação aos países centrais, já que os empregos qualificados e consequentemente com melhores salários são ocupados nos países do centro capitalista, enquanto os países periféricos ficam subordinados com ocupações menos qualificadas dependentes das atividades daqueles, e com menores salários.

Essa Divisão Internacional do Trabalho implica numa divisão territorial do trabalho. Nesta perspectiva, Castilho (2008) argumenta que:

A forma e a distribuição do trabalho acham-se vinculadas aos sistemas técnicos criados pela sociedade, ao longo da história da sua formação. Esses sistemas incluem, ao mesmo tempo, materialidade, modos de organização e regulação. [...] Mas essa divisão territorial do trabalho implica na criação de uma hierarquia entre os diversos lugares da Terra, redefinindo, a cada contexto histórico, a intensidade das ações das pessoas, das empresas e das instituições governamentais e não-governamentais, o que, muitas vezes, tem como resultado a formação de uma estrutura de lugares baseadas no mandar e no fazer. Quanto mais denso é o conjunto de técnicas territorializando-se num lugar – pela sua incorporação direta ao solo, pelo seu uso na produção e como insumos técnico-científicos –, maior é a capacidade de mando desse lugar em função, principalmente, da eficácia, divisão e espacialização do trabalho. O espaço condiciona a localização das ações da dinâmica social do trabalho (p. 72).

Montenegro (2006) lembra-nos que, apesar de a participação mais ativa do Brasil na DIT implicar na presença cada vez maior dos agentes da economia globalizada e de seu corolário, sobretudo nas grandes metrópoles do país, são também as metrópoles que abrigam uma gama de atividades realizadas pela população pobre. A maior parte da população se ocupa de um trabalho que se relaciona apenas na escala metropolitana, ou na escala intraurbana. Assim, acontece também uma divisão do trabalho endógena à cidade, com a criação de diversas atividades no circuito inferior. “A divisão territorial de uma nação, vista através dos circuitos, nos revela assim como o território é usado, como este compreende o resultado de uma superposição de divisões do trabalho” (ibid., p. 52).

Historicamente constituída, a condição brasileira de desigualdade social foi ratificada com o estabelecimento do mercado de trabalho a partir de meados do século XIX, repercutindo na abundância de força de trabalho disponível para o processo de industrialização do país durante o século XX. Dedecca (2004) expõe dois aspectos que

constituem a questão: o primeiro concerne ao movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre – condicionado por duas leis: uma (1850) sobre a titulação das terras ocupadas, definindo a propriedade privada das mesmas, garantindo a posse das terras oriundas do ciclo açucareiro e do ouro, impedindo, conseqüentemente, a população que passava para o trabalho livre, o acesso à terra para se ocupar. A segunda lei (1879) regula a relação de trabalho no regime de colonato e parceria, que dava ao proprietário da terra a autonomia na constituição do contrato em benefício próprio. O segundo aspecto constitui, então, o estabelecimento da estrutura fundiária.

Além disso, o processo histórico de configuração do território nacional se deu de forma heterogênea, com uma diversidade na forma processual e desigual dispersão das atividades econômicas e da população. Antes do período de industrialização, diversidades e desigualdades regionais se firmaram em nosso contexto; o isolamento, a extensão e a fragmentação regional são características nacionais que influenciaram amplamente o desenvolvimento nacional, onde as regiões, num primeiro momento, tinham seus mercados restritos ao âmbito local (BRANDÃO, 2007).

A penetração e, todos os rincões possíveis à “absorção do processo de acumulação”, com a reiteração e renovação das fronteiras de valorização das diversas frações de capital, sempre foi acrescida em seu processo de eterna “horizontalização”. A urbanização brasileira é também fruto desse processo. (ibid., p. 104 – grifos do autor).

Já com a colonização de tipo exploratória dificultou-se a anexação econômica das áreas do interior do país, culminando na subutilização da diversidade regional brasileira. Esta consideração faz parte do processo que tem como uma de suas conseqüências a divisão inter-regional do trabalho e a desigualdade regional no país. “Dessa forma, os sucessivos ciclos de produção dos gêneros coloniais cristalizaram no território uma verdadeira constelação de núcleos regionais, em que vigoravam rarefeitas relações mercantis entre si” (ibid., p. 92).

No período primário-exportador as economias nacionais se articulavam, sobretudo, com o mercado externo, constituindo-se ilhas que eram comandadas de fora, para fora, “[...] cuja dinâmica regional era definida a partir dos mercados externos e da produção predominante de cada região” (BACELAR, 2000, p. 72).

Com a desconcentração industrial, sobremaneira promovida pelo investimento público nas regiões não dinâmicas do período, da década de 1960 à de 1980, começa a haver uma relativa integração do mercado nacional. Contudo, mesmo com essa “integração”, a modernização ocorrida foi embasada sob um viés conservador. Recentemente, a configuração

Julyana Santos

nacional é comandada pelo poder financeiro do setor privado, onde o Estado torna-se mais permissivo e muitas vezes confunde-se com o poder privado no território.

Em contrapartida à “desconcentração” da indústria no país, a partir da década de 1980, vimos acontecer a terciarização da economia (impulsionada pelo crescimento dos desempregados industriais), sobretudo nas metrópoles brasileiras, acompanhada pela deterioração geral das condições do mercado de trabalho urbano. Na medida em que diminuem as ocupações nas indústrias – a crise dos anos 80 provoca uma diminuição de 25% na produção industrial com consequente diminuição do nível de emprego industrial; ocorrência restrita, em grande medida, às áreas urbanas com maior densidade industrial (DEDECCA, 2004) –, crescem as ocupações no comércio e no setor de serviços; o terciário responde, então, por quase todas as novas ocupações da década (PACHECO, 1992; KRAYCHETE, s/d). Contudo, essas ocupações são caracterizadas, em sua maioria, pela falta de proteção social. Foi nesse período que o “setor informal” passou a ser valorizado pelo governo, e a regulação social passou a ser vista como um entrave para a modernização do país. Nesse primeiro momento, a “valorização” do informal serviu como pretexto para fragilizar o controle dos contratos de trabalho, flexibilizando-os.

Assim, a década de 1990 é marcada por dois processos no mercado de trabalho: mudança na composição da ocupação por setor de atividade (redução do emprego industrial e aumento do setor terciário) e a maior parte da ocupação da população nas metrópoles acontece em atividades de baixa produtividade (principalmente em micro e pequenas empresas).

Atualmente, a flexibilidade do mercado de trabalho não constitui algo novo, o que há de novo e, portanto, merece nossa atenção, é a intensidade e celeridade com que esta flexibilidade é imposta. É para compreender o processo que nos colocou no contexto atual que observamos o comportamento do mercado de trabalho, visto que:

Ele afeta o volume de empregos criados, as taxas de desemprego e de aumento da produtividade, o grau de conflito entre agentes, o montante de investimentos em treinamento e qualificações e muitas outras variáveis importantes que, juntas, determinam o desempenho econômico de um país ou uma região (CAMARGO, 1996, p. 11).

Aqui, nos interessa, sobretudo, o que concerne o emprego/desemprego e as questões que permeiam as relações de trabalho.

A estrutura institucional que regula o comportamento do mercado de trabalho é um dos principais fatores que influencia a dimensão da flexibilidade do mercado de trabalho no

Julyana Santos

Brasil. As principais instituições do mercado de trabalho brasileiro foram introduzidas nos anos de 1930 e 1940 e consolidadas em 1943, com o Código Trabalhista, denominado Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A partir de então, com a criação da Justiça do Trabalho, as disputas trabalhistas deixam de constituir um poder de barganha da classe trabalhadora – através dos sindicatos – e passam a ser questão de justiça (CAMARGO, 1996).

Essas instituições criam incentivos para contratos de trabalho de curto prazo e para que haja pouquíssimos vínculos entre empregados e empregadores no transcorrer da relação de emprego. As demissões têm um custo relativamente baixo e os empregados recebem uma indenização em dinheiro quando são demitidos. Por outro lado, o fato de a Justiça do Trabalho ter a última palavra na resolução de conflitos, no nível tanto individual quanto coletivo, não gera incentivos suficientes para que firmas e empregados estabeleçam negociações em todos os níveis (ibid., p. 12-13).

O incentivo a contratos de trabalho curtos e desincentivo às negociações têm como consequência o baixo nível de investimento em treinamento nas firmas, resultando na baixa qualificação da mão de obra, numa tendência de relação entre capital e trabalho não cooperativa. Esta troca é uma das consequências da flexibilização do mercado de trabalho, promovido institucionalmente. Camargo (ibid.) mostrou que, apesar de o contrato de trabalho individual dever cumprir diversos requisitos – o que lhe imprimiria certa rigidez –, o mercado de trabalho no Brasil não é rígido. E explica esse aparente paradoxo:

Primeiro, o custo de todas as restrições, salvo o salário mínimo, é proporcional ao salário pago pela firma. Assim, se o salário real for flexível, o custo total da mão-de-obra também será flexível. Segundo, embora essas restrições estejam previstas em lei, e algumas até mesmo na Constituição, são passíveis de negociação nos tribunais do trabalho. Isso torna o custo não-salarial da mão-de-obra flexível para a firma, mesmo no caso de o salário real ser rígido [...]. Terceiro, o custo de demissão é relativamente baixo. Quarto, há incentivos para que empregados e empregadores não cumpram a lei, não assinando contratos formais ou não observando todas as limitações impostas pela legislação. E quinto, mas muito importante, há uma vantagem monetária para o trabalhador que força sua demissão, se conseguir encontrar rapidamente um novo emprego. (ibid., p. 17-18).

Estas questões constituídas historicamente no processo brasileiro nos colocam numa situação onde a flexibilização do trabalho é reforçada pelo neoliberalismo. Segundo Cacciamali (2000), “essas novas formas de contrato redirecionam o trabalho assalariado para empregos em tempo parcial e temporários e, em muitos países, constituem um componente expressivo da criação dos empregos, para jovens e mulheres, desde os anos 80” (p. 159).

A partir da década de 1990 o Brasil incorpora o discurso predominante nos países desenvolvidos em articulação desde a década de 1970, de que a crise estava associada ao sistema de proteção econômica e social existente – ampliado com a Constituição de 1988 –, propondo, então, a desregulamentação e a flexibilização do trabalho. Esta posição negligenciou que o problema do emprego no Brasil está relacionado ao processo de formação

Julyana Santos

do mercado nacional de trabalho (DEDECCA, 2004) e tomou medidas políticas para tornar os projetos de flexibilização efetivos.

Uma das consequências desta complexa dinâmica apresentada, se concretiza na precarização do trabalho em diversos âmbitos, não somente do ponto de vista “formal”, da carteira assinada, mas do ponto de vista da qualidade de vida humana, onde é crescente o grau de insegurança tanto daqueles que estão “empregados” como nos “desempregados”, configurando um medo generalizado (CASTILHO, 2008) e fomentando a submissão do ser a diversas condições de trabalho através de uma flexibilização institucionalmente aceita e regulada.

No Brasil, a elevação das taxas de desemprego e a expansão do trabalho assalariado sem registro e do trabalho por conta própria, acontecem com o início dos anos de 1980, quando do período de recessão econômica, originário da política de ajustamento estrutural, demandado pela crise da dívida externa (CACCIAMALI, 2000). Já entre as décadas de 1940 e 1980, o mercado de trabalho brasileiro foi estruturado pela ampliação dos empregos assalariados, principalmente aqueles com carteira assinada, com uma redução dos trabalhadores por conta própria e do desemprego; dinâmica interrompida na década de 1980, “marcada pela recessão (1981/83 e 1987/89) e por elevados índices de inflação” (KRAYCHETE, s/d).

Os anos subsequentes [a 1980], com a recuperação da economia, caracterizam-se, por um lado, por um ambiente de altas taxas de inflação e de instabilidade econômica e, por outro, pela transição do regime político e de suas instituições. O emprego registrado expande-se, acompanhando o nível da atividade econômica, vindo, entretanto, seguido da extensão do trabalho por conta própria e da manutenção de um elevado nível de absorção de assalariados sem registro. Essa forma de ajustamento redundava na estagnação da produtividade média do trabalho, liderada pelo setor industrial, entre 1985 e 1990 (CACCIAMALI, 2000, p. 161).

Ademais, o início da década de 1980 é marcado pelo processo de liberalização econômica no Brasil, resultando na expansão da privatização, desestruturação dos serviços sociais públicos, privatização de empresas públicas e desregulamentação de mercados. Na década de 1990 essa tendência tem continuidade com o Plano Collor; o desassalariamento torna-se mais nítido. O processo de reestruturação econômica, provocado pela política adotada afirmava que o processo de industrialização teve como consequência uma economia protegida e atrasada, abrindo então a base produtiva local à concorrência externa.

As altas taxas de inflação, no ano seguinte, com a implementação do Plano Real, são contidas e mantidas num patamar baixo. Enceta-se um processo de ajustamento nos preços, com a manutenção de taxas de crescimento econômico positivas, mas insuficientes para gerar uma expansão significativa nos níveis de emprego. As taxas

de desemprego se ampliam e o emprego, neste período, reage a um contexto de abertura da economia, de reestruturação produtiva e de diminuição do emprego industrial. A diminuição das tarifas e a sobrevalorização cambial mudam os preços relativos a favor de bens importados, implicam perda de lucratividade do setor industrial e levam à sua reorganização – desemprego, mudanças na tecnologia e organização do trabalho. Essa dinâmica leva à recomposição das atividades produtivas, do emprego e do total das ocupações. A ocupação evolui a partir de então com base na expansão do setor terciário, especialmente em micro e pequenas empresas [...], trabalhos por conta própria e por meio do assalariamento sem registro (CACCIAMALI, 2000, p. 161).

O crescimento do desemprego e a precarização do trabalho tem como uma de suas consequências o crescimento das atividades no circuito inferior da economia urbana (CACCIAMALI, 2000; DEDECCA, 2004; MONTENEGRO, 2006); pequenos empreendimentos voltados para o consumo das famílias e dos indivíduos, com característica de baixo rendimento e pouca qualificação, como desdobramento da estrutura ocupacional que tinha por direção os serviços modernos. Dinâmica observada, sobretudo nas metrópoles, com o crescimento dos desempregados das indústrias na década de 1980, como argumentou Dedecca (2004) com relação a São Paulo:

Boa parte dos desempregados era originária de grandes empresas industriais, possuindo a situação de assalariamento como única trajetória realizada no mercado de trabalho. Para a grande maioria, a perda do emprego se traduziu, em um primeiro momento, na situação de desemprego aberto. Entretanto, a falta de um sistema de seguro-desemprego induzia que, posteriormente, a situação de desocupação fosse associada a algum tipo de atividade irregular que pudesse viabilizar a própria sobrevivência ou financiar a procura de um novo posto de trabalho (p. 102).

Podemos, então, confirmar que as dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro influenciam no desenvolvimento do circuito inferior da economia urbana, principalmente nas grandes cidades. Assim,

A nova dinâmica econômica, estabelecida a partir do início dos anos 90, jogou sistematicamente contra o mercado de trabalho. A baixa capacidade de geração de novas oportunidades de emprego, em um contexto de restrita regulamentação social, induziu que tal problema se manifestasse principalmente pela proliferação de ocupações de baixo rendimento e qualificação. Nesse contexto, pode-se dizer que o problema de emprego continuou extrapolando a situação de desemprego (DEDECCA, 2004, p. 109).

Silva (2002) aponta para novos modos de exploração capitalista, observando a emergência que ganha a substituição da noção de informalidade (que ele coloca como termo esgotado) para a noção de “empregabilidade/empreendedorismo”, “[...] cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material” (ibid., p. 101), como mecanismo de convencimento ideológico, de “domesticação”, dedicado à “[...] reconstruir uma cultura do trabalho adaptada

ao desemprego, ao risco e à insegurança, que pareciam em vias de eliminação durante os ‘trinta anos gloriosos’” (ibid., p. 101).

A partir desta consideração, compreender o relacionamento que se estabelece entre os dois circuitos da economia urbana nos traz um viés de observação da realidade sob um contexto articulado, complementar. Em que a economia dos monopólios necessita da economia do pequeno comércio; existe uma retroalimentação nesse sistema, que procuramos compreender a partir da realidade encontrada na Feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela, em que o circuito inferior encontra-se impulsionado pela precarização do trabalho.

Vale salientar também, que dentro deste processo, a noção de emprego formal como um aspecto puramente positivo dentro da economia urbana deve ser argumentado criticamente, observando a questão do trabalho além de seu aspecto formalmente instituído. A teoria dos dois circuitos é proposta como discussão alternativa à abordagem dualista fomal/informal muito utilizada na década de 1970, mas que ainda hoje – apesar do arrefecimento das discussões sobre o tema – encontra-se em uso por órgãos e instituições. Cabe-nos observar em que medida nos aproximamos dos dois circuitos hoje.

Assim, no próximo item procuramos desenvolver o entendimento sobre o relacionamento entre os dois circuitos da economia urbana que estamos abordando neste trabalho, configurado sobre uma relação dialética, não dualista, do funcionamento da economia e considerando o contexto econômico vigente, a partir do que foi discutido neste item.

1.2 OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Nosso estudo parte da consideração de que no atual período histórico é subliminar a consideração do contexto particular dos países subdesenvolvidos para compreender os processos que ocorrem nestes. Neste sentido, nosso esforço se apoia nas discussões de Santos (1979) sobre os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos para construção do que nos propomos a analisar.

O atual período em que estamos inseridos, que conhece a flexibilização das relações de trabalho como importante válvula que direciona as formas de trabalho do presente, modifica consideravelmente aquilo que Santos (1979) chamou de dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, pois se referia a um período em que a discussão

Julyana Santos

formal/informal estava em pauta; em que o autor faz sua abordagem opondo-se ao dualismo (ponto de vista econômico), colocando a articulação entre os dois circuitos.

Hoje, a modernização que promove a existência dos dois circuitos é também utilizada pela população pobre, mesmo tardiamente, depois de ter se tornado banal para as classes privilegiadas, dada a celeridade em que a tecnologia e a informação caminham e a ampliação do acesso ao crédito; há que se ponderar sobre a flexibilização das relações de trabalho no circuito superior, a contratação por tempo determinado ou por serviço prestado, a terceirização nas empresas, uma cadeia de especialização de trabalhadores e das empresas que vincula umas às outras; a acumulação flexível, as relações de produção não são as mesmas que nas empresas fordistas do passado (HARVEY, 1998).

Quando da discussão na década de 1970, a pobreza e a riqueza eram articuladas pela relação capitalista sob o trabalho assalariado, o que era discutido através da luta salarial, sindical. O circuito inferior (discutido academicamente e tratado institucionalmente como setor informal) visto como utilizado pelos pobres, era tratado com políticas para pobres. Santos (1979), então, procura mostrar, através da articulação entre os dois circuitos, que eles são produzidos pela mesma estrutura perversa e que o circuito inferior é diferente do que se abordava na sociedade industrial europeia, *o lumpemproletariado*.

Para Marx e Engels (2007), o *lumpemproletariado*, constituiria a parte da sociedade que se dedicava a atividades “marginais”, que estava à margem do proletariado urbano, os operários que viviam em condições miseráveis, não organizados, carentes de consciência política; que se inserem no contexto daquela sociedade e daquela época. O circuito inferior existente nas sociedades dos países subdesenvolvidos relaciona-se com a modernização do período atual, no contexto inerente a estes países.

A abordagem institucional atual procura dar certo reconhecimento a este informal da década de 1970, que supunham desaparecer com o “desenvolvimento”, porque torna-se, também, interesse do Estado, a formalização do pequeno comércio, dada sua dimensão e significância na cidade.

Colocamos, assim, a seguinte questão: por que, então, retomar esta discussão agora? Acreditamos que apesar da ampliação do acesso da população pobre a alguns serviços e ao consumo, a desigualdade social continua proeminente e a precarização do trabalho continua sendo uma problemática atual que deve ser discutida.

A realidade atual nos países subdesenvolvidos também coloca a precariedade das ocupações e do salário para a maior parcela da população que está exposta à dinâmica do trabalho concomitantemente à existência de uma minoria que não depende diretamente do trabalho e vive da acumulação. Santos (1979) argumenta sobre os dois circuitos:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente e não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 1979, p. 38).

A teoria dos dois circuitos critica o dualismo, que em períodos passados era justificado pela oposição entre o moderno e o tradicional; hoje, com a volatilidade de difusão das inovações, não podemos falar em “conflito”, defende Santos (ibid.). Os dois circuitos da economia urbana são subsistemas do sistema urbano e, portanto, não se separam, estão articulados, são complementares, um se beneficia da dinâmica gerada pelo outro. Contudo, o circuito superior exerce uma dominação sobre o circuito inferior, na medida em que, constituído principalmente pelos monopólios e oligopólios, aquele possui o poder de influenciar de maneira proeminente na articulação do território. A crítica pesa sobre a parcialidade dos estudos dualistas, onde um setor capitalista seria oposto a outro tradicional, sem dar atenção às idades tecnológicas diferentes, o que constitui um erro na análise de qualquer estudo, visto que a compreensão do espaço deve levar em consideração o contexto histórico no qual se insere cada forma.

Argumentando sobre a segmentação do mercado de trabalho no patamar do desenvolvimento econômico, comum entre economistas, em *mercado primário de emprego* (“[...] altos salários, boas condições de trabalho, estabilidade e segurança da posição, equidade e processo adequado na aplicação das normas trabalhistas e das oportunidades de promoção. [...] se liga ao centro monopolista da economia [...]” (CAVALCANTI, 1983, p. 24)); *emprego secundário*, (“[...] salários reduzidos, precárias condições de trabalho, flutuação no emprego, disciplina dura e não raro arbitrária [...]. Abarcaria firmas de baixa produtividade, baixa capitalização e tecnologia estagnada, constituindo uma faixa de competição periférica” (ibid., p. 24)) e *uma terceira classe de trabalhadores, dentro do mercado primário*, “[...] com elevados salários, status superior, maiores oportunidades de promoção, normas disciplinares flexíveis, alta mobilidade e grande dose de participação pessoal na produção do bem ou serviço final” (ibid., p. 24), Cavalcanti (ibid.) assevera que:

[...] as condições de uma economia subdesenvolvida são bem menos redutíveis à simples dicotomia da visão dualista, admitindo a convivência de gradações sucessivas de setores modernos e tradicionais, com faixas intermediárias e inclusive um quadro rural não coincidente com o urbano. Além disso, o mercado secundário de um país desenvolvido não decorre de uma rigidez do setor de maior produtividade com respeito à absorção de mão-de-obra, enquanto que no país subdesenvolvido o setor informal deve-se fundamentalmente ao problema de emprego. Sem esquecer igualmente que a dualidade do modelo de subdesenvolvimento mostra, em essência, uma situação em que o moderno se nutre do atrasado, este sendo justificado pela necessidade de expansão daquele. (p. 25).

Os dois circuitos da economia urbana constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho. Assim como pôde comprovar Montenegro (2006):

A segmentação presente na sociedade urbana em relação às possibilidades de satisfação das necessidades cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, as quais, por sua vez, são a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos de produção, de distribuição e consumo nas cidades desses países. (p. 10).

Assim, faz-se pertinente observarmos as distinções entre os dois circuitos segundo Santos (1979), sob o contexto da década de 1970, a fim de melhor compreender as discussões que se seguirão.

Tabela 1: Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos

	<i>Circuito superior</i>	<i>Circuito inferior</i>
Tecnologia	capital-intensivo	trabalho-intensivo
Organização	Burocrática	primitiva
Capitais	Importantes	reduzidos
Emprego	Reduzido	volumoso
Assalariado	Dominante	não obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	pessoal – não institucional
Margem de Lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção: produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	desprezíveis
Publicidade	Necessária	nula
Reutilização de bens	Nula	frequente
“Overhead capital”	Indispensável	dispensável
Ajuda governamental	Importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: SANTOS, Milton. 1979. p. 44.

Nesta tabela, o supracitado autor procura relacionar de forma sistematizada as diferenciações entre os dois circuitos, as características que definem um e o outro, embora em suas argumentações o mesmo procure mostrar a imbricação existente entre os circuitos, assim como o fato de o sistema de circuitos estarem ligados à mesma raiz: os dois circuitos da economia são produzidos pela mesma dinâmica do sistema do capital, de forma que o circuito inferior não é uma “[...] excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’ [...] é adequado] para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado,

reforçam a tendência à concentração da renda”, como também observou Oliveira (2011, p. 58).

Uma declaração do presidente do Sindicato Rural dos Agricultores de São Roque, Estado de São Paulo, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de domingo, 19 de março de 1972, explica bem a relação existente: falando a respeito da crise surgida na fruticultura, decorrente de uma excelente safra e de um fraco movimento de vendas, ele diz: “... foi um golpe inesperado para o comércio de frutas (a proibição do comércio ambulante pela Prefeitura de São Paulo), pois os ambulantes são *imprescindíveis* para a colocação das frutas junto aos consumidores. Sem eles – existem cerca de 600 – *houve um colapso no sistema de distribuição e os produtores tiveram que arcar com os prejuízos*, enquanto o povo ficou sem condições de comprar frutas, apesar do preço ‘básico’”. Grifos novos. Essa lição elementar nos diz que: os produtores arcaram com os prejuízos, que *não* decorrem dos preços “básicos”, *mas da ausência* física do comércio ambulante. Ora, os ambulantes não poderiam aumentar os preços, o que significa dizer que os prejuízos – fração da renda dos produtores que não foi realizada, depende, para sua realização, do trabalho dos ambulantes. Por aí se vê o mecanismo de transferência posto em ação [a transferência da mais-valia realizada pela força de trabalho que é remunerada a níveis baixíssimos] (ibidem, p. 57, nota de rodapé – grifos do autor).

E dispõe a seguinte provocação:

Qual é o volume de comércio de certos produtos *industrializados* – o grifo é proposital – tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem-número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à *re-produção* dos veículos? Como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando todo um processo se cristaliza – conforme os resultados do censo demográfico de 1970 – numa distribuição de renda desigual? (ibidem, p. 57-58 – grifos do autor).

Hoje, podemos observar no espaço em que funciona a Feira de Casa Amarela, como este comércio se desenvolve, mesmo em decorrência do amplo comércio de mesmos gêneros em supermercados de média e grande escala comercial, como é o caso do Hiper Bompreço, localizado a poucos metros da mesma feira. Este Bompreço é, inclusive, o primeiro da cidade do Recife. Neste ínterim, observa-se a permanência da dinâmica do pequeno comércio, de forma bastante relevante, convivendo no mesmo espaço e no mesmo tempo com o comércio realizado por grandes empresas; constitui uma forma que se mostra pertinente na cidade tanto do ponto de vista do trabalho, quanto do ponto de vista do consumo existente, porque é, também, peça importante no processo de acumulação capitalista.

Diante desta compreensão, observamos também que as variáveis/formas de obter “melhores condições de vida” na cidade encontram-se hoje permeadas por novas condições. Referimo-nos aqui, às novas questões que permeiam o mundo do trabalho no período atual, onde o desenvolvimento da técnica e da informação atrelado aos interesses hegemônicos

demandam uma racionalidade que tem consequências nas diferentes escalas, que se entrecruzam, dando fluidez a formas de trabalho cada vez mais precárias, inclusive no que concerne ao trabalho moderno, com a flexibilização do trabalho e suas relações.

Se a divisão do trabalho que acompanha o mundo da informação e das finanças multiplica as profissões, diminui, ao mesmo tempo, o número de empregos. As formas técnicas e de regulação contemporâneas satisfazem seu apetite com um número menor de pessoas altamente qualificadas. O emprego tradicional da metrópole industrial desaparece, por um lado, ao mesmo tempo em que surgem novas acelerações normativas, como as formas temporárias de contratação, a terceirização, e a interiorização da indústria que é sinônimo de modernização e de busca de novas densidades normativas e, por outro lado, pelas novas ocupações na produção e adaptação das informações externas ao mercado brasileiro, pela criação de uma publicidade que aprofunda os consumos, e pela produção codificada de formas de fazer e de regular, como a miríade de instrumentos financeiros em vigência (SILVEIRA, 2004, p. 14 – tradução nossa)².

Em contrapartida, nas formas de trabalho desenvolvidas criativamente pela população pobre como alternativa de trabalho, podemos observar como esta população utiliza-se dos recursos possíveis em seu meio como herança, assim como adapta-se (utilizando algumas variáveis do período, dentro de suas condições) à realidade atual. Pois, “se, em princípio, o lucro é o motor da atividade comercial, nos escalões inferiores do circuito inferior a maior preocupação é, antes de tudo, a sobrevivência” (SANTOS, 1979, p. 246).

Outra questão a considerar a respeito dos dois circuitos é que “[...] o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital” (ibid., p. 203). A desigual distribuição de renda e a precarização do trabalho, está correlacionado ao sistema do capital e ao modelo de crescimento que o mesmo engendra, visto que, a essência do capitalismo é a desigualdade (BRANDÃO, 2001). “Na cidade grande, a superposição de divisões de trabalho hegemônicas, hegemoneizadas e não-hegemônicas cria uma diversidade socioespacial, que se completa com formas de cooperação também variadas” (SILVEIRA, 2007, p. 152 – tradução nossa)³.

2

“Si la división social del trabajo que acompaña el mundo de la información y de las finanzas multiplica las profesiones, disminuye, al mismo tiempo, el número de empleos. Las formas técnicas y de regulación contemporáneas satisfacen su apetito con un número menor de personas altamente calificadas. El empleo tradicional de la metrópoli industrial se esfuma, por un lado, al ritmo de nuevas aceleraciones normativas, como las formas temporarias de contratación, la tercerización, y la interiorización de la industria que es sinónimo de modernización y de búsqueda de nuevas densidades normativas y, por otro lado, por las nuevas ocupaciones en la producción y adaptación de las informaciones externas al mercado brasileño, por la creación de una publicidad que profundiza los consumos, y por la producción codificada de formas de hacer y regular, como la miríada de instrumentos financieros en vigencia”.

3

“En la ciudad grande, la superposición de divisiones del trabajo hegemónicas, hegemoneizadas y no-hegemónicas crea una diversidad socio-espacial, que se completa con formas de cooperación también variadas”.

Assim, o circuito inferior é composto pelas atividades que possuem pequena dimensão, onde a relação entre clientes e “dono” na maioria das vezes é direta. São comércios como as feiras livres, os mercados públicos, as barracas e os botecos (que são frequentemente encontrados em bairros da periferia da cidade, mas também se estabelecem em áreas onde o circuito superior prevalece), os ambulantes etc. É também característica desta atividade a diversidade de produtos vendidos em cada unidade, como é o caso dos botecos e das barracas⁴; além de que a solidariedade encontrada na relação entre estes comerciantes e entre os clientes e os “donos” se dá de forma diferente daquela observada nas atividades do circuito superior, já que neste a complexidade mercantil não possibilita o contato direto e o capital e produtos que circulam conhece, frequentemente, a escala mundial.

Vivemos num complexo nacional onde grande parte da população precisa “se virar” para conseguir sobreviver. É crescente a criminalidade, sobretudo nos grandes centros urbanos, e aqueles que não se utilizam desta prática, mas que também não estão inclusos no processo de desenvolvimento nacional, que deveria ser articulado pelo Estado promovendo principalmente a educação e a distribuição de terras, ocupam-se economicamente das atividades consideradas de pequena produtividade, mas que são essenciais para boa parte da vida que anima a cidade e também o campo.

Isto posto, é interessante esclarecer a distinção sobre o circuito inferior da economia, que por vezes é confundido por alguns (MIRANDA, 2009; TREVISSAN; 2008) com outras abordagens, como acontece recorrentemente com o “setor terciário” e com o “setor informal”. Não constitui uma inverdade a consideração de que nuanças destes setores também compõem o circuito inferior e que estes setores estão relacionados com o desenvolvimento do circuito inferior, na medida em que são promovidos pela dinâmica homogeneizadora do capital (BRANDÃO, 2007). Devemos considerar, por exemplo, que há participantes do circuito superior da economia que praticam a informalidade.

[...] o avanço da chamada globalização, reforçando mecanismos de busca por maior competitividade, tem levado à ampliação de mecanismos de “informalização” por parte de empresas do setor formal (por exemplo, *home-based workers* – trabalhadores que desempenham em casa, com uso de computadores, tarefas para grandes empresas). Por outro lado, esse mecanismo universal de “globalização” leva a que o grande capital utilize mão-de-obra barata de países subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento”; nesses países as grandes empresas formais terceirizam tarefas – o

4

Montenegro (2006), por exemplo, encontrou estabelecimentos como lanchonetes, padarias, ópticas e papelarias que ofereciam o serviço de revelação de fotos no Largo Treze de Maio, em São Paulo; assim como Diniz (2011) estuda a importância do pequeno comércio na cidade de Campina Grande.

que nem sempre garante o respeito à legislação que rege as relações de trabalho. (ARAUJO, 2007, p. 14 – grifos do autor).

Os inúmeros estudos sobre o mercado de trabalho dos países pobres, nas décadas de 1970 e 1980, estavam relacionados, sobretudo, à “[...] incapacidade dos respectivos sistemas econômicos de criarem as ocupações necessárias à absorção da população em idade de trabalhar” (ARAUJO, 2007, p. 9), caracterizando o trabalho no “setor informal” como precário e desestruturado, estando vinculado às estratégias de sobrevivência da população excluída do mercado de trabalho formal (ibid.).

Hoje, o informal não é mais considerado apenas sob a ótica da estratégia de sobrevivência, mas existe também um estímulo ao “setor informal”, onde o sistema do capital recria as valorizações sobre o que conhecemos como pequeno comércio e empresas familiares, através, por exemplo, do incentivo à “formalização” individual, com a dimensão “Empreendedor Individual”, onde se pretende “controlar” tanto a “economia de fundo de quintal” como o pequeno comércio. Em troca, oferece uma série de “benefícios”⁵. Utiliza-se, aqui, o fetiche da palavra “Empreendedor”.

Este programa do Governo Federal define que o “Empreendedor Individual” é aquele que trabalha por conta própria e quer se legalizar como pequeno empresário; deve faturar no máximo R\$ 60.000,00 por ano, ou R\$ 5.000,00 por mês e não ter participação como sócio ou

5

Os benefícios de formalizar o pequeno comércio, segundo informações do site do governo (www.portaldoeempreendedor.gov.br), são: a) **cobertura previdenciária para o empreendedor e sua família** (auxílio doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão); b) **contratação de funcionário com menor custo**, onde pode registrar até um empregado com baixo custo (3% Previdência e 8% FGTS do salário mínimo por mês; valor total de R\$ 68,42); c) **isenção de taxas para o registro da empresa e concessão de alvará para funcionamento**, possibilitando a formalização gratuita do negócio, pagando apenas a mensalidade de R\$ 31,10 (INSS), R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) e R\$ 1,00 (Comércio e Indústria), por meio de carnê emitido no Portal do Empreendedor; d) **ausência de burocracia** – declara-se apenas uma vez por ano o faturamento da empresa, que deve ser controlado mês a mês; e) **acesso à serviços bancário, inclusive crédito**; f) **compras e vendas em conjunto**, possibilitando o consórcio de Empreendedores Individuais, com o fim de realizar compras, conseguindo melhores preços e condições de pagamento das mercadorias; g) **redução da carga tributária** – relacionada ao item “a”); h) **controles muito simplificados** – relacionado ao item “d”); i) **emissão de alvará pela Internet** – “Para o empreendedor Individual essa autorização (licença ou alvará) será concedida de graça, sem o pagamento de qualquer taxa, o mesmo acontecendo para o registro na Junta Comercial”; j) **cidadania** – relaciona a formalidade à cidadania: “Ser um empreendedor formalizado significa andar de cabeça erguida e poder dizer eu sou cidadão, eu exerço minha profissão de acordo com as leis do meu País. Ser formal é também ser cidadão”; k) **mais fácil vender para o Governo**, graças à formalidade; l) **serviços gratuitos** – “Na formalização e durante o primeiro ano como Empreendedor Individual, haverá uma rede de empresas contábeis que irão prestar assessoria de graça, como forma de incentivar e melhorar as condições de negócio do País”; m) **apoio do técnico do SEBRAE na organização do negócio** – cursos e planejamento de negócios capacitando os empreendedores; n) **possibilidade de crescimento como empreendedor** – chances de desenvolvimento do negócio atrelado à formalização e à capacitação do Empreendedor Individual; o) **segurança jurídica** – “[...] formalização está amparada em Lei Complementar que impede alterações por Medida Provisória e exige quórum qualificado no Congresso Nacional.

Julyana Santos

como titular em outra empresa; é regido pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, com sua legalização garantindo um CNPJ; enquadrando-se no Simples Nacional, ficando isento de tributos federais (PORTAL DO EMPREENDEDOR).

É certo que a partir do reconhecimento da importância da dimensão do “informal” para o país, o Estado passa a viabilizar/estimular o desenvolvimento do trabalho nesta perspectiva. A questão é que a formalização das empresas não garante necessariamente a não precariedade do trabalho, vista sob um contexto mais amplo, pois a dimensão da valorização dada é, sobretudo, sob a perspectiva econômica, parecida com aquela que na década de 1980 atribuía ao emprego formal a garantia de boas condições de trabalho e reconhecimento dos direitos do trabalhador. Já sabemos que a dimensão “trabalhador com carteira assinada” não é sinônimo da não precariedade, tendo em vista que o que necessita, também, ser reconhecido, é o trabalhador em seu contexto social, e não apenas econômico.

Compreendemos a precariedade aqui como o contexto que situa o trabalhador na condição de superexploração sem reconhecimento do mesmo no contexto social. Esta precarização está presente no trabalho de ambulantes, de feirantes, mas também em trabalhos visualmente “organizados”, que, contudo, também são desvalorizados, superexplorados, como os trabalhadores dos caixas de atendimento nos supermercados, os operadores de telemarketing, uma gama de trabalhadores que prestam serviços com contrato de trabalho por tempo determinado etc.

Segundo Cacciamali (2000), o uso do termo informal, apesar de sugerir um maior rigor em sua utilização, vem sendo aplicado na literatura especializada de forma bastante abrangente, principalmente na América Latina, podendo representar fenômenos muito distintos, como:

[...] evasão e sonegação fiscais; terceirização, microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. Essa compreensão díspar, contudo, representa um denominador comum no imaginário e na comunicação entre as pessoas: são atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais. (ibid., p. 153).

Observamos esta abrangência – e a abordagem que se relaciona à discussão formal/informal, que é oposta à proposta crítica de observar o movimento da sociedade como produto da modernização promotora da desigualdade – e também a consideração de que:

O termo informal, reporta-se [...] à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições (ibid., p. 163).

A análise decorre, então, do que concerne ao trabalho assalariado, ao cumprimento de normas legais pelas empresas e ao autoemprego e outras estratégias de sobrevivência.

Desta forma, não podemos discuti-lo como sinônimo de circuito inferior, pois a teoria dos dois circuitos se vincula à observação da desigualdade promovida pelo sistema do capital, de um setor moderno e outro não moderno. Os dois circuitos da economia são interdependentes, com o circuito inferior sendo o resultado indireto do circuito superior, ao mesmo tempo em que o circuito superior também se beneficia da dinâmica gerada pelo circuito inferior, além de dominar o mesmo, como colocamos.

Contudo, como poderia parecer, não subestimamos a importância dos estudos que discutem acerca da informalidade no Brasil, visto que as discussões são promotoras do conhecimento e, também aqui, contribuíram para a compreensão da realidade espacial. Optamos pela abordagem de Milton Santos pelo fato de que a mesma dá conta de uma realidade muitas vezes confusa no que concerne ao “setor informal”, onde o mesmo é muitas vezes fruto de um discurso dualista que trata as atividades “informais” como atrasadas, e que, portanto, devem ser “modernizadas”, “formalizadas” (OLIVEIRA, 2009). Além de que, como demonstrou Montenegro (2006, p. 45):

Por outro lado, a organização das micro e pequenas empresas no circuito inferior tende a misturar elementos ditos “formais” e “informais”. Muitas vezes constituem estabelecimentos registrados com trabalhadores com carteira assinada, em outras ocasiões compreendem empresas registradas mas que não trabalham com mão-de-obra com carteira assinada; outras vezes têm parte de seus empregados registrados e parte não, especialmente a mão-de-obra familiar. Em certos casos esses pequenos estabelecimentos podem trabalhar com mão-de-obra com carteira assinada e não pagar outros impostos, ou podem até mesmo constituir estabelecimentos não registrados que trabalham com empregados sem carteira e que não pagam nenhum tipo de benefício social.

Discutindo sobre a associação do circuito inferior com o setor informal e sobre a designação setor formal e setor informal, Santos (2009, p. 64) esclarece que:

Neste ponto verifica-se o que se poderia considerar como um caso de fetichismo da palavra. Quando uma instituição importante, como por exemplo o Banco Mundial ou o Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex decide, seja qual for a razão, adotar uma palavra, a pesquisa oficial e os pesquisadores em geral fazem o mesmo, a maioria sem ao menos procurar entender o que a expressão encerra além de pura semântica.

Ao mesmo tempo, a definição tripartite da economia em setores – primário, secundário, terciário – não permite uma análise refinada do fenômeno econômico nos países subdesenvolvidos, dada a complexidade da atividade econômica nos mesmos. Além de que, sob esta consideração, deixar-se-ia de ponderar uma multiplicidade de atividades na fronteira dos setores secundário e terciário (SANTOS, 1979). E justifica o uso do termo circuito

Julyana Santos

inferior ao invés do de “terciarização”. A terciarização é definida como “[...] as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização” (SANTOS, 1979, p. 200).

Na realidade, trata-se mais de um conceito que de uma denominação; o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum (SANTOS, 1979, p. 201).

As atividades do circuito inferior estão presentes em toda parte, demonstrando a complexidade e permanência do mesmo na cidade, mesmo com forte convivência com o circuito superior.

Contudo, a relevância que concerne aqui esta abordagem se relaciona com a nossa posição sobre a não negação, o reconhecimento da importância e da potencialidade existente em espaços como a feira livre, reconhecendo que há hoje uma superposição entre os dois circuitos, onde um utiliza variáveis do outro, tornando-os cada vez mais imbricados. No tocante à sobreposição dos dois circuitos, Santos (1979, p. 43) nos adverte que:

A definição não é rígida. No que concerne à população ligada a um dos circuitos, é necessário notar vários desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito. O consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas quanto à das classes menos favorecidas. Por outro lado, os indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior não são uma força de trabalho exclusiva desse circuito. Eles vendem temporariamente ou ocasionalmente sua força de trabalho ao circuito superior. Quanto às atividades, algumas delas, embora apresentem um predomínio de características de um dos circuitos, podem também apresentar algumas do outro. Isso é mais frequente no circuito superior, e para certas categorias de fabricação em que ainda é possível a coexistência de empresas utilizando tecnologias diferentes e diversamente organizadas. Poder-se-ia mesmo falar da existência de um circuito superior “marginal”, ao lado de um circuito superior propriamente dito.

A pura caracterização não constitui a compreensão da totalidade existente, e deve, portanto, servir apenas de subsídio para iluminar o questionamento de sobre como, a partir dos dois circuitos, podemos compreender a situação atual, onde a questão formal/informal não é mais uma discussão em pauta (a não ser institucionalmente); este não é mais um debate acadêmico em função da flexibilização, da acumulação flexível, diferente dos anos 1970.

1.3 A LITERATURA ACERCA DO TEMA

Para compreender a realidade atual do que pretendemos estudar e para tomarmos nosso posicionamento sobre, o conhecimento do que já foi produzido a respeito torna-se, aqui, primordial. Nesse sentido, as abordagens acerca do “setor informal” foram de grande valia para compreender a realidade do pequeno comércio, apesar de que as pesquisas neste âmbito foram reduzidas substancialmente a partir da década de 1990.

Acerca dos dois circuitos da economia urbana, especificamente, os estudos são escassos. Em termos de dissertação e tese, encontramos alguns trabalhos, os quais foram relevantes nossas leituras dos estudos de Carneiro (2011 - tese), Miyata (2010 - tese), Montenegro (2006 - dissertação), Oliveira (2009 - tese) e Trevisan (2008 - dissertação).

Carneiro (2011), em “As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do nordeste brasileiro”, procura compreender as particularidades dos espaços de produção em Jaguaruana (CE), Jardim de Piranhas (RN), São Bento (PB) e Tacaratu (PE), a partir da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana (SANTOS, 1979), agregando à compreensão da Teoria da Ação Comunicativa, de Jüngen Habermas (2003). Nesta perspectiva, o autor entende que a Teoria dos Dois Circuitos deve ser compreendida observando também além do mundo objetivo, o mundo do sistema – “[...] razão instrumental, ação cognitivo-instrumental, técnica, ciência e informação, organização, distribuição e consumo produtivo [...]” (CARNEIRO, 2011, p. 21), mas também o mundo das subjetividades, mundo da vida – “[...] razão comunicativa, agir comunicativo, cultura” (ibid., p. 21), que agem como complementaridades, trazendo então a abordagem de “circuitos de fluxos sócioespaciais”, justificando que:

As diferenças entre os espaços das redes de dormir aqui analisados se expressam nos seus circuitos de fluxos sociais – atividades produtivas e humanas – e nos seus circuitos espaciais da produção, assim, juntos eles nos dariam a diferença dos lugares” (ibid., p. 12).

Compreende o circuito como um sistema espacial, onde deve-se relacionar/observar campo e cidade, o espaço em sua totalidade. O autor questiona a existência de apenas dois circuitos da economia nos países subdesenvolvidos, e no Brasil em particular, colocando a existência de *heterogeneidades internamente a cada circuito*, onde cada um (tanto o superior como o inferior) utiliza algumas variáveis do outro circuito contemporaneamente.

Essa configuração renovada do circuito inferior, na forma de Arranjos Produtivos Locais, Sistemas Produtivos Locais (SPLs), Incubadoras de Empresas, vivenciada

em vários lugares do mundo e do Brasil, nos leva a admitir a necessidade da *reconstrução, isto é, do desmonte e recomposição de modo novo* (HABERMAS, 1990b, p. 11) da teoria dos dois circuitos da economia urbana a fim de que ela possa atingir os objetivos a que se fixou (ibid., p. 20).

Este autor propõe trabalhar-se com o conceito de circuito inferior formal e circuito inferior informal ao invés de circuito inferior central e circuito inferior residencial, respectivamente, desenvolvido por Santos (1979); aqueles, podem estar localizados tanto na área urbana quanto na área rural, com relacionamento entre as áreas. “Esta nomenclatura chama a atenção para a formalização das empresas resultante da colonização sistêmica do mundo vivido empreendida pelo Estado” (ibid., p. 22).

Observa a importância da natureza, do meio, no processo de produção das redes de dormir e das transformações socioespaciais advindas a partir das mudanças técnicas no processo de produção. Coloca também aspectos que propiciaram uma melhora das condições do processo de produção e reprodução das empresas a partir de associações e cooperativas, assim como da ligação das mesmas aos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Miyata (2010), em “Trabalho, Redes e Território nos Circuitos da Economia Urbana: uma análise da venda direta em Jundiaí e Região Metropolitana de São Paulo”, aborda o processo de contrato comercial estabelecido por empresas como Avon, Natura, Nestlé e Yakult, onde “[...] a acumulação de capital sob a forma de exploração da força de trabalho, [é] cada vez mais flexível e precário” (ibid., p. 1).

Observa, então, a articulação entre diferentes estágios tecnológicos dentro da atividade analisada (como a transação comercial por meio virtual), que é hoje uma estratégia adotada por grandes e pequenas empresas, pelos agentes dos dois circuitos; *tanto o circuito superior quanto o inferior no período atual, se renova e se expande, estabelecendo novas conexões entre capital e trabalho.*

As empresas de venda direta se utilizam das relações pessoais existentes nesse tipo de comércio para agregar valor aos seus produtos, representando a sobrevivência das empresas. Assim, o *marketing* também se apropria do vendedor como meio.

E observa a complementaridade entre os dois circuitos:

O revendedor autônomo recebe, pela verticalidade, a racionalidade da solidariedade organizacional do circuito superior e faz agir em meio à solidariedade orgânica de forma poderosa e sutil [...]. Hoje o circuito inferior é posto à prova na produção de mais-valia, pela sua incorporação no processo produtivo do capital internacional, que consegue, pelos agentes do circuito inferior, atingir o espaço contíguo em escala local. Dessa forma, os trabalhadores que compõem o circuito inferior, por estarem intimamente ligados ao conteúdo do meio geográfico no qual se localizam,

constituem-se a base para a sua reprodução ampliada para as empresas de venda direta (MIYATA, 2010, p. 212).

Uma das estratégias que faz da venda direta uma forma de vendas eficiente é a ampliação de seu raio de ação através da mobilidade que prescinde a mesma. Não estando fixa no território, sua territorialização é conduzida pela relação social do vendedor, com o lugar em que vive e que circula; assim, ela é descentralizada, “informal” e fluida no seu processo de venda. O espaço de trabalho confunde-se com a casa e os arredores da vida do vendedor. “A sua estratégia, portanto, localiza-se na sua capilaridade, na sua fluidez, em sua desterritorialidade” (ibid., p. 131).

Diante da utilização de recursos tecnológicos para comercialização de produtos, inclusive pelos trabalhadores do circuito inferior, a autora chega a relativizar a centralidade dos espaços comerciais, argumentando que a comercialização se dá mais na esfera da cotidianidade do que na centralização dos espaços.

Coloca também que a venda direta constitui um trabalho precário que tem se institucionalizado, já que para 42% dos pesquisados era a principal fonte de renda; precariedade em que a “forma salário” é substituída pela “forma renda”. Registra também o crescimento da venda direta tanto no período de crise quanto no período de crescimento da economia.

E comenta a necessidade de revisão da anatomia dos dois circuitos e suas formas de compreensão, diante das relevantes transformações trazidas pelas modernizações do período atual, dando ênfase à ampliação do consumo.

Montenegro (2006), em “O Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de São Paulo no Período da Globalização” analisa as dinâmicas que perpassam e definem o circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo, no período da globalização. Nesta perspectiva, argumenta como os dois circuitos representam a dinâmica da divisão do trabalho, sendo complementares e concorrentes entre si.

As atividades de um circuito comandam inputs do outro e utilizam algumas de suas atividades e produtos como economias externas. Essas complementaridades não eliminam, porém, a concorrência e as hierarquias. Na realidade, o circuito inferior é dependente do circuito superior – sobretudo dos serviços prestados por atacadistas, transportadores e fornecedores de crédito – e não podemos considerá-lo isoladamente (ibid., p. 11).

O período da globalização promove, sobretudo numa metrópole como São Paulo, dois circuitos, como já propôs Santos (1979). Através da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, o país passa, cada vez mais, a sentir a presença de agentes da

economia globalizada e de suas atividades modernas, configurando as estruturas do circuito superior na metrópole. Em contrapartida, as metrópoles também abrigam uma gama de atividades realizadas pela população pobre, o circuito inferior da economia urbana, resultado indireto da modernização. A partir de então, a autora (MONTENEGRO, 2006), compreendendo que a cidade possui áreas de mercado diversificadas por diferentes circuitos de produção e circulação, e observando a expansão das atividades realizadas pela parcela pobre da população, selecionou áreas para foco do estudo na cidade de São Paulo – Largo Treze de Maio e os distritos Sé, República, Santa Cecília e Bom Retiro, no centro da cidade –, estudando as micro e pequenas empresas dessas áreas.

Ratifica em sua dissertação – apesar da subordinação do circuito inferior em relação ao circuito superior – o papel de provedor de variadas ocupações como possibilidade de sobrevivência a uma considerável parcela da população urbana, derivadas da diferente valorização do meio construído na cidade,

[...] resultado da seletividade dos investimentos públicos e privados no espaço urbano, e do grande mercado consumidor em potencial formado pela população pobre, e em parte também pela classe média, concentrado na cidade de São Paulo (MONTENEGRO, 2006, p. 166).

Assim, mostra também como a permanência e expansão do circuito inferior se relaciona com as variáveis do período atual, inclusive utilizando algumas delas de formas diversas, criando uma racionalidade não-hegemônica (técnica – uso do computador, do celular, impressora, máquina de revelação de fotos – ampliando os serviços oferecidos nos estabelecimentos; informação – é bastante desigual entre as diferentes atividades do circuito inferior, há o uso de fontes “tradicionais”, como jornais, revistas, televisão e a troca de informação pessoal, assim como o uso da Internet, ou a participação de palestras relacionadas ao seu tipo de negócio; crédito – os estabelecimentos oferecem pagamento com cartão de crédito e de débito, cheque pré-datado e cheque à vista, além da proliferação de agências de crédito e de financiamento pessoal) participando dos processos que definem o período atual.

Oliveira (2009), em “Divisão do Trabalho e Circuitos da Economia Urbana em Londrina PR”, teve como objetivo analisar as transformações da economia urbana londrinense, particularmente no tocante ao circuito inferior, sob as variáveis que caracterizam o período técnico-científico-informacional. Para tanto, inicialmente o autor dá atenção à reconstrução histórica da cidade que moldou o desenvolvimento dos dois circuitos da economia urbana em Londrina, como o processo de colonização dirigido pela Companhia de

Terras (1930-40), assim como do conteúdo específico da cafeicultura norte-paranaense, que moldou a economia urbana da cidade nas décadas de 1950-60. Assim, ele analisa as modernizações e as divisões territoriais do trabalho realizadas em Londrina-PR e posteriormente analisa o funcionamento de três atividades que são caracterizadas como circuito inferior da economia urbana – o comércio existente no Camelódromo de Londrina, o serviço de mototáxi e o serviço de entregas urbanas realizadas por motoboys. Como resposta à análise da dinâmica dessas atividades na cidade, o autor observa que a dinâmica do meio construído constitui um dado fundamental da economia urbana, e enfatiza que é a diversidade deste, o registro mais fiel da consolidação do circuito inferior na cidade, visto que a economia gerada pelos pobres não é mostrada de forma clara nas estatísticas, e os registros deixados não são de todo confiáveis. Além disso, *sustenta que o circuito inferior atualmente apresenta importantes diferenças daquele descrito por Milton Santos na década de 1970; quais sejam: o circuito inferior passa por uma reestruturação com “a redução do número de postos de trabalho, o forte crescimento do número de desempregados e a desvalorização do trabalho, associados ao aumento da circulação e à intensificação dos consumos”* (OLIVEIRA, 2009, p. 278).

Discutindo a dualidade formal/informal no circuito inferior de Londrina, o autor defende a superação desta “superficialidade” para compreender de forma profunda o funcionamento da economia urbana, principalmente do relacionamento entre os dois circuitos da economia urbana. Em suas análises, Oliveira (ibid.) verifica que o circuito inferior na cidade analisada “não é o reino da informalidade” – as centrais de mototáxi e algumas lojas do Camelódromo são microempresas registradas –, e quando se efetivou o enquadramento de algumas atividades em padrões de formalidade e de exigências legais, não se verificou uma melhoria nas condições de trabalho e de vida a curto e médio prazos para aqueles que se adequaram às normas – questão central à economia pobre.

O autor ainda questiona a valorização, pelos trabalhadores, da flexibilidade proporcionada por estas atividades:

O que move esses trabalhadores não seria uma forma de rigidez imposta pela ameaça do empobrecimento e de ser descartado de vez, não apenas do mercado de trabalho, mas de qualquer ocupação urbana e, portanto, do modo de vida urbano? (ibid., p. 281).

Já que estes trabalhadores declararam medo/impossibilidade de se integrarem novamente ao mercado de trabalho formal, pois teriam que enfrentar remunerações menores

do que aquelas que ganham na atividade atual e do que aquelas já enfrentadas anteriormente em alguma empresa.

Finalizando, Oliveira (2009) coloca a importância de adotar a divisão do trabalho para compreender as transformações dos dois circuitos, reconhecendo a cidade como uma totalidade e superando a parcialidade da discussão formal/informal, que tornam opacas as discussões fundamentais acerca da vida urbana.

Trevisan (2008), em “A Feira Livre em Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia; a convivência do formal e do informal”, teve por objetivo compreender as dinâmicas no espaço da feira livre de Igarassu-PE e, diante da observação da convivência entre ambulante e supermercado em um mesmo espaço, questiona-se acerca da “[...] relação socioeconômica que consolidou um lugar de intensas e diversas relações comerciais” (p. 15), reconhecendo a importância de compreender o processo de modernização da economia para a transformação do lugar.

Ao analisar a feira como “[...] um espaço privilegiado para as relações econômicas e sociais [...]” (ibid., p. 17), o autor lança seu olhar sobre um espaço que, no caso analisado, reflete a centralidade da vida da cidade, pois compreende que a feira livre de Igarassu é, na verdade, o Centro Comercial de Igarassu, visto que as principais atividades que movimentam uma cidade encontram-se na feira e em seu entorno (comércio, prestação de serviços, setor bancário, setor de saúde, sistema de transporte metropolitano e alternativo e serviços de segurança), além de que a feira é o espaço de interação entre o urbano e o rural em Igarassu-PE. Observa também o relacionamento entre circuito superior/inferior no espaço analisado, com a feira livre como um espaço característico do circuito inferior em convivência com atividades do circuito superior, mas que nem por isso perdeu sua importância para a economia da cidade.

Tivemos também acesso ao trabalho de Miranda (2009): “A Feira na Cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)”, onde o autor confirma a potencialidade da feira em atrair e agregar pessoas, colocando que a dinâmica existente desta na cidade faz de ambas interdependentes: “[...] ela mantém a função econômica na vida da cidade, particularmente para as parcelas de população mais pobres, na medida em que constitui um grande gerador de empregos” (ibid., p. 39).

O autor observa que deve-se ter cuidado ao associar feirantes – comércio informal – pobres, pois esta ligação não constitui regra, visto que, as feiras “[...] possuem atualmente

uma composição mista, ao absorverem também comerciantes formais, os quais passam a trabalhar nas feiras e a possuir vários pontos formais de comércio” (MIRANDA, 2009, p. 38).

Em seu estudo, cita a relação existente entre o circuito inferior e o circuito superior na dinâmica relacionada à feira, apesar de confundir (como acontece correntemente) o circuito inferior com o “setor informal” e o circuito superior com o “setor formal”:

A este setor informal se adapta o comércio formal, circuito superior da economia, que se aproveita do grande número de compradores atraídos, principalmente pelas feiras. Com isso, observa-se um processo de simbiose comercial já identificado por Santos, entre circuito superior e inferior, ou seja, entre o comércio formal e o informal, especialmente nos centros urbanos que possuem grandes estruturas comerciais representadas pelas feiras (ibid., p. 39).

Através de suas investigações, observa que as feiras se encontram em “pontos integrados do sistema”, aqueles com maior acessibilidade; a feira que tem movimento e grande fluxo de pessoas está em um local bem integrado, que “[...] permite irrigar diretamente as áreas próximas e indiretamente as demais com grande aporte de usuários” (ibid., p. 71), sendo por isso também que é onde se localiza grandes lojas da cidade:

“[...] pela maior possibilidade de vendas e para onde converge a grande maioria das linhas de ônibus, reflexo da associação entre a necessidade de deslocamento da população e alto nível de integração global” (ibid., p. 71).

Define dois tipos de feira em seu estudo: a feira-percurso – aquela que se organiza tomando emprestado o tecido da cidade, como as ruas e avenidas (é o caso da feira de Campina Grande analisada pelo autor) e a feira-pátio – aquela que possui um espaço destinado para sua realização, acontecendo de forma independente do funcionamento do comércio formal (feira de Caruaru).

Constata que pouquíssimos feirantes vendem produção própria; a utilização de mão de obra familiar por mais da metade dos questionados; o não assalariamento dos funcionários contratados na maioria dos casos; a baixa escolaridade de mais da metade dos entrevistados (63,5% dos mesmos não completaram o Ensino Médio); que a feira constitui, muitas vezes, a única fonte de renda para os feirantes; que a arrecadação semanal daqueles que possuem a feira como única fonte de renda não ultrapassa os 800,00 reais, encontrando casos de 15,00 reais e 400,00 reais por semana.

Propõe, finalizando, um incentivo à relação entre comércio “formal” e “informal”, pois enxerga a vantagem para ambos.

Em nosso trabalho de pesquisa bibliográfica observou-se a escassez de trabalhos científicos que tratem do pequeno comércio de uma forma geral e de suas relações com a

dinâmica do grande capital, sobretudo no que concerne à ciência geográfica; tanto estudos teóricos, quanto estudos de caso.

Verificamos todos os números da *GEOUSP – Espaço e Tempo*, publicados *online* até abril de 2012 e não encontramos nenhum trabalho que abordasse a temática pertinente às discussões que abrangem o pequeno comércio ou o relacionamento entre circuito inferior-superior. O mesmo ocorreu com a *Revista da Anpege* e na *Território*.

Na *Revista Mercator*, averiguada até abril de 2012 de acesso *online*, pudemos conhecer algumas abordagens que se relacionam ao nosso tema.

Em “Feiras no Nordeste”, Dantas (2008) evidencia a feira como uma das atividades que mais contribuiu para a ocupação do território nacional, constituídas desde a Antiguidade. “Falar das feiras é reconstruir a evolução das relações de troca em praticamente todas as partes do mundo” (ibid., p. 87). No Brasil, as feiras e mercados são inovações trazidas pelos colonizadores portugueses.

No caso do Nordeste, destaca-se a feira pecuária, que se tornou importante instituição no contexto da formação econômica nordestina.

À medida que a pecuária foi responsável pela fixação da população nas áreas do Agreste e do Sertão, criaram-se as condições para o estabelecimento das relações comerciais, em princípio voltadas para a comercialização dos animais, originando as feiras de gado, e por fim, a evolução para as atuais feiras (ibid., p. 87).

A realização das feiras para troca de mercadorias e abastecimento da população foi responsável pelo surgimento de algumas aglomerações urbanas, e assim, algumas cidades têm sua origem relacionada com as feiras.

Para sua análise, parte das feiras (ou mercados, como são recorrentemente chamados na literatura sobre o assunto) que se formavam na Europa durante a Idade Média, justificando que foram esses os modelos de mercados trazidos para o Brasil após a chegada dos colonizadores no início do século XVI.

O elemento que marcou o funcionamento da economia feudal na Europa foi seu caráter essencialmente agrícola intrafeudo, pouco desenvolvimento das relações comerciais e a pouca utilização de capital; era uma economia autossuficiente. A troca de produtos se desenvolve a partir da existência de um excedente de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas. Na sociedade europeia, somente quando a produção era acima das necessidades do grupo, havia uma procura pela troca deste excedente. Essa troca era feita, em sua totalidade, nos mercados semanais, as feiras.

A intensificação das trocas comerciais estimulou a estruturação de cidades em torno de “praças de mercado”, e assim, a atividade econômica urbana dá sentido à estruturação do modo de produção capitalista e extinção da economia feudal. Na cidade concentravam-se os comerciantes e a riqueza por eles acumulada, os artesãos que ocupavam-se com a produção necessária à atividade comercial. Há então uma ruptura da economia feudal.

A feira de gado se estabeleceu no Nordeste a partir da atividade criatória como impulsionadora da ocupação do interior nordestino no século XVII; assim, diversos núcleos populacionais se estabeleceram ao longo dos “caminhos de gado”, influenciando a formação de praças de mercado e de feiras livres como conhecemos na atualidade.

Como reflexo da feira de gado, inúmeros outros comerciantes estabeleceram-se para comercializar sua produção e, desta forma, a grande praça comercial que é a feira torna-se o dia de maior movimento da cidade, onde se dá o verdadeiro encontro entre a vida rural e urbana (ibid., p. 96).

Utilizando Corrêa (2001), fala da centralidade exercida pela feira nos diferentes núcleos de povoamento. Refere-se assim, à feira de caráter regional e à de caráter local, onde a importância da cidade em termos de centralidade é correspondente à importância de sua feira; importância articulada de acordo com o número de participantes e da área de atuação. Assim, quanto maior a cidade em termos de centralidade, a feira possui maior importância na vida da cidade, tanto a feira regional como a feira local. Inversamente, quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior a importância da feira semanal.

Concluindo, lembra-nos que a permanência da feira no espaço urbano se dá pela adaptabilidade da mesma no relacionamento com formas comerciais mais modernas.

Assim, podemos afirmar que as feiras se apresentam como formas cristalizadas nas cidades e um locus de resistência às mudanças ocorridas no plano da comercialização, distribuição e consumo. No entanto, é imperativo afirmar que elas não apenas se opõem às modernizações, mas, também, buscam adaptar-se a todas essas mudanças, permitindo a reprodução das condições de vida daqueles que dela necessitam (ibid., p. 99).

Já no *Caderno CRH*, encontramos alguns trabalhos que estudam o tema ao qual nos dedicamos.

Em “Trabalho Flexível e o Novo Informal” (LIMA, SOARES, 2002) os autores analisam a discussão sobre a informalidade sob as circunstâncias atuais da flexibilidade, observando o avanço do “setor informal” nos países avançados, defendendo a “nova informalidade” como sinônimo da flexibilidade atual. Neste sentido, as discussões sobre o informal continuam pouco esclarecedoras. Ponderam que a “nova” valorização do trabalho autônomo, do micro empresário, do empreendedorismo, apontam numa direção de

Julyana Santos

flexibilização do trabalhador e das relações de trabalho que apenas desoneram o capital da reprodução da força de trabalho, escamoteando o desemprego ou o subemprego, dando continuidade à precarização do trabalho. Em análise do *cluster* do vestuário nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, em Pernambuco, constatam que o crescimento deste *cluster* apontou para a formalização de alguns estabelecimentos, visto que o dinamismo da produção atraiu grandes armazéns atacadistas e fábricas maiores, além da entrada de produtos baratos da China que exigiram um investimento em maior qualidade. Em contrapartida, a formalização dos trabalhadores não ocorreu em sua maioria, pois os contratos *off* garantem, em alguns casos, salários mais elevados.

No texto: “Da Informalidade à Empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)”, Silva (2002) também discute acerca do “conceito” de informalidade na perspectiva atual, reconstruindo a história do termo, com o

[...] objetivo [de] confrontar a ambiguidade dos conceitos frente às realidades de cada momento. A tese principal é a de que, nas últimas décadas, em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, terciarização, globalização, etc, ocorre um esvaziamento de conteúdo da informalidade, que perde força analítica e se transforma numa denominação de uso trivial ou “universal” para indicar processos mais gerais como a flexibilização ou a desregulamentação. Torna-se, assim, um conceito esgotado e que está sendo substituído por outro: empregabilidade/empreendedorismo, como um novo modo de exploração capitalista e de dominação no mundo do trabalho, que busca reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança (ibid., p. 81).

Apesar das críticas, Silva (2002) também confere significativo peso analítico à noção de “informalidade”, no sentido de servir como mediação entre a reflexão acadêmica e a intervenção prática. As críticas à noção de informalidade, que surgem na década de 1960, a partir dos problemas ligados à incorporação produtiva de relevante quantidade de trabalhadores que se deslocavam para as cidades nos países subdesenvolvidos, parte das seguintes questões: no início, com a “teoria da modernização”, defendia-se que a baixa capitalização dos países subdesenvolvidos comprometia a estrutura de emprego urbano. Nesse sentido, desenvolve-se a ideia de “países em desenvolvimento” que coloca-os numa condição de transitoriedade para alcançar os patamares dos países ditos desenvolvidos (ibid.).

Mais tarde, as dificuldades no processo de substituição das importações trouxeram nova abordagem, mas que tinha como pano de fundo os mesmos problemas. A “teoria da marginalidade”, “[...] que enfatizava as consequências, sobre a estratificação social, das dificuldades de superação dos desequilíbrios estruturais identificados” (SILVA, 2002, p. 86).

Em lado oposto, desenvolvia-se a crítica marxista que discutia a “[...] contradição inerente ao desenvolvimento da acumulação capitalista que gera seu próprio excedente de trabalho e, ao mesmo tempo, nele se baseia [...]” (SILVA, 2002, p. 86), contrapondo-se, portanto, à abordagem dualista das discussões anteriores sobre o “setor informal”. Desenvolve-se, então, de início, a “teoria da dependência”, propondo uma distinção conceitual entre trabalho excedente e exército de reserva, para explicar a formação da “massa marginal” nos países subdesenvolvidos. Esta, seria uma categoria de trabalhadores sem função para o centro dinâmico de acumulação, diferente do exército de reserva (ibid.). Desta forma, não se afastou da abordagem dualista, como se pretendia.

A discussão envolvia o encadeamento urbanização – industrialização – assalariamento – pleno emprego. Este último, visto como uma tendência real a ser alcançada. Uma das críticas do autor sobre o termo “informalidade” se apoiou no significado do mesmo, que

[...] dependia mais do acordo sobre o que a informalidade não era, do que da unidade interna dos fenômenos aos quais a categoria se referia. Tal acordo não resultava da imaginação livre, pois baseava-se na percepção daquela época sobre a realidade das social-democracias europeias, configurando uma relação especular entre essas e os países latino-americanos. A partir disso, entende-se porque o tema da informalidade restringiu-se aos problemas do “subdesenvolvimento”, do “capitalismo dependente” ou do “periférico” (ibid., p. 89-90 – grifos do autor).

Era desconsiderada, nesse caso, a “informalidade” existente nos países centrais, pois era o modelo desenvolvido nestes, o parâmetro a ser alcançado pelos países subdesenvolvidos. A partir dos anos 1980 as discussões tomam outro rumo a partir da crise do emprego, da socialdemocracia, da aceleração e importância das ocupações no setor dos serviços e da expansão das atividades empresariais e de uma economia de mercado (ibid.). Problemática da seguinte forma o contexto das abordagens sobre o “informal”:

Em linhas gerais, as mudanças no enquadramento analítico e na relevância cognitiva da informalidade estão relacionadas à perda de confiança na viabilidade histórica do pleno emprego, tanto como um padrão abstrato de referência para entender as formas de uso social do trabalho, quanto como cimento ideológico da legitimidade política e como critério de planejamento. De fato, à medida que os problemas de absorção produtiva do trabalho avolumavam-se nos países centrais, esses deixavam de representar parâmetros, transformando-se, eles também, em objeto de análise da “informalidade” do trabalho. Retomando a metáfora do jogo de espelhos, a noção de informalidade não se determinaria mais como *uma* imagem invertida; trata-se, agora, de uma regressão de reflexos sobre reflexos que desfoca seu conteúdo, ao mesmo tempo em que se generaliza seu uso e multiplica as tematizações particulares nas quais ela aparece (ibid., p. 91 – grifo do autor).

Em 1980, com a perda de dinamismo do setor secundário e a crescente relevância do terciário (especialmente o setor dos serviços) as discussões sobre a “informalidade” passam a

situar-se ao redor dessa nova dinâmica; de um lado uma interpretação que enfatiza as mudanças na estrutura produtiva e na organização da sociedade, e de outro, a análise marxista que entende as mudanças como um aprofundamento da divisão do trabalho e complexificação do processo produtivo.

A partir de então é que surge um “novo olhar” sobre o informal, menos descriminalizado, retendo a noção de informalidade e promovendo um duplo deslocamento:

[...] da análise dos processos econômicos para a esfera política, enfatizando a (des)regulação estatal das relações de trabalho (Machado da Silva, 1990); e da compreensão de um “setor” ou “economia” informal, para “processos”, “práticas” ou “atividades” informais diferenciadas (Souto de Oliveira, 1989; Lautier, 1994, 1997). (SILVA, 2002, p. 93).

Assim, o autor afirma que a noção começa a perder força e aos poucos vai se tornando sinônimo de flexibilização das relações de trabalho, desregulação ou simplesmente clandestinidade. É substancial as considerações finais as quais o autor chega, a de que o papel mediador que o “quase-conceito” desempenhou nas décadas anteriores está esgotado e, atualmente sendo substituído pelo par “empregabilidade/empreendedorismo”. Este aponta:

[...] para novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material. Entretanto, deve ser ressaltado que, ao contrário do investimento crítico que representou o desenvolvimento da noção de informalidade como elemento significativo da compreensão do mundo social durante sua longa vigência, o par “empregabilidade/empreendedorismo” adquire um sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se se preferir, um termo mais agressivo, de “domesticação”) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, que pareciam em vias de eliminação durante “os trinta anos gloriosos” (ibid., p. 101).

Em “Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo”, Silveira (2009) se propõe a compreender as interferências do circuito superior sobre o circuito inferior, compreendendo que o primeiro exerce uma dominação sobre o segundo. Uma premissa do período atual é que, através do alargamento da oferta de crédito na cidade, além dos sistemas técnicos e da propaganda, há uma *invasão de mercados que tradicionalmente pertenciam ao circuito inferior* e, assim, criam-se novas formas de subordinação do circuito inferior ao superior.

Para analisar as interferências do circuito superior sobre o inferior na cidade, a autora discute o papel do sistema financeiro e das novas formas organizacionais de algumas empresas comerciais.

Nos dias de hoje, existe uma oferta extraordinária de crédito de instituições financeiras bancárias e não-bancárias, redes, franquias e *outlet* de eletrodomésticos, roupas e materiais de construção. Uma profusão de formas de crédito pessoal

favorece o aumento do consumo e, simultaneamente, o endividamento, a inadimplência e a insolvência (SILVEIRA, 2009, p. 65).

Afirma a autonomia do circuito superior, mas também sua interdependência, visto que se insere no contexto social: “Para ampliar os lucros, seus agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres” (ibid., p. 66).

Na relação entre os circuitos da economia e o meio construído, observa que as empresas comerciais e financeiras instalam-se nas áreas de diversidade da metrópole, nas áreas de grande circulação, onde “[...] os circuitos de diversos ramos se entrecruzam e criam um mercado segmentado. Tratar-se-ia de pontos e áreas densos da divisão do trabalho que, em geral, são áreas degradadas [...]” (ibid., p. 69), observando o relacionamento entre as novas fontes de riqueza e novas razões de pobreza na metrópole. Coloca esta questão como um dado relativamente novo, uma resposta do circuito superior a sua necessidade de expansão, onde ele percebe a possibilidade vantajosa de atender a demandas banais da população pobre em áreas mais degradadas da cidade.

A desburocratização do crédito aparece agora como condição para expansão da riqueza do circuito superior, exigindo mínimos requisitos, mas que, em contrapartida, há uma exacerbada taxa de juros que incide sobre esta “abertura”. *Cada vez mais os agentes do circuito superior orientam seus produtos para atender à demanda da camada da população pobre*; como pode-se observar a expansão do acesso desta população aos bens duráveis. A fusão entre instituições financeiras e grandes redes comerciais também aumenta a interferência do circuito superior sobre o inferior.

Na ambição de aumentar cada vez mais seus lucros, o circuito superior passa também a localizar-se em áreas típicas do circuito inferior, criando subcentralidades. “Como produto de uma certa imobilidade, formam-se áreas de diversidade que, pela sua densidade e dinamismo, terminam sendo atrativas ao circuito superior” (ibid., p. 71).

Além do problema do endividamento gerado pela expansão do crédito à população pobre, o aumento do consumo desta, fora do circuito inferior, afeta este, na medida em que o circuito superior possui possibilidades de competir desigualmente, já que o pequeno e médio comércio “[...] não pode oferecer um financiamento interessante, tampouco programas de fidelidade e muito menos produzir o convencimento a partir de uma eficiente propaganda” (ibid., p. 73). Dados interessantes são apontados sobre as principais dificuldades encontradas pelas empresas do setor informal, nos últimos doze meses antes do questionário do IBGE

(2002-2003): “[...] 21,7% das respostas foram falta de clientes, 21,5% alta concorrência, 19,5% baixo lucro, 13,4% falta de capital próprio. A falta de crédito foi apontada em 8,8% das respostas” (SILVEIRA, 2009, p. 73).

Na *Revista Brasileira de Geografia* foram observados todos os números, desde 1939 até 2005 disponíveis na biblioteca do site do IBGE, dos quais foi pertinente nosso acesso aos trabalhos encontrados que abordaremos adiante.

Em 1989 Barros escreve “Industrialização e Difusão Espacial de Utilidades Domésticas no Brasil: a propagação das modernizações em região periférica (Nordeste do país)”. Procurou, através dos censos nacionais (IBGE) e de levantamento direto, “[...] investigar padrões e processo de difusão de bens de uso doméstico [...]” (p. 71), considerando a diferenciação da relação renda – absorções diferenciais de utilidades, nos países pobres.

O autor faz uso das discussões de Milton Santos acerca dos dois circuitos da economia para tecer sua abordagem. Nessa perspectiva, o consumo atinge de maneira diferenciada a população nos países subdesenvolvidos, dada a grande desigualdade social em que opera, gerando então os dois circuitos.

Considerando que a produção urbano-industrial se concentra no eixo Rio de Janeiro/São Paulo e que é de onde partem os impulsos de modernização no país, verifica que a fração do território em estudo, com relação à difusão do consumo de utilidades domésticas, é uma zona de “regiões periféricas deprimidas”, segundo Becker (1982).

O autor constata também que a difusão dos eletrodomésticos no período considerado (1970/80) é maior no *hinterland* Rio de Janeiro – São Paulo. Teve o cuidado de averiguar a respeito do estado do bem adquirido, notando uma segunda circulação comercial dos bens, além da intensificação da comercialização de certos produtos usados, que acontecia rapidamente em áreas periféricas, quando eram lançados novos modelos.

Por fim, o autor faz uma indicação de que seria pertinente compreender acerca da importância para o setor urbano-industrial e para o setor das “pequenas formas” no Nordeste do país, do que ele chama de “segunda circulação” dos bens de uso doméstico, tanto para a economia, quanto para a integração da população pobre à sociedade de consumo.

Silveira (2007) nos traz discussões a respeito do desenvolvimento dos dois circuitos da economia urbana, *interações que se aprofundam com os intensos processos de urbanização e metropolização*. Para compreender tal dinâmica, a autora propõe uma discussão sobre as

condições do meio construído e sobre os diferentes circuitos de produção que resultam da coexistência de diversas divisões territoriais do trabalho.

Além do circuito superior e do inferior, a autora também atenta para o circuito superior marginal, que seria “[...] constituído por formas mistas pertencentes tanto às atividades herdadas como a formas de trabalho emergentes que participam, subordinadamente, da divisão do trabalho hegemônica” (SILVEIRA, 2007, p. 150 – tradução nossa)⁶.

Aborda tais perspectivas a partir da consideração de que o fenômeno urbano só é compreendido quando se considera o território como um todo, o território nacional, hoje subordinado às forças da globalização. “A implantação de bases materiais, as reformas normativas e qualquer outra opção política termina por afetar o espaço urbano” (ibid., p. 150 – tradução nossa)⁷. É nesta perspectiva, que a abordagem das divisões do trabalho é tão proeminente nesta análise.

Ao ponderar sobre o meio construído, a autora observa que o crescimento de manchas urbanas no Brasil é consequência da especulação exercida por empresas de diferentes ramos e tamanhos, e também do Estado, que promovem revitalização urbana de acordo com seus interesses de investimento financeiro. Neste sentido, criam-se novas centralidades, num modelo de urbanização periférica, com vias rápidas, beneficiando o transporte individual. A “creditização” da sociedade e do território é uma consequência da dinâmica deste período. A autora observa que, ao mesmo tempo, ocorre uma “[...] periferização pobre (Almeida, 2000) e um processo contraditório e complexo de amparo e exclusão dos pobres das áreas centrais, ao ritmo dos projetos público-corporativos de embelezamento da cidade” (ibid., p. 152 – tradução nossa)⁸.

Este fenômeno traz, então, o que a autora chama de *entrecruzamento e invasões entre os dois circuitos*. Certos setores da classe média também se abastecem no circuito inferior,

⁶ “[...] constituído por formas mixtas pertenecientes tanto a las actividades heredadas como a formas de trabajo emergentes que participan, subordinadamente, de la división del trabajo hegemónica”.

⁷ “La implantación de bases materiales, las reformas normativas y cualquier otra opción política termina por afectar el espacio urbano”.

⁸ “[...] periferización pobre (Almeida, 2000) y un proceso contradictorio y complejo de amparo y exclusión de los pobres de las áreas centrales, al ritmo de los proyectos público-corporativos de embellecimiento de la ciudad”.

dado o aprofundamento da vontade de consumir, promovido pela publicidade e também graças ao abandono, por parte do Estado, de um número importante de respostas sociais. De outro modo, os pobres se abastecem de bens e serviços produzidos intencionalmente criados para o consumo popular, pelo circuito superior.

A autora confirma a flexibilização como uma característica do trabalho na atualidade, onde os trabalhadores recebem por serviço realizado, sem nenhum vínculo de emprego, respondendo à demanda por trabalhos especializados e menor custo. Este último, pela busca desenfreada por mais lucros, corresponde preponderantemente à lógica do circuito superior, enquanto no circuito superior marginal e no circuito inferior é a falta de capital, organização e tecnologia que conduz as estratégias.

A lógica das grandes corporações para manter a produtividade, de diminuição do emprego tradicional, substituindo-o pelas contratações temporárias, não ocorre no circuito superior marginal e no circuito inferior.

Nos discursos simplistas em que se busca confundir toda e qualquer forma da economia popular com evasão, contrabando e outras formas de crime, se insiste de fato na perda de empregos e receita fiscal para a economia como um todo. Nada se fala sobre o número de empregos perdidos de modo direto ou por meio de formas metamorfoseadas como o trabalho temporal, que criam uma ilusão de ampliação da base econômica e de emprego da nação. Não parece ser o circuito inferior que resulta oneroso para a economia geral de um país que condena as massas da população economicamente ativa ao desemprego (SILVEIRA, 2007, p. 157 – tradução nossa)⁹.

Coloca como uma nova dinâmica do circuito inferior, a utilização da propaganda, “[...] veículos com alto-falantes para propaganda, faixas, placas e pinturas, diários, revistas e eventos do bairro” (ibid., p. 162 – tradução nossa)¹⁰.

A mesma autora (SILVEIRA, 2004) estuda a relação entre as diferenciações das áreas equipadas por sua valorização seletiva nos dois circuitos (superior e inferior).

Neste trabalho, a linha de análise permanece a mesma. A autora inicialmente coloca a importância de considerar o meio construído como uma totalidade, observando, ao mesmo

⁹ “En discursos simplistas en los que se busca confundir toda y cualquier forma de la economía popular con evasión, contrabando y otras formas de delito, se insiste en el hecho de la pérdida de empleos, impuestos y ganancias para la economía como un todo. Nada se habla sobre el número de empleos perdidos de modo directo o por medio de formas metamorfoseadas como el trabajo temporal, que crean la ilusión de ampliación de la base económica y de empleo de la nación. No parece ser el circuito inferior el que resulta oneroso a la economía general de un país que condena a masas de población econonómicamente activa al desempleo”.

¹⁰ “[...] vehículos con altavoces para propaganda, fajas, placas y pinturas, diarios, revistas y eventos del barrio”.

tempo, os sistemas de ações, vendo a cidade como um conjunto solidário e contraditório de divisões do trabalho. “Conjunto de todos os instrumentos de trabalho e de todas as formas de fazer, a cidade somente poderá ser entendida ao considerar a coexistência de divisões territoriais de trabalho” (SILVEIRA, 2004, p. 2 – tradução nossa)¹¹.

Na perspectiva do funcionamento da base técnica do período, a autora coloca a importância da dinâmica gerada pelo circuito inferior e pelo circuito superior marginal, pois são criadores de economia, “[...] posto que permitem a reutilização dos bens e a distribuição (muitas vezes sem interesse) para os grandes capitais” (ibid., p. 4 – tradução nossa)¹².

Avalia que, no Brasil metropolitano, o circuito inferior cresce concomitantemente à expansão urbana, num processo de urbanização sem industrialização. As atividades de sobrevivência nas cidades crescem na medida em que as crises econômicas do período da globalização promovem a expansão da periferia pobre, ao mesmo tempo em que promove uma deterioração do meio construído já existente, desvalorizado pela modernização de partes da cidade que são mais atinentes ao interesse do capital¹³.

Ao mesmo tempo que:

A extrema variedade de capitais – fixos e variáveis – assegura a existência de uma extrema variedade de trabalho. As estacionalidades relativas a cada atividade econômica se sobrepõem e, desse modo, tendem a anular-se, oferecendo um mercado de trabalho permanente. Assim, a cidade grande se volta mais apta para abrigar um circuito inferior (ibid., p. 9 – tradução nossa)¹⁴.

Assim, existem várias áreas centrais na cidade. Os atores mais pobres também dinamizam a cidade a partir de suas perspectivas. Portanto, nem as cidades que constroem a imagem da modernidade são constituídas apenas pelo circuito superior, mas também pelo circuito inferior, resultado dessa modernização, além de um circuito superior marginal, que nasce principalmente da relevância que adquire a circulação. “Muitas vezes próximo ao circuito superior pela funcionalidade de seu trabalho, o circuito superior marginal se enlaça

¹¹ “Conjunto de todos los instrumentos de trabajo y de todas las formas de hacer, la ciudad solamente podrá ser entendida al considerar la coexistencia de divisiones territoriales del trabajo”.

¹² “[...] puesto que permiten la reutilización de los bienes y la distribución (muchas veces sin interés) para los grandes capitales”.

¹³ Em Recife, podemos observar que este interesse é, sobretudo, do capital imobiliário, que promove alguns espaços, excluindo parte considerável da população da participação na cidade, encurralados a ocupar as áreas de risco, leia-se, áreas alagadas e de morros.

¹⁴ “La extrema variedad de capitales –fijos y variables– asegura la existencia de una extrema variedad del trabajo. Las estacionalidades relativas a cada actividad económica se superponen y, de ese modo, tienden a anularse, ofreciendo un mercado de trabajo permanente. Así, la ciudad grande se vuelve más apta para abrigar un circuito inferior”.

com o circuito inferior pelo comportamento de seus atores” (SILVEIRA, 2004, p. 9 – tradução nossa)¹⁵.

Observando a lógica dos circuitos, que acontecem nas áreas de diversidade, com a especialização e a divisão do trabalho, a autora coloca a circulação como dimensão determinante na dinâmica do período atual, e justifica que por isso há um entrecruzamento dos circuitos, que criam um mercado segmentado, que se nutre da diversidade de fabricação, comércio e serviços. Estas, são áreas densas da divisão do trabalho, onde coexistem técnicas de diferentes momentos históricos, materializados em rugosidades.

Na cidade, ao mesmo tempo em que a divisão social do trabalho que acompanha o mundo da informação e das finanças multiplica as profissões, diminui o número de empregos. Essa dinâmica é gerada pela racionalidade demandada pelo poder hegemônico. Emergem novas formas de emprego, esfumando-se o emprego tradicional da metrópole industrial, sobrepondo-se, agora, *as formas temporárias de contratação, a terceirização, a flexibilização do trabalho*.

A autora coloca como um dado mais verdadeiro no período atual a questão de que a cidade é fragmentada; a cidade é a protagonista das unicidades e das fragmentações, com o uso desigual e combinado das variáveis da época.

No entanto, sabemos que nem todos os agentes usufruem das mesmas oportunidades, que os usos dessas variáveis são diferentes, que as combinações de variáveis podem produzir comportamentos mais <<racionais>> ou mais <<irracionais>> (ibid. p. 19-20, grifos da autora, tradução nossa)¹⁶.

É esta fragmentação que impulsiona nossos questionamentos e nosso interesse em pensar a perspectiva dos dois circuitos, não como caracterizações em si mesmas, mas como uma forma de enxergar, de pensar, o que é promovido por uma dinâmica perversa.

O próximo capítulo propõe nos aproximarmos do objeto de estudo, cercando-nos das perspectivas que permeiam o espaço por nós analisado, a feira, nos levando assim a observar processos como a constituição do bairro de Casa Amarela na dinâmica da expansão da cidade do Recife e sua configuração atual.

¹⁵

“Muchas veces próximo al circuito superior por la funcionalidad de su trabajo, el circuito superior marginal se enlaza con el circuito inferior por el comportamiento de sus actores”.

¹⁶

“Sin embargo, sabemos que no todos los agentes usufructúan las mismas oportunidades, que los usos de esas variables son diferentes, que las combinaciones de variables pueden producir comportamientos más «racionales» o más «irracionales»”.

2 CAPÍTULO II - O ESPAÇO EM QUESTÃO

O âmbito local permeia o processo de conhecer a totalidade estudada, na medida em que as escalas estão interconectadas, dimensões de uma influenciam em dimensões da outra, pois os processos não ocorrem de forma isolada no espaço. A perspectiva histórica também se faz aqui, corroborando sobre a compreensão do que constitui hoje a feira localizada no bairro de Casa Amarela, Recife. Neste sentido, trilhamos um caminho próximo ao que concerne nosso objeto, observando as interconexões espaciais que levarão ao contexto atual do espaço estudado, compreendendo interconexão aqui como os processos que também estão relacionados à feira de Casa Amarela, como a constituição do mesmo bairro.

Sobre a delimitação/conhecimento da área, relaciona-se também como foi realizado o desenvolvimento da pesquisa na esfera do que nos propomos a analisar.

2.1 PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO ESTUDADO – RECIFE E CASA AMARELA

No processo de constituição do espaço brasileiro, a formação das cidades se deu a partir e ao longo da costa, por questões relativas à defesa e ao comércio/comunicação com a Europa.

No litoral pernambucano não foi diferente; o cultivo da cana de açúcar propiciado pelas condições físicas (clima, pluviosidade) junto à proximidade do mar – facilitando o escoamento da produção para a metrópole –, impulsionou o desenvolvimento das cidades a partir do litoral.

Desde 1822, a posição do Recife, entre os centros maiores do País, deveu-se a seu papel como produtor de açúcar, nos começos da colonização portuguesa (1500-1822). O porto do Recife superou, em todo o período colonial, os demais portos do País, e somente perdeu em importância para o de Santos, que assumiu, a partir de começos do século XX, a primazia da exportação do café, superando a do açúcar, e assumiu a liderança da produção e exportação nacional (ALVES, 2009, p. 24).

O Recife possui uma área de 218,498 km², com uma população de 1.537.704, em 2010 e uma densidade demográfica de 7.037,61 hab/km² (IBGE). Cidade cortada por dois rios principais (Beberibe e Capibaribe), teve sua expansão a partir da planície até chegar aos morros; tem cotas, em relação ao mar, de um a dez metros, e seus morros não chegam a mais

de cinquenta metros de altura. Limita-se ao Norte com Olinda e ao Sul com Jaboatão dos Guararapes, formando, juntamente com 13 cidades, a Região Metropolitana do Recife¹⁷.

A constituição do Recife, como colocado anteriormente, foi estimulada pelo porto natural que havia no local, por ser constituída de arrecifes naturais. Sua expansão se deu de forma tentacular (Figura 1), através das vias que ligavam o porto aos engenhos, para escoamento da cana de açúcar produzida. A partir do século XVII, depois da expulsão dos holandeses, a cidade não cresce mais com o acréscimo de construções nos bairros de Santo Antônio, São José e Recife, mas em glebas que por vezes se implantavam perto do centro e outras vezes perto dos engenhos mais próximos da cidade; formavam-se, então, primeiramente arruados, depois novos bairros (ALVES, 2009). A Estrada do Arraial, uma das principais vias de Casa Amarela, e onde se estabelece a feira estudada por nós, é um eixo antigo que ligava a “cidade” ao “interior”, atualmente “subúrbio”¹⁸.

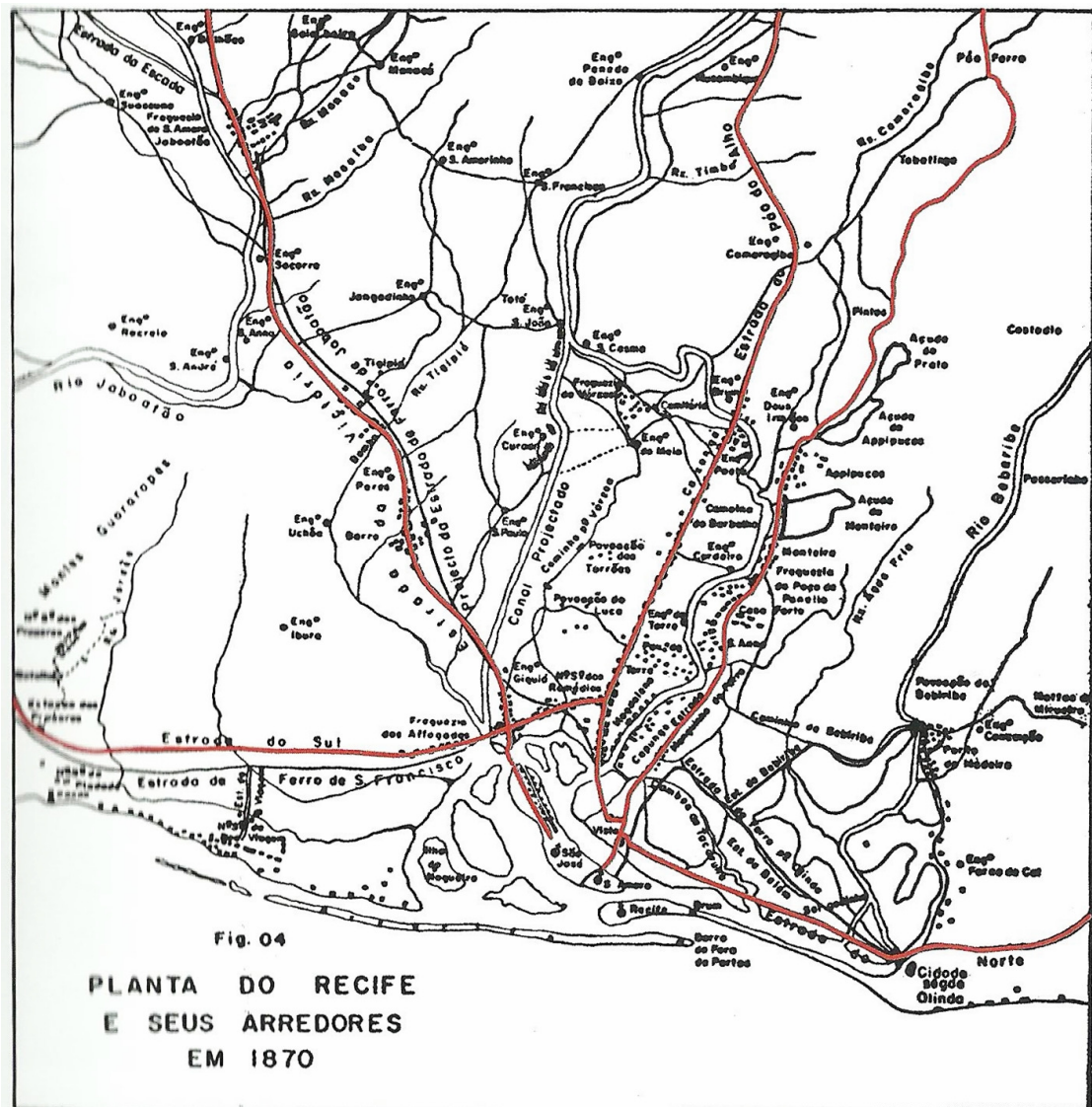
¹⁷

A RMR é formada por Recife, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca.

¹⁸

Sobre o processo de constituição destes espaços e a administração pública, ver BITOUN (2000).

Figura 1 – Sistema Viário “Tentacular” da Cidade do Recife, Ligando o Centro aos Arredores em 1870



Fonte: MELO, M. L. de, 1978, p. 60.

No século XIX a cidade conhece um crescimento significativo, tendo contribuído o incremento de população que migrou do campo para a cidade, com a modernização ocorrida no processo de produção açucareira através da implantação de indústrias a partir da segunda década; grandes secas (principalmente a de 1817); o surgimento acelerado de novas usinas a partir da segunda metade do século e a liberação dos escravos em 1888, com a assinatura da Lei Áurea (ALVES, 2009).

A expansão do transporte público urbano foi um importante responsável pelo crescimento da cidade para as áreas além do centro estabelecido, através do plano de 1855, de

Julyana Santos

Mamede Ferreira, ampliando o acesso para o sul da cidade, chegando ao bairro de Boa Viagem, através da ponte do Pina; também a primeira via perimetral, em 1850 (Estrada dos Remédios), ligando os bairros da Madalena e Afogados, época em que circula o primeiro trem do Nordeste (entre Recife e Cabo) etc.¹⁹ Acerca da expansão para o Norte da cidade do Recife:

Com relação ao transporte urbano, foram construídas duas linhas de trem. Um de seus trajetos tinha início na Praça da República, em Santo Antônio, com um percurso de 2.800 metros até a Estação do Entroncamento, onde se dividia em três troncos: Caxangá, Apipucos (seguindo o caminho das urbanizações ao longo do rio Capibaribe) e Casa Amarela (com a ocupação de uma encosta nordeste, iniciada no final do século XIX, pela retirada de urbanizações marginais localizadas nos trajetos das intervenções urbanas públicas e privadas). O outro percurso partia da Rua Visconde do Rio Branco, atual Rua da Aurora, diante da Assembléia Provincial, na Boa Vista, e percorria 3.200 metros a nordeste até a Encruzilhada, de onde se bifurcava em dois trajetos ao norte: um até Beberibe e outro seguindo pela Estrada de ferro de Olinda (ALVES, 2009, p. 46).

Os bondes elétricos, em funcionamento a partir de 1914, contribuíram para o aumento da mobilidade no território, substituindo os bondes de tração animal, ampliando o horário diário de exploração do serviço. Além de que, a infraestrutura viária e de saneamento implantadas também contribuíram para a ocupação das áreas periféricas: “[...] já começavam a se consolidar os núcleos mais extremos da Várzea, Caxangá, Dois Irmãos, Casa Amarela, Arruda, Barro, Tejipló e Peixinhos” (ibid., p. 57). É nesse período que se intensifica a mobilidade intraurbana na cidade:

[...] incrementa-se a transposição de residências às novas áreas periféricas e valoriza-se a concentração do trabalho e do lazer nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José. As vias projetadas pela Repartição das Obras Públicas, na gestão de Vauthier, para suportar a urbanização, coincidiram com o percurso do transporte coletivo. A comunicação interna da cidade, iniciada com a ponte de 1644, tinha lugar sobre os antigos caminhos rurais em direção à expansão urbana (ibid., p. 48).

O dinamismo econômico da cidade, que tinha em sua engrenagem a produção de cana de açúcar do Estado, começa a cair com a perda da relevância dessa cultura, que passa a dar lugar à cultura do café produzido no Centro-Sul do País. Nessa perspectiva, começam a instalarem-se indústrias têxteis nas áreas dos antigos engenhos do Recife e nos municípios próximos (Paulista, Camaragibe, Jaboatão). Esta transformação da cidade no processo de industrialização que teve início no final do século XIX, junto às secas que aconteceram no interior do Estado (especialmente as de 1915 e 1919) repercutiu na migração de população do campo para a cidade do Recife, que vinha em busca de emprego nas fábricas então instaladas.

¹⁹ALVES (2009).
Júlyana Santos

Para mais informações concernentes às ampliações das vias da cidade ver

O setor industrial não dá conta do volume de mão de obra existente, que vai ocupar-se das atividades alternativas na cidade. Em 1960, a cidade do Recife passa a ter a maior densidade do País, chegando a 3.814,52 km² (ALVES, 2009).

É a partir da década de 1940 que se acelera o processo de urbanização da cidade do Recife, onde seus “tentáculos” vão tornando-se mais largos, com os bairros e subúrbios ampliando-se e soldando-se uns aos outros (MELO, 1978).

Os mocambos, já contabilizados em 1925, são expressivos na cidade, demonstrando a desigualdade existente na mesma. E é no processo de “higienização” da cidade, promovida pelo governo de Agamenon Magalhães com a campanha Cruzada Social Contra o Mocambo, e em 1939 a criação da Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), que os morros do Recife são ocupados. Os mocambos são erradicados do centro da cidade, que era de interesse da classe dominante e da Igreja Católica, e são construídos alguns conjuntos habitacionais e casas populares longe do centro, mas que não davam conta do número de mocambos destruídos. Foram também construídas vilas operárias distantes do centro depois de inundações em 1924, onde Casa Amarela foi um dos bairros que recebeu considerável número de pessoas.

Uma das principais obras de infraestrutura do governo de Agamenon Magalhães, que serviram para higienização da cidade, tanto do ponto de vista físico como biológico, foi a construção do canal Derby-Tacaruna, que resolveu não só o problema da drenagem, minimizando os efeitos das inundações, como da limpeza dos mocambos e de seus habitantes, que não eram tolerados pela sociedade dominante. Grande parte dos moradores dos mocambos localizados nessa área fugiu para os morros, principalmente para o atual bairro de Casa Amarela, o que abriu caminho para a construção de uma nova frente de expansão que serviu de estímulo aos investidores do mercado imobiliário e da construção civil (ALVES, 2009, p. 92).

Assim, os morros, a princípio, aristocráticos, onde era elegante estar em rede ou palanque nos ombros dos negros, cede lugar, estrategicamente, à população pobre, já que não era de interesse do mercado imobiliário, deixando livres as terras do centro da cidade, na medida em que incentivou sua ocupação com o pagamento de pequenos aluguéis, ou a compra de pequenos lotes, além de que o Estado, inclusive, tolerou invasões a essas áreas, sem normativa municipal que impedisse (ibid.).

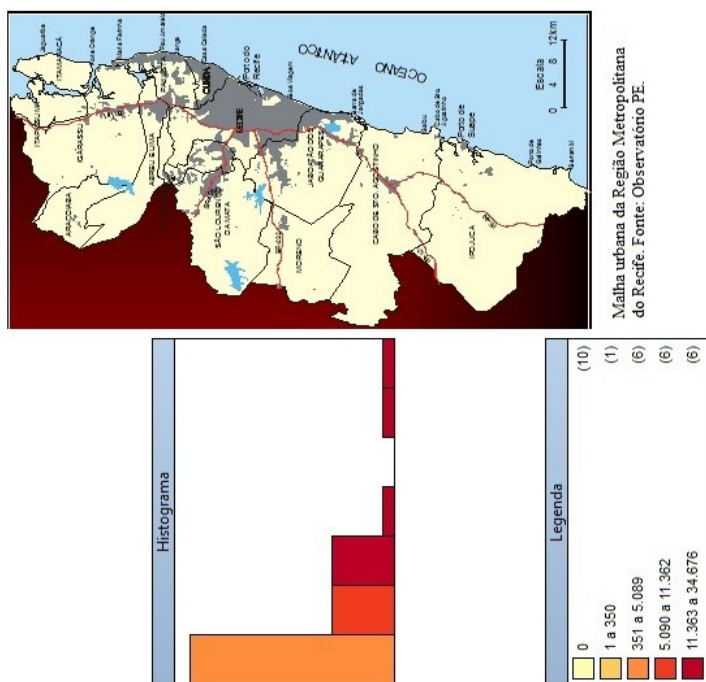
Vários foram os momentos chaves na ocupação dos morros. O primeiro tem início no final dos anos 1930, com a expulsão dos mocambos e o maior fechamento da cidade às invasões perto do centro. Essa ocupação se dá nos morros da zona norte da cidade. [...] O segundo momento está relacionado com as inundações das décadas de 1960-1970. A população afetada dirige-se para os morros da zona sul da cidade. [...] E, por último, produziu-se também a ocupação da zona oeste, dos morros pertencentes à família Brennand, na Várzea, assim como da parte alta de Guabiraba (ALVES, 2009, p. 93).

Desta feita, podemos observar que a formação da área por nós estudada esteve intimamente ligada à pobreza no Recife. Casa Amarela está situada em contato com bairros considerados nobres na cidade do Recife. A Figura 2, a seguir, mostra seu contato de limite entre “bairros pobres” e “bairros ricos”. Casa Amarela foi o limite periurbano da população pobre que se expandia para Norte da cidade; a feira localiza-se, assim, numa fronteira social.

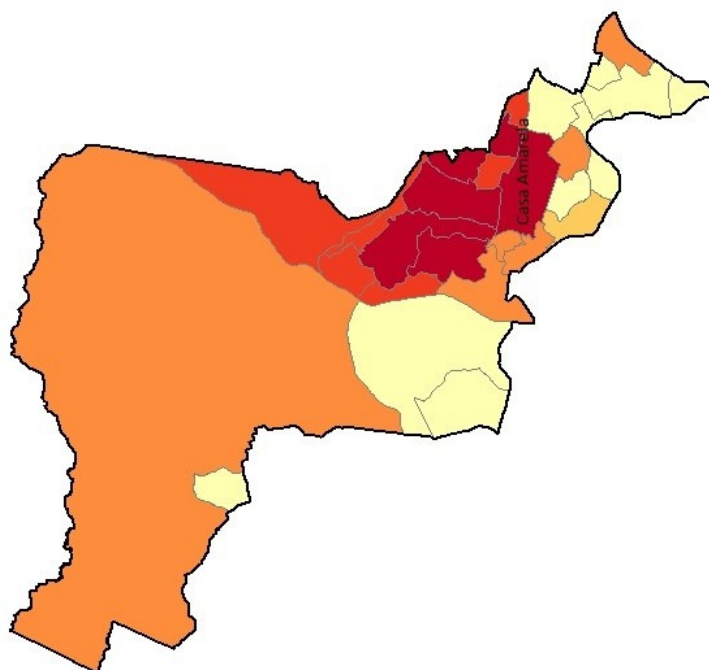
Esta figura relaciona a população residente em “áreas de interesse social”, que está ligada ao desenvolvimento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instrumento que reconhece a diversidade de ocupações na cidade, sobretudo diante das desiguais condições de desenvolvimento da população na cidade. A população pobre, sem acesso ao mercado formal de terras, acaba por ocupar áreas protegidas pela legislação ambiental (alagáveis, margem de rios, encosta de morros), repercutindo também numa urbanização precária. A definição das ZEIS, juntamente ao PREZEIS – Plano de Regularização das ZEIS, (institucionalizados em 1980), são instrumentos que dão espaço àqueles que estão à margem do mercado formal de terras e de moradia, a manterem um diálogo com os gestores urbanos (SANTOS, 2009). A ZEIS tem como prerrogativa básica incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, através de um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos. No caso da ZEIS Casa Amarela, esta foi zoneada quando já tinha sido ocupada; é constituída dos bairros da Mangabeira, Alto José do Pinho e Água Fria e, segundo o Observatório-PE (2007), concentra os maiores déficits (educacional, habitacional).

INTERAÇÕES ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA FEIRA DE
CASA AMARELA – RECIFE-PE

Figura 2



População que reside em áreas classificadas como de Interesse Social, 2000
Bairros da RPA 3



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Urbano no Recife, 2000.

Quando da criação do Mercado de Casa Amarela, em 1930, este bairro se situava num limite, na época, bem distante do “centro” da cidade e, hoje, Casa Amarela é, também, um centro; uma área de contato entre os bairros de classe alta e as populações do morro que começava a se povoar. Por isso, também a diferença entre a classe de trabalhadores da feira e seus consumidores (uma classe mais abastada), diferentemente do que se encontra em outras feiras localizadas em bairros mais pobres.

Sobre o início da formação do bairro numa perspectiva histórica:

A povoação de Casa Amarela, parte do bairro do Arraial, na freguesia do Poço da Panela, era descrita, em fins do século XIX, como um dos arrabaldes mais saudáveis e povoados do Recife. No grande largo que deu origem ao povoado, ao lado da estrada que leva ao Brejo dos Macacos, situava-se o cemitério público da paróquia. Ao leste, em frente ao cemitério, encontrava-se em construção uma capela dedicada a São Sebastião. Um pouco mais adiante, a estação de trem da linha férrea do Norte, e, logo em frente à mesma, um grande edifício que servia de oficina para os trens. Às margens da linha do trem ficavam as casas da Vila Operária, pertencentes à municipalidade.

O acesso ao povoado no início do século XIX era feito pela antiga Estrada do Arraial, ramal da estrada geral do Recife a Dois Irmãos. A Estrada do Arraial, que existe desde o século XVII teve suas obras de pavimentação iniciadas em 1836. Partindo dos Manguinhos, passava pela capela dos Aflitos, pelo Arraial Velho e chegava ao Largo de Casa Amarela.

A partir de 1871, a povoação passou a ser servida pelas popularmente conhecidas “maxabombas”, da Estrada de Ferro do Recife à Várzea e Dois Irmãos. [...]

Os trens partiam regularmente da Estação Central da Rua do Sol, a cada hora, para percorrer 6.480 metros. Finalmente, a última estação, que, por ficar em frente a uma casa sempre pintada de amarelo, recebeu o nome de Estação de Casa Amarela. Este nome se estendeu ao povoado, atual bairro de Casa Amarela (LINS, 2007, p. 76 e 78).

Neste processo, a população do bairro desenvolve-se, também, através de atividades ligadas ao comércio promovido pela população pobre; onde hoje esta área pode ser considerada um centro comercial, na medida em que, em especial a área que circunscreve a feira por nós analisada, congrega uma relevante variedade de comércio: lojas de eletrodomésticos, móveis, eletrônicos, supermercados, lojas de calçados, roupas, além de estar abastecida por diversas linhas de ônibus, serviços como escolas, serviços de saúde; informática; bancos; cemitério.

O desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximizando vantagens locacionais específicas a cada produção, gera uma *divisão territorial do trabalho* a qual suscita a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de um sistema viário que se sobrepõe ao antigo ou é criado do nada, bem como outros elementos da infra-estrutura (CORRÊA, 2001, p. 26 – grifo nosso).

A partir da Figura 3, podemos observar a localização da Feira de Casa Amarela (em azul na figura), mais especificamente, a de gêneros alimentícios, estudada por nós. A Rua Padre Lemos, que aparece na mesma figura é uma rua essencialmente comercial.

Figura 3 – Feira de Casa Amarela e Entorno



Fonte: Google Maps, modificado pela autora, 2012.

A observação de que este espaço congrega em sua densidade uma série de serviços, nos remete a pensar sobre o modo como se estruturam as localidades centrais nos países subdesenvolvidos, apoiada na coexistência dos dois circuitos, o moderno e o tradicional convivendo de forma articulada no espaço.

2.1.1 Os Dois Circuitos e o Recife

No Recife, é marca na paisagem a imagem de ambulantes e de comerciantes que se relacionam com diversas formas de trabalho, tanto no centro da cidade quanto em sua periferia. Além disso, compreendemos a importância do circuito inferior nesta cidade; ele é responsável pela ocupação de um abrangente número de pessoas.

Recife manifesta essa informalidade em vários lugares, havendo uma especialização de áreas comerciais do circuito inferior: Casa Amarela, com a sua produção artesanal e a comercialização de roupas; Nova Descoberta e Vasco da Gama, com os seus marceneiros e reparadores de artigos os mais diversos; Afogados, Beberibe, Encruzilhada e Várzea bem como Casa Amarela, Nova Descoberta e Vasco da Gama, com seus mercados, suas feiras e seus artesanatos; Santo Antônio e São José, com seus camelôs “especializados” na venda de alimentos, calçados, roupas, aviamentos, utensílios domésticos e artigos industrializados importados; Boa Viagem e também São José, com seus artesanatos e souvenirs; Pina e também Boa Viagem, com prestação de pequenos serviços a banhistas tais como alugueis de espreguiçadeiras, bóias, sombrinhas de sol e a venda de alimentos e bebidas frescas à praia (CASTILHO, 2008, p. 78-79).

Esta configuração é acentuada pela abertura comercial do Brasil à competição estrangeira na década de 1990, que deflagrou uma situação de adaptação das empresas nacionais, em que se procurava uma maior produtividade em menor tempo e com menores custos para conseguir competir com os produtos estrangeiros no mercado interno, ocasionando uma pressão sobre o emprego, principalmente sobre a mão de obra menos qualificada, repercutindo, sobretudo, nas regiões metropolitanas (ARAÚJO, 2007, p. 22).

Na cidade por nós estudada, o Recife, a situação foi agravada pelo frágil dinamismo na economia local:

[...] o período 1998-2004 foi marcado por um descompasso entre a oferta e a demanda por trabalho. O contingente de pessoas ocupadas apresentou crescimento relativamente significativo apenas em 2000. A partir de então, o emprego passou a apresentar um crescimento abaixo do registrado pela PIA [população em idade ativa], inclusive com retração em 2003-2004, quando foram extintas 19 mil oportunidades de trabalho na cidade [ibid., p. 22]. [...] Com exceção de “outros setores”, que registraram abertura ou não-fechamento de vagas ao longo de todo o período, e da indústria, que apresentou sempre fechamento ou não-abertura de vagas no período, todos os outros segmentos da atividade produtiva descreveram uma

trajetória inicial de expansão e começaram, em determinado momento (2001 ou 2002), um movimento de retração na demanda por trabalho (ARAUJO, 2007, p. 23).

Em contraposição, há um aumento no nível de emprego nos serviços, “outros setores” e no comércio. Os números de ocupações nessas áreas são alavancados pelo crescimento de ocupações nos serviços (ibid.), onde se destaca os serviços pessoais.

A situação de precarização do trabalho (envolvendo remuneração, jornada de trabalho, perspectivas de ascensão, segurança) colabora para que considerável parte da população sem emprego passe a ocupar-se de atividades tidas como autônomas, desenvolvendo seu próprio trabalho.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital (ANTUNES, 2001, p. 38 – grifo do autor).

O estudo de Araujo (2007) sobre o trabalho de vendedores nos semáforos do Recife demonstra como atividades deste tipo – considerada no estudo como setor informal – constituem uma alternativa quando se observa a precariedade imposta pelo trabalho.

Hoje, no contexto de uma *globalização perversa*, têm-se, no âmbito do conjunto das relações sociais, consideráveis níveis de exploração, precariedade e seleção de pessoas, repercutindo, fortemente, no processo de vida das classes que vivem do trabalho. Não convém negligenciar as relações do trabalho com a vida das pessoas visto que, como já colocado antes, o trabalho constitui um fator muito importante no processo de existência em qualquer que seja o lugar (CASTILHO, 2008, p. 80-81 – grifos do autor).

A crescente exigência pela qualificação profissional no mercado de trabalho e a não adequação de grande parcela da população pobre a essa exigência, é um dos fatores que contribuem para o número de desempregados ou no número de pessoas que, sem qualificação, procuram ocupações no circuito inferior da economia, mas também, no período atual, em que a concorrência é expressiva, e as relações de trabalho são cada vez mais desrespeitosas com o trabalhador, pessoas com alguma qualificação encontram dificuldade de encontrar emprego e muitas vezes não querem estar submissos, acabam desenvolvendo alguma atividade autônoma. “A cidade é, simultaneamente, meio de trabalho para a população ativa e meio de vida para as pessoas tanto no circuito inferior como no superior da economia urbana” (ibid., p. 75).

Dada a complexidade e relevância deste circuito na cidade como meio de desenvolvimento do trabalho para muitos pobres, o que também se relaciona com um mercado consumidor que necessite de sua dinâmica, um aprofundamento do conhecimento sobre o mesmo no meio urbano pode possibilitar melhor convivência na cidade, pois a

Julyana Santos

regularização de alguns espaços de forma pontual e limitada, sem compreender a natureza e a significação social do trabalho (CASTILHO, 2008) como constituintes da produção do espaço, acaba por não alavancar o que o poder público considera “desordem” urbana. Além disso, é preciso reconhecer que estes espaços precarizados e subjugados no modelo atual de sociedade necessitam também de estímulo por parte do setor público.

As atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental, enquanto as atividades do setor inferior não dispõem desse apoio e frequentemente são mesmo perseguidas, como no caso dos vendedores ambulantes em numerosas cidades (SANTOS, 1979, p. 47).

Cabe-nos, então, procurar compreender melhor a dinâmica deste circuito na cidade, visto que ele é o resultado do sistema vigente e é, ao mesmo tempo, produtor da configuração espacial, sobretudo nas regiões metropolitanas, como observou Castilho (2008): “A *crise do emprego* tem repercutido sobremaneira na urbanização do trabalho, reconfigurando os lugares urbanos” (p. 80, grifos do autor). Neste sentido, a feira livre participa da produção do espaço urbano através dos feirantes como agentes sociais (CORRÊA, 2011).

Deve-se discutir o desenvolvimento do circuito inferior de um ponto de vista relativo e histórico, pois “[...] pobreza e circuito inferior aparecem com relações de causa e efeito inegáveis” (SANTOS, 2008, p. 196).

Até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza urbana como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento industrial. O setor informal era entendido como um sub-produto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor moderno, e que seria superado pelo crescimento econômico. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo-se a viabilidade do setor informal. Conforme esta visão, *o futuro era o capital e todos cresceríamos juntos* (KRAYCHETE, s/d, p. 7 – grifos do autor).

O crescimento do que chamamos de circuito inferior da economia era entendido como um subproduto de um período de crise a ser superado com a retomada do crescimento econômico, e, portanto, o mercado capitalista era visto como um mecanismo de integração-proletarização, onde esta seria completada e compensada pelo Estado (ibid.).

Daí a importância da categoria de “consumo coletivo”, que dava conta das políticas sociais do Estado, e cujo sentido seria o de reprodução da força de trabalho – entendida como a capacidade de trabalho vendida em troca de um salário – via pela qual também ocorreria a reprodução da população urbana (ibid., p. 7).

A ocupação alternativa da população pobre já não pode mais ser observada como algo residual e conjuntural; a pobreza e o circuito inferior crescem concomitante ao setor moderno e é uma de suas implicações no sistema do capital, que é inerentemente desigual e excludente.

SILVEIRA (2004, 2007), mostra como nas grandes cidades brasileiras vem crescendo o número de empregos criados pelas micro e pequenas empresas.

[...] é importante sublinhar que em 2001 somente as micro e pequenas empresas de comércio e serviços (pouco mais de dois milhões de estabelecimentos) contrataram 7,3 milhões de pessoas (desse total, três quartas partes eram empresas que contratavam até 5 pessoas), a saber, cerca de um décimo da população ocupada no Brasil. O número de empresas vem crescendo, e especialmente sua contribuição para criar empregos. Em 1998, 5,5 milhões de pessoas trabalharam nessas empresas, o que significa que houve um aumento de mais de 32 por cento entre 1998 e 2001 (SILVEIRA, 2004, p. 9 – tradução nossa)²⁰.

No período atual, então, a dinâmica do pequeno comércio assume dimensões que força o Estado a reconhecer alguma dimensão de sua importância através de novas abordagens e estímulos ao seu desenvolvimento, apesar da abordagem efetiva ser substancialmente econômica.

Com relação à realidade do desenvolvimento de atividades alternativas desenvolvidas pela população pobre, em 1983, Cavalcanti aferiu que:

[...] o desemprego aberto tende a ser mínimo numa área urbana como o Grande Recife, em virtude precisamente da possibilidade que o trabalhador que está procurando emprego e não acha, tem de se converter em trabalhador informal. Tal possibilidade é que parece responder pela menor urgência que os problemas de emprego têm merecido no âmbito das decisões relativas ao processo de desenvolvimento recente do Nordeste (p. 12).

Hoje, acrescentamos que o processo de precarização do trabalho também tem contribuído para a permanência e importância do circuito inferior na cidade, tornando-se necessário repensar sobre o mesmo na construção desta, que tem sido tomada preponderantemente pelo poder imobiliário, construindo uma modernidade que não respeita as singularidades do espaço em questão, sem observar o meio e o homem; uma modernidade que é distante do cotidiano da gente que faz a cidade. O Recife é cada vez mais excludente.

2.2 CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA

Diante das inquietações e questões que colocamos nos itens anteriores e de conhecimento acerca do que constitui o espaço por nós estudado, a partir do objetivo de nossa

²⁰

“[...] es importante subrayar que en 2001 sólo las micro y pequeñas empresas de comercio y servicios (poco más de dos millones de establecimientos) contrataban 7,3 millones de personas (de ese total tres cuartas partes eran empresas que contrataban hasta 5 personas), es decir, cerca de un décimo de la población ocupada en Brasil. El número de empresas viene creciendo, y especialmente su contribución para crear empleos. En 1998, 5,5 millones de personas trabajaban en esas firmas, lo que significa que hubo un aumento de más del 32 por ciento entre 1998 y 2001”.

pesquisa, que constitui essencialmente na *análise da interação entre os dois circuitos da economia, as relações existentes entre a Feira de gêneros alimentício de Casa Amarela e o CEASA-PE*, traçamos os procedimentos metodológicos, que tiveram como principal base as entrevistas semiestruturadas, compreendendo que este foco responderia preponderantemente às questões por nós levantadas, pois elas nos trouxeram a compreensão primordial sobre o que constitui a Feira de Casa Amarela, sobretudo sobre o setor de gêneros alimentícios, como também nos propiciaram compreender melhor a respeito da configuração das relações existentes no CEASA-PE.

Neste sentido, procuramos questionar os feirantes sobre o que segue: idade do feirante; como iniciou o negócio na feira; com quantos bancos o feirante trabalha; se estes bancos são próprios ou alugados; quantas pessoas trabalham juntamente com ele; se estes estão na condição de empregados ou dividindo o comércio; se trabalham juntamente com parentes; onde compram o que comercializam na feira; como realizam suas compras (dinheiro/crédito); se utilizam algum serviço bancário; qual a dinâmica de suas compras (horário que realiza, dias, como transportam para a feira); dias e horário que trabalham. Nesta empreitada, o ambiente e a forma como escolhemos proceder, com a entrevista semiestruturada, proporcionou que alguns feirantes, num tom de conversa, nos relatassem mais do que nos propomos a questionar, nos levando a uma compreensão da dinâmica além do que um pesquisador imagina, e foi desta forma que descortinamos, para nós mesmos, perspectivas novas a respeito do comércio na feira, como a venda em domicílio, por exemplo.

Pudemos utilizar a entrevista transgredindo os questionários objetivos, estabelecendo uma ligação além do questionário formal. A convivência com o cotidiano vivido pelos feirantes nos possibilitou conversas informais que mediarão nossos objetivos, lembrando que as questões abordadas no diálogo permearam, sobretudo, o que se relaciona com o objeto de pesquisa.

Já no CEASA-PE, por parte da administração desta organização, obtivemos conhecimento sobre o funcionamento geral da mesma. Com comerciantes questionamos sobre:

- a) Qual o volume médio de venda da empresa por semana?
- b) Quais são os principais clientes?
- c) De onde vêm os produtos comercializados?
- d) Como os produtos comercializados chegam no CEASA-PE?

e) Costuma usar serviço bancário?

A observação destes espaços também colaborou no processo contínuo do conhecer duas dinâmicas complexas, de diversas interações e que estão em constante movimento.

Com relação à feira, fizemos visitas em diferentes dias da semana, tanto entrevistando, como apenas observando o movimento da feira e/ou participando desse movimento e, como este é um ambiente familiar ao pesquisador, esta prática foi feita sob duas perspectivas: a de consumidor (como também aquele que usualmente passava por este espaço) e a de pesquisador, na empreitada de nosso estudo. As visitas se alternaram entre os chamados “dias de feira” (quinta, sexta e sábado) e dias em que um número menor de feirantes se encontrava comercializando e também em diferentes períodos; as entrevistas/visitas não foram feitas todas num único mês; foram realizadas entre maio de novembro do ano de 2012. Nesta perspectiva, procuramos:

- a) Observar a feira em diferentes dias da semana e em diferentes horários, dando atenção à dinâmica de seu funcionamento;
- b) Fazer levantamento dos produtos vendidos e do volume de venda de cada conjunto de banco por semana, assim como quantos bancos a feira possui e com quantos bancos cada feirante trabalha;
- c) Verificar de que maneira (financeira) compram e vendem seus produtos;
- d) Verificar se utilizam ou já utilizaram algum tipo de crédito bancário para melhorar ou adquirir o banco ou algo que viabilize melhores lucros;
- e) Observar, através dos relatos dos feirantes, as condições de seu trabalho na feira.

No CEASA-PE também realizamos entrevistas e observações em diferentes dias e horários (entre junho e agosto de 2012), onde cada um colaborou de diferente forma para compreensão do que estava sendo estudado. Tanto a visita em dia e horário de maior movimento como a visita nos demais dias, onde foi oportuno conversar com funcionários da organização, foram importantes no processo de conhecimento de suas relações. Sobre esta organização, procuramos:

- a) Verificar se existe material acerca da relação do CEASA-PE com as feiras livres;
- b) Verificar as principais distribuidoras de alimentos por produto no CEASA-PE;

- c) Verificar o volume de vendas dessas distribuidoras e quais os principais produtos distribuídos;
- d) Verificar como são contabilizadas entrada e saída de alguns produtos alimentícios.

Para compreender a interdependência entre os dois circuitos, que garante a relação dialética entre os mesmos, investigamos acerca dos possíveis atrativos que proporcionam esta interdependência. No caso da feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela: *o que faz com que os feirantes comprem no CEASA-PE (proximidade de uma variedade de gêneros alimentícios?; preços favoráveis a seu comércio?)*? No caso dos atacadistas do CEASA-PE: *verificar em que medida o comércio no CEASA-PE depende dos feirantes como clientes; quais são os principais (que geram maior volume total de compras) clientes*.

Também houve uma tentativa de conhecer um pouco das feiras livres do Recife através da CSURB (Centro de Serviços Urbanos do Recife), que trata do “ordenamento” das mesmas nesta cidade. O êxito desta empreitada foi ínfimo, pois este órgão não possui registro no tocante às mesmas; apenas supõe-se saberem quais são as feiras livres, o número de bancos (642 bancos e 101 feirantes) existentes nas mesmas, alguns feirantes cadastrados e, no caso de nossa investigação especificamente, a informação de que o pátio onde está instalada a Feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela é considerado área de lazer, praça de eventos e por isso não é possível a organização desta feira com estruturas fixas, pois, em datas comemorativas são montadas estruturas para realização de eventos.

Cabe aqui observar que, no caso da Feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela, a mesma não possui, sequer, um espaço próprio para sua realização. O pátio de eventos é “emprestado” à feira, já que esta não pode ser organizada com instalações fixas, onde são realizados festejos em diferentes épocas do ano.

O desenvolvimento da pesquisa também contou com fotografias sobre o observado, que constitui um dos âmbitos de conhecer o que se encontrou, além da exploração do que já foi produzido na literatura a respeito do tema.

Este percurso foi guiado, como já colocado, pela escolha de trabalhar com os dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), que deu luz a nossas reflexões, compreendendo que nos dá subsídios para pensar a cidade enquanto uma totalidade mediada por diversas divisões do trabalho, com diversos níveis de organização e de capital.

Santos (2009) discute também a respeito da compreensão do espaço como um sistema de objetos e sistema de ações. Abordagem que também nos acompanhou como método, observando que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam as forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2009, p. 63).

Define o objeto geográfico como um sistema, agregando o fator histórico em sua utilização pelos grupos humanos, onde seu papel pode ser apenas simbólico, mas geralmente também o é funcional (ibid.).

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade (ibid., p. 72-73).

Neste ínterim, os objetos por nós estudados encontram na feira e no CEASA-PE sua materialidade, enquanto as práticas dos feirantes refletem suas ações. Interessante também observar o poder de decisão que media as ações:

Impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros. Um decididor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar. Essa ideia é desenvolvida por J. Masini (1988, PP. 112-113) que inclui, entre os grandes decididores, os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos... A escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação. [...] Neil Smith (1984, ed. bras., 1988) ao escrever sobre o problema das escalas, considera que estas conhecem uma progressão que vai do corpo do homem ao próprio mundo, tomado como um todo. A corporeidade do homem é um instrumento da ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado, nos dias atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê-lo (SANTOS, 2009, p. 80).

Diante desta perspectiva, discutimos, a seguir, acerca do que pudemos analisar na empreitada de nossa investigação sobre o espaço.

3 CAPÍTULO III - OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NA DINÂMICA DA FEIRA DE CASA AMARELA

O atacado e o varejo na cidade do Recife possuem em sua interação uma especificidade própria neste território, que certamente pode encontrar ressonância em outros.

Aqui, a compreensão da configuração dos mesmos e do relacionamento entre eles foi priorizado, na medida em que é o eixo central do que nos propomos a analisar. A Feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela e o Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA-PE) participam de uma dimensão do comércio no Recife, uma dimensão contendo diferenciações e seletividades no espaço, considerando a produção e o consumo. Neste sentido, a feira livre estudada é compreendida por nós observando as seguintes colocações:

[...] que tipo de mercado periférico é esse? A feira é lócus de atividade econômica, cultural e social para descendentes e remanescentes do meio rural; desempregados dos centros urbanos regionais; nordestinos que migraram e retornaram das grandes metrópoles, principalmente São Paulo; pequenos, médios e, em menor escala, porém em maior influência, grandes empresários; e famílias que ou trabalham num mesmo negócio juntos ou então em diversos pequenos comércios que tanto podem estar lado a lado, como também podem estar espalhados por outros setores ou mesmo em outras feiras que acontecem todos os dias da semana – nos diferentes bairros da cidade. É, assim, um espaço que constitui e caracteriza as “franjas” do capitalismo moderno, crucial em diversos aspectos à continuidade dinâmica de seu funcionamento contemporâneo. [...] Embora seja originalmente atividade tradicional que remonta a outras “eras históricas”, o comércio de feira está hoje acoplado à dinâmica do capitalismo – que não se mostra capaz de gerar empregos para parte significativa da população e, ao mesmo tempo, se desenvolve de modo relativamente distinto a depender da condição geopolítica da região na qual o observamos (central ou periférica, por exemplo). Em síntese, o argumento que aqui seguimos nos leva a observar que a feira não está à parte do mundo contemporâneo. Muito pelo contrário, também é decisivamente constituída pelas instituições-chaves da modernidade, Estado e Mercado (cf. Souza, 2000). (SÁ, 2011, p. 41 – grifos do autor).

A diminuição do emprego na indústria e na agricultura, estimulado pela modernização tecnológica, com o concomitante aumento do emprego no setor “terciário”, o maior acesso da população ao consumo e ao crédito, assim como a flexibilização do trabalho, não fez sucumbir a desigualdade de renda, o que permite que, ainda hoje, apesar do diferente contexto socioeconômico, continue existindo esferas diferenciadas de produção e de consumo dentro de um mesmo território, como acontece com o CEASA-PE, como poderá ser adiante observado. A feira livre também é um exemplo na esfera do consumo. Vale ressaltar as diferenciações que condicionam a dinâmica atual.

3.1 A FEIRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE CASA AMARELA

As feiras livres, que também são uma das expressões do circuito inferior da economia urbana, ligadas ao rural, constitui uma marca da criatividade daqueles que não estão ocupados num trabalho “formal” na cidade, como também possui relevante importância para a população consumidora pobre, pois é nesses espaços que os pobres podem “pechinchar”, negociar a compra. Além de que, “esse tipo de centralidade [proporcionado pela feira] ‘resiste’ nos lugares intersticiais, residuais e opacos da metrópole, em especial nas periferias sociais e geográficas da metrópole capitalista” (SERPA, 2011, p. 102).

Num outro sentido, Pintaudi (2011) nos adverte que:

[...] se prestarmos mais atenção, a opacidade desses espaços, aliada a pouca importância que conferimos à existência dos espaços comerciais e seu consumo na perspectiva crítica, pode ser bem generosa com a reprodução do capital. [...] o ato de comerciar nos remete diretamente à troca de mercadorias, ou seja, trocamos o nosso dinheiro por um objeto de uso. [...] a cada vez que o praticamos, não nos damos conta de estar trocando trabalho, representado, de um lado, pelo dinheiro de que se dispõe para a compra, como resultado de nosso labor e, de outro, pelo objeto que desejamos adquirir e pelo qual podemos pagar (p. 169).

Esta relação de troca, que antes era feita entre objetos e hoje possui o dinheiro como dimensão intermediadora, que é possibilitado através do trabalho, Haug (1997) chama de abstração, quando o valor de troca desliga-se de cada mercadoria em particular e o dinheiro passa a exercer um poder sobre todas as qualidades, limitado apenas por sua quantidade, o poder de compra. A lógica do dinheiro nessa economia não moderna é reinventada, onde, segundo Santos (1979), através da fórmula de Lavosier: “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. É aqui que, apesar do consumismo promovido pelo fetiche da estética da mercadoria (HAUG, 1997) e da relação cada vez maior com a utilização de produtos “descartáveis” – que na verdade são apenas acumulados longe de nossos olhos – o homem utiliza a lógica do reaproveitamento, da reutilização, onde o dinheiro tem outro “valor”/utilidade, pois, a sobrevivência é a principal preocupação da população pobre. “[...] a feira consiste em uma estratégia de sobrevivência para significativa parcela da população, facilitada pela informalidade de sua realização” (MIRANDA, 2009, p. 31), colocaríamos aqui, *estratégia de desenvolvimento do trabalho*.

No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna (SANTOS, 1979, p. 46).

A feira livre envolve diversas relações que dinamizam o espaço onde se encontra. Desta feita, vale a pena observar, também, a (re)produção do espaço proporcionado pela dinâmica da feira, visto que esta serve como ímã para que outras atividades comerciais se beneficiem da centralidade proporcionada, estimulando outras atividades na vizinhança.

Como importante fomentador da atividade econômica urbana, as feiras trazem dinamicidade e agregam valor ao espaço urbano, dão suporte ao desenvolvimento da economia local, geram sucesso econômico a quem dela tira o sustento e, finalmente, são lugares onde se pode pechinchar e conseguir produtos com melhores preços (MIRANDA, 2009, p. 41-42).

Em economias mais avançadas há nova valorização desta expressão de comércio; as feiras como elemento-chave da retomada da dinâmica de centros urbanos.

Este papel de revitalizador e dinamizador da economia local faz com que atualmente as feiras sejam consideradas mundo afora um elemento de renascimento do comércio em áreas centrais. A valorização desse evento semanal como elemento importante da economia local e suporte para recuperação das condições de vida de comunidades menos favorecidas contradiz posições que desconsideram a possibilidade urbana do comércio informal em grandes cidades (MIRANDA, 2009, p. 41).

Considerando que o circuito inferior envolve os agentes e suas práticas, nossa atenção volta-se para os feirantes como agentes da dinâmica realizada na feira, observando sua complexidade, principalmente a partir das entrevistas feitas. Pudemos refletir tanto sobre o objeto (a feira), como aqueles que articulam as práticas, os feirantes, para compreensão da realidade por nós analisada.

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2011, p. 44).

A feira de Casa Amarela remete à constituição do bairro com o mesmo nome. O Mercado de Casa Amarela, fundado em 1930 é anterior à constituição da feira que estudamos. A feira alterna entre dias de maior movimento (o chamado “dia de feira”), que acontece de quinta a sábado, e os dias de menor movimento. Nestes, os feirantes aproveitam para fazer compras e para arrumar os bancos. Vale lembrar que nem todos os feirantes trabalham toda a semana, uma parte destes trabalha na feira a partir da quarta ou quinta-feira. Há também uma feira em funcionamento fora do espaço destinado pela Prefeitura do Recife; o espaço que destina-se à feira é considerado Pátio de Eventos de Casa Amarela, onde acontecem festividades em algumas épocas, como Carnaval e São João (Figuras 4 e 5).

A feira que acontece na rua possui uma dinâmica de maior movimento relativamente àqueles que comercializam no Pátio, e por este motivo, as pessoas que estão lá não querem um espaço dentro da feira. Posteriormente, no decorrer de nossa pesquisa, houve a retirada daqueles que trabalhavam na rua. A partir de então, tivemos conhecimento, através das entrevistas, que a maioria destes, eram feirantes que também comercializam no espaço estabelecido pela Prefeitura, por isto, a forma da feira/quantidade de bancos não foi alterado com este evento. Contudo, observou-se ainda que alguns feirantes continuaram, discretamente, com pequenos carrinhos ou barracas, a comercializar na rua. Mais tarde, os feirantes voltaram, em sua dimensão anterior, às ruas. Esta incerteza, relações que estão em constante dinâmica é, também, uma das dimensões da precarização do trabalho no circuito inferior.

Figura 4 – Feirantes que comercializam na rua



Fonte: a autora, 2012. Quando da retirada dos bancos de feira que funcionavam na rua; alguns feirantes continuavam comercializando, em dimensões bastante reduzidas.

Figura 5 – Feirantes que comercializam no Pátio de Eventos de Casa Amarela



Fonte: a autora, 2012.

Os gêneros alimentícios vendidos na feira por nós abordada se refere à hortifrúti, o que também caracteriza a dinâmica de seu funcionamento. As compras são feitas no CEASA-PE; todos os feirantes compram a mercadoria com a qual trabalham no CEASA-PE. Contudo, alguns feirantes compram determinados produtos do interior, que varia de acordo com o preço oferecido. Foram mencionados os municípios de Camocim de São Félix/PE, Chã de Alegria/PE, Limoeiro/PE, São Vicente Férrer/PE, Pedra de Fogo/PB, Vicência/PE. Alguns, ainda, são também produtores e, quando não estão trabalhando na feira, trabalham com a produção dos gêneros que são vendidos na mesma. Vale ressaltar que, quando o feirante também é produtor, sua produção é um complemento do que é comprado no CEASA-PE, já que não possui um volume suficiente para garantir sozinho lucro com a venda na feira.

Os feirantes realizam suas compras em mais de um dia da semana, e os dias que a fazem alternam de acordo com o produto que o feirante comercializa. Por exemplo: o feirante que também vende produtos com uma perecibilidade maior, como folhas, costuma comprar este gênero quinta, sexta e sábado, no CEASA-PE. Já aquele feirante que comercializa

Julyana Santos

produtos mais resistentes, como batata, banana, laranja etc., faz suas compras também antecipadamente ao “dia de feira”, como de segunda à quarta.

Com relação ao volume de venda, este foi observado através da periodicidade com que os feirantes fazem suas compras, dada a reserva dos mesmos em fornecer informações a respeito de valor comercializado²¹ e de não nos fornecerem informações a respeito da quantidade comprada de cada produto. Deve-se ponderar que, como a feira em questão é a de gêneros alimentícios de hortifrúti, a periodicidade invariavelmente deveria ser curta, como observamos. Contudo, vale também lembrar que os feirantes não dispõem de capital para tal investimento. As compras são feitas toda semana, mais de uma vez por semana. Portanto, a dimensão do comércio pode ser observada a partir da forma como estas compras são realizadas, como faremos adiante.

As atividades do circuito inferior são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido. Mas o crédito aqui é de outra natureza, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular. A obrigação de reembolsar periodicamente aos fornecedores uma parte da dívida torna a procura do dinheiro líquido desenfreada (SANTOS, 1979, p. 44).

A quantidade de bancos por feirante também é variável, assim como é variável a posse dos mesmos. Na maioria das vezes os bancos são alugados (os feirantes pagam de R\$ 5,00 a R\$ 20,00 por semana²²).

De um modo geral os feirantes utilizam o “fiado”, principalmente na compra, mas também na venda, para os clientes mais próximos, onde há uma relação de confiança mútua. No CEASA-PE muitos feirantes realizam suas compras no que eles chamam de “pagar com o apurado”, ou seja, compra-se numa semana para pagar na próxima semana, com o que foi recebido da venda da semana anterior. Esta forma de interação é estabelecida também numa relação de confiança; e pudemos observar, também, que esta relação de confiança é estabelecida no contato entre o circuito inferior (com os feirantes como atores) e o circuito superior (com os atacadistas como atores).

Há também uma relação de fidelidade dos atores do circuito inferior para com os atores do circuito superior, pois, a compra “fiado” para pagar com o apurado indica que (como também foi afirmado em nossas entrevistas) os feirantes compram costumeiramente em alguns atacadistas. Interessante destacar que eles não dependem apenas de um

²¹ Resolvemos não questionar a respeito do quanto lucram com o comércio na feira, dada a reserva de alguns em inclusive conversar sobre seu cotidiano na feira por desconfiança.

²² Informação oral na CSURB (Companhia de Serviços Urbanos do Recife).

comerciante no CEASA-PE, apesar do relacionamento contínuo com alguns, eles variam de acordo com o preço/qualidade do produto procurado. Portanto, no CEASA-PE, há também um jogo de mercado.

No circuito inferior esta relação de confiança através do crédito pessoal é uma prática muito comum. No caso da feira em questão, que atende, também, e de maneira bastante relevante, uma população de classe média, esta prática pode também ser observada.

[...] uma parte importante das rendas dessas camadas sociais [a classe média] é destinada a consumo de prestígio. Por isso, são frequentemente obrigadas a recorrer ao circuito inferior para outros consumos, geralmente os consumos correntes, como os de produtos alimentícios, por exemplo, e utilizam a possibilidade do crédito pessoal e direto, encontrado no pequeno comércio da vizinhança (SANTOS, 1979, p. 55).

Tanto na compra realizada no CEASA-PE como no comércio da feira não há a compra nem venda de produtos através de cartão de crédito, cheque ou qualquer outra forma que remeta à relação dos mesmos com bancos.

Através do relato dos feirantes pudemos observar como seu trabalho é exaustivo, e precária suas condições de trabalho na dinâmica que a feira exige, sobretudo numa sociedade que subjuga estes espaços. O atual modelo de cidade que estamos produzindo, ou, além disso, o modelo de sociedade, é completamente excludente, não possibilitando o desenvolvimento de forma articulada e combinada de um sistema que possa ser melhor aproveitado por todos, potencializando do produtor ao varejista que trabalha na feira. Por isso, a feira se caracteriza também pela precariedade do trabalho, que é diferente daquela promovida pelas atuais relações de flexibilidade que as empresas se utilizam, mas são engendradas pelo mesmo sistema, que visa o lucro e não a cooperação entre as partes.

Os feirantes trabalham, geralmente, com pequenas alterações para mais ou para menos, das 5h às 19h, totalizando quatorze horas de trabalho diárias, principalmente nos “dias de feira”; alguns deles ainda trabalham aos domingos, mas o mais comum é o trabalho de segunda a sábado. O dia do feirante inicia ainda com o Sol por nascer, quando se prepara para fazer suas compras no CEASA-PE, em seguida do transporte da mercadoria para a feira, é hora da arrumação dos bancos, onde o horário de almoço se confunde com o trabalho, que é concomitante à venda.

Em três casos foi relatado que dormiam na feira, embaixo dos bancos; há casos também em que os feirantes que não residem no Recife dividem um “quartinho” de aluguel entre eles. Considerável parte deles trabalha juntamente com um “ajudante”, às vezes durante

toda a semana, às vezes em alguns dias (naqueles de maior movimento). Estes ajudantes são pagos pelo dia de trabalho ou pela semana e não existe nenhuma relação trabalhista entre os mesmos. O ajudante é, muitas vezes, um parente.

O emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a força de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar, [...] e do trabalho autônomo ou *self employment*, é grande. A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável (SANTOS, 1979, p. 45).

A maioria dos feirantes passa o que não foi comercializado durante a semana (o que chamam de boia) para que outra pessoa venda no domingo, no mesmo espaço da feira de Casa Amarela ou em outros espaços de feira, como foi citada a feira do Vasco da Gama, do Córrego da Areia, de Peixinhos. Em alguns casos, a boia não é repassada, é vendida pelo próprio feirante ou no final de cada dia na feira, ou no domingo.

Construindo um pouco da história de vida dos atores sociais aí presentes, pudemos observar que a grande maioria dos feirantes herda o negócio de um parente, ou inicia juntamente com um parente; o trabalho familiar ocorre no caso da maioria dos feirantes, para alguns como uma atividade complementar, para a maioria como a única atividade.

Uma dinâmica nova encontrada no comércio da feira é a utilização da entrega em domicílio realizada pelos feirantes. Alguns mencionaram utilizar esta prática, e outros, mesmo não fazendo desta uma ação direta com clientes, colaboram com os feirantes que a fazem. Através da celeridade da modernização tecnológica do período, hoje o uso do celular é banal e os feirantes também se utilizam deste meio de comunicação para dinamizar seu negócio. É através do celular que os feirantes estabelecem contato com os clientes para fazer pedidos. Esta é uma prática nova, mas bastante utilizada entre os mesmos. Em um dos casos, afirmou-se que a venda em domicílio era responsável por 50% do comercializado em seus bancos. A entrega é feita, por vezes, de bicicleta, outras de moto, ou ainda de Kombi, sem cobrança de taxa de entrega. Aqui há também uma relação de fidelidade do cliente ao feirante, pois a maioria dos feirantes possui clientes deste tipo com compras certas semanalmente.

Aliás, a colaboração/cooperação é uma prática muito comum entre os feirantes. A competitividade não exclui a relação de solidariedade existente entre os mesmos. Eles se indicam mutuamente quando os clientes procuram algum produto de que não dispõem; os que fazem entrega em domicílio, muitas vezes utilizam-se uns dos serviços dos outros, na hora de entregar; muitos combinam de fazer as compras no CEASA-PE juntos, já que utilizam-se de

transporte alugado para trazer a mercadoria do CEASA-PE para feira, dividindo, assim, os custos do mesmo. Apenas em cinco casos foi relatado possuir carro próprio para transporte da mercadoria.

A maior parte dos feirantes trabalha há pelo menos vinte anos na feira, e são, também em sua maioria, pessoas com mais de trinta anos de idade, o que pode caracterizar a feira ou o trabalho como feirante como não atrativo para a população mais jovem, dada as inexistentes perspectivas de ascensão social na mesma e a precariedade do trabalho, atrelados à desvalorização que a mesma sofre. Contudo, Cavalcanti (1983, p. 122) já constatou que:

A importância do setor informal para o consumidor doméstico do Grande Recife pode ser também aferida no tocante à fonte de aquisição de determinadas mercadorias – verduras, frutas, carne, peixe, galinha e jornal, tomadas aqui como base do raciocínio. Embora não se tenha determinado o valor dos gastos, pode-se dizer, com o auxílio da pesquisa empreendida, que o setor informal predomina no abastecimento recifense de verduras e frutas no plano do varejo. A conclusão vale para todos os níveis de renda dos consumidores. Nota-se, entretanto, que a melhoria do padrão de vida do domicílio provoca uma utilização maior dos supermercados e das mercearias organizadas, em virtude possivelmente das economias de escala conquistadas através da quantidade elevada de compras em um mesmo local, que só os estratos sociais de maior poder aquisitivo podem lograr. No caso dos domicílios de renda abaixo da média, a escala de preferências tem muito a ver com a questão de minimização de despesa, isto é, a busca de menores preços para cada produto da pequena gama de bens que fazem a cesta de consumo. Conclusões semelhantes valem para carne, peixe e galinha, ainda que, neste caso, o peso do setor informal se mostre inferior ao de verduras e frutas.

É lamentável, então, que, diante da continuidade desta importância, a dinâmica observada aqui é fruto da desvalorização de um meio que articula dimensões do urbano e do rural, não possibilitando interações potencializadoras àqueles que dinamizam todo o circuito. O espaço produzido, como condição, meio e produto é superexplorado por aqueles que detêm o poder no território; não há gerenciamento efetivo que garanta o desenvolvimento da população sem poder efetivo de decisão. O mercado é livre para aqueles que Podem decidir.

3.2 O CENTRO DE ABASTECIMENTO E LOGÍSTICA DE PERNAMBUCO – CEASA-PE

Na empreitada da investigação sobre a dinâmica de comércio do CEASA-PE encontramos algumas dificuldades em obter informações, dada a dimensão do espaço em questão e a falta de informações a respeito da relação do comércio no CEASA-PE com os feirantes, ou algum material que remetesse à complexidade da organização do CEASA-PE, nem uma relação dos principais clientes da organização.

O que pudemos compreender partiu das entrevistas, tanto com atacadistas do CEASA-PE, como com funcionários que explanaram para nós um pouco da dinâmica existente nesta organização. O CEASA-PE destina-se a, de fato, organizar/administrar o comércio realizado, de maneira que o desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais que funcionam ali é de responsabilidade de cada proprietário.

Com relação aos atacadistas, o que se tem é apenas uma relação dos galpões de comercialização por produto comercializado (setores) e uma relação dos comerciantes. Não há registro também do volume de vendas por atacadista; o que o CEASA-PE possui de registro é apenas o volume de entrada por produto, mensal, e o valor destes produtos. Desta forma, possuímos apenas informação de entrada por produto não especificando o volume que é direcionado para cada atacadista e não possuímos informações sobre a saída destes produtos.

Destas, a tabela a seguir (Tabela 2) demonstra a média da quantidade de gêneros alimentícios do ano de 2011, dos quais, os que possuem maior volume de entrada para comercialização no CEASA-PE são: cebola pera, batatinha, tomate, banana pacovan, melancia, laranja pera.

INTERAÇÕES ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA FEIRA DE
CASA AMARELA – RECIFE-PE

Tabela 2 – Média anual de entrada de gêneros alimentícios no CEASA-PE em 2011

Produto	Quantidade (toneladas)
Alho	287,5
Alface	127,0
Chuchu	1030,4
Cenoura	1586,7
Cebolinha	46,0
Cebola Pera	3339,9
Cará São Tomé	1843,7
Batata Doce	987,5
Batatinha	4519,3
Abóbora	1755,2
Coentro	189,5
Feijão verde	389,9
Inhame da Costa	574,7
Milho Verde	1156,6
Pepino	405,0
Pimentão	1212,5
Repolho	676,7
Tomate	4224,7
Vagem Macarrão	117,5
Abacaxi	1920,9
Banana Pacovan	3906,2
Coco Seco	374,5
Goiaba	641,6
Coco Verde	923,0
Maracujá	701,2
Melancia	3347,1
Melão Espanhol	1300,8
Uva Itália	698,3
Laranja Pera	4486,2
Limão Taiti	402,8
Maçã Nacional	2245,2
Mamão Havaí	670,2

Fonte: CEASA-PE.

Como já colocado, o comércio no CEASA-PE é complexo e também bastante heterogêneo. Um espaço de convivência articulada entre atacadistas e varejistas; e estes atacadistas e varejistas possuem, também, heterogeneidades em suas configurações.

Sobre os atacadistas como atores no circuito comercial, Santos (1979), coloca que:

Nos países subdesenvolvidos, a existência de intermediários é a própria condição, a base das possibilidades estruturais de funcionamento da economia. As desigualdades de rendas são tais, que a economia não poderia funcionar mais sem isso. Quanto mais pobre é o indivíduo, mais ele depende dos intermediários para se abastecer. Essa dependência aumenta com o tamanho da cidade: nas pequenas cidades, por exemplo, é possível evitar um certo número de intermediários na alimentação (ibid., p. 225).

O intermediário – atacadista ou dono de caminhão – age como um elo entre a demanda e a oferta, que não coincidem no tempo, nem em qualidade nem em quantidade. Isso lhe dá um papel privilegiado e uma posição estratégica no abastecimento, que pode levar à especulação. Seu papel é mais dominante por ser em geral o único que dispõe de crédito bancário e, portanto, de dinheiro líquido para efetuar as compras diretamente ou passando por outros intermediários. Frente a ele, os pequenos comerciantes do mercado ou dos bairros pobres só raramente dispõem de meios financeiros que lhes permitiriam ir buscar a produção agrícola in loco. Por outro lado, o número de agricultores que vem oferecer seus produtos na cidade nunca é elevado (ibid., p. 226).

A primeira questão a ser observada é que existe uma diferença gerencial entre os comerciantes do CEASA-PE; estas se dividem entre: 1. *Produtor que vende para outros comerciantes no CEASA-PE* (não possui um estabelecimento dentro do CEASA-PE); 2. *Produtor que comercializa no CEASA-PE* (produz e também possui um estabelecimento dentro do CEASA-PE); 3. *Comerciante permissionário fixo* (possui contrato com o CEASA-PE e seu espaço é fixo; possui loja/boxe); 4. *Comerciante permissionário não fixo* (seu espaço dentro do CEASA-PE muda de localização de acordo com a disponibilidade de área, de acordo com as alterações que a organização deseje fazer); 5. *Comerciante vendedor* (aquele atacadista que compra fora para vender no CEASA-PE).

Contudo, a principal diferença entre os vendedores do CEASA-PE, destaca Sr. Arnaldo Amorim (Gerente de Mercado do NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento do CEASA-PE), é entre atacadistas e varejistas. Há também uma retroalimentação dentro do próprio sistema existente na organização, onde os varejistas compram dos atacadistas para revenderem para pequenos consumidores que comprem no CEASA-PE.

Ainda segundo Sr. Arnaldo Amorim, o atacadista que compra fora do CEASA-PE é aquele de maior porte, pois possui maior organização e maior capital de giro para investir em seu negócio.

Com certo imediatismo, costuma-se relacionar o porte do negócio a sua aparência ou sua dimensão. Contudo, pudemos desmistificar tal ligação frequentemente feita. Primeiro, há uma distinção entre loja e boxe. A primeira possui como característica física sua separação das demais através de paredes, e o segundo, é separado através de grades. Os boxes são os espaços preferidos daqueles comerciantes que trabalham com produtos rapidamente perecíveis, como é o caso de algumas frutas. O espaço pode ser aparentemente pequeno, mas o volume de comercialização ser bastante significativo.

O setor de “pesados” (designação feita pelos feirantes), por exemplo, como inhame, batata doce, possui aparência parecida com a da feira, com, inclusive, os gêneros alimentícios sendo comercializados no chão (Figura 6). Contudo, são atacadistas que possuem um volume considerável de venda.

Figura 6: Setor de “Pesados”



Fonte: a autora, 2012.

No setor de folhagens, apesar de haver um grande volume de vendas, é um setor que se assemelha mais à feira livre. A relação tipo de produto/percibilidade/consumo parece indicar também o porte do comerciante, neste caso. Segundo Jó (um dos trabalhadores deste setor), a maioria daqueles que vendem as folhagens nos galpões não são os produtores; o
Julyana Santos

produtor chega na madrugada com um caminhão e distribui para os que ali se encontram. As folhagens vêm de Vitória.

No CEASA-PE também podemos encontrar vendedores com unidades ambulantes de venda (Figura 7). Segundo Robson (Auxiliar Técnico do NUDEC), os produtores que plantam nas intermediações do CEASA-PE possuem a possibilidade de vender na organização sem pagar nenhuma taxa, desde que, acabado o dia, recolha suas instalações.

Figura 7 – Vendedor ambulante que comercializa dentro do CEASA-PE



Fonte: a autora, 2012.

Há um setor no CEASA-PE chamado “Feira da Petrolina” (Figura 8). Neste espaço ficam aqueles que chegam com um caminhão carregado de produtos (por exemplo, manga), mas não possuem contrato com a organização. Eles pagam uma taxa de 165,00 reais/90,00 reais dependendo do tamanho do caminhão, e colocam seus produtos em barracas (semelhantes àsquelas da feira livre), vendendo para diferentes públicos no CEASA-PE, tanto para feirantes como para outros varejistas dentro do próprio CEASA-PE; são produtores atacadistas.

Figura 8 – Espaço do CEASA-PE destinado à “Feira Petrolina”

Fonte: a autora, 2012.

Observa-se, então, a complexidade do comércio que aí existe, possuindo comerciantes de diversas dimensões. Encontramos lá, então, tanto o circuito superior quanto o circuito inferior, convivendo no mesmo espaço e comunicando-se.

A narrativa acerca do funcionamento observado no trabalho de campo se faz aqui também importante na medida em que nos traz uma imagem do que acontece/como funciona também as relações comerciais naquele espaço.

Neste sentido, em um dos dias do nosso trabalho de campo no CEASA-PE, chegamos às 6h, numa quinta-feira; dia de bastante movimento, e horário também bastante movimentado. Contudo, o horário do *rush* mesmo é por volta das 4h às 5h. Há diversos caminhões estacionados para abastecer os atacadistas (Figura 9) e, ao mesmo tempo, observamos alguns varejistas fazendo compras, com algumas caminhonetes e caminhões onde destacava-se o “aluga-se”. Estes automóveis estavam carregados com uma variedade de produtos relativamente pequena (Figura 10), quando comparado com o volume dos caminhões que abasteciam os atacadistas (estes caminhões quase sempre estão carregados de apenas um gênero alimentício, diferentemente daqueles). Encontramos também diversas

pessoas com carrinho de mão, que são um tipo de prestador de serviços para os que vêm fazer feira no CEASA-PE. Há os “autônomos”, como especificado na camisa de alguns, e aqueles que trabalham para comerciantes do CEASA-PE, especificamente.

Figura 9 – Caminhões que abastecem os atacadistas



Fonte: a autora, 2012.

Figura 10 – Realização de compras por varejista

Fonte: a autora, 2012. Nesta figura podemos observar tanto a compra de um comerciante, como o trabalho realizado por um “fretista” autorizado pelo CEASA, aquele que ajuda consumidores a carregar suas compras.

No galpão da “agricultura familiar” os comerciantes são os próprios produtores, enquanto nos galpões dos grandes atacadistas há, algumas vezes, um misto de produção e compra de produtos de fora, prevalecendo a compra do que é produzido por outros. Os varejistas do CEASA-PE podem ser considerados semelhantes aos feirantes, mas possuem o diferencial de comerciar num espaço do CEASA-PE, onde possuem um volume relativamente maior de vendas (Figura 11).

Figura 11 – Venda em varejo no CEASA-PE



Fonte: a autora, 2012.

No tocante à interação entre circuito inferior-superior existente entre os feirantes estudados por nós e o atacadista do CEASA-PE, temos que há, também, entre os atacadistas, uma diferenciação em seu comércio.

O comerciante atacadista se diferencia na relação qualidade/preço do produto e, assim, atende a diferentes públicos. Há aquele com produtos selecionados que fornece principalmente para supermercados. Este, não possui o feirante como cliente, já que o preço é mais elevado. O outro atacadista, com preços mais competitivos, é aquele que possui o feirante como principal cliente, como também foi constatado (através das entrevistas com feirantes) que os feirantes procuram comprar onde é oferecido melhor preço. Este atacadista também fornece para pequenos supermercados, quitandas de bairro etc.

O atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediários, que chega frequentemente ao nível do “feirante” ou do simples vendedor ambulante. Através desses intermediários e pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores da atividade comercial e fabril e, assim, a uma gama extensa de consumidores. O volume global dos negócios que realiza no circuito inferior dá a dimensão de seus negócios bancários e também de sua participação no circuito superior. Elemento integrante do circuito superior, o atacadista é também o cume do circuito inferior (SANTOS, 1979, p. 41).

Os maiores atacadistas são aqueles que se abastecem do que é produzido fora de Pernambuco (MG, BA, GO, RS, MA, SP) pelo poder de barganha que possuem em conseguir melhores preços. Esta dinâmica distancia, também, os produtores locais das feiras, inibindo uma troca que poderia ser mais rentável para ambos.

3.3 A ARTICULAÇÃO ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA – A FEIRA DE CASA AMARELA E O CEASA-PE

“O certo é que padrões familiares de organização convivem fragmentadamente, numa região como o Nordeste e numa cidade como o Recife, com formas capitalistas organizadas, abrindo entre umas e outras todo um leque de arranjos institucionais e econômicos, de níveis de pobreza e riqueza e de graus de utilização da força de trabalho”
(CAVALCANTI, 1983, p. 26).

Ao tratar das interações espaciais como um “[...] amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”, Corrêa (2010, p. 279), coloca também a consideração de que estas interações “[...] devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) do processo de transformação social [...]” (ibid., p. 280), e não puramente daqueles deslocamentos.

No âmbito da nossa investigação, cabe atentar para a instantaneidade e simultaneidade existente na interação entre os dois circuitos, pois, enquanto o circuito inferior faz uso do tempo lento, o circuito superior faz uso do tempo rápido (SANTOS, 2008), pois o espaço é a concretização da reunião da ação de todos os atores, com suas diferentes e desiguais possibilidades de usar o território.

Diante desta diferente instantaneidade e simultaneidade das interações, devemos observar conseqüentemente a existência de diferentes níveis de produção do espaço, na medida em que os agentes do circuito inferior e do circuito superior possuem variáveis distintas de acordo com os objetos com os quais se relacionam no espaço, como a tecnologia que utilizam, o capital envolvido etc.

[...] as localidades centrais vão funcionar de modo diverso para as diferentes classes sociais, já que estas consomem de maneira distinta os bens e serviços oferecidos pelos diferentes centros e subcentros, seja nas escalas regional, metropolitana ou intraurbana. Nos países subdesenvolvidos, a influência territorial de cada localidade central divide-se entre os dois circuitos da economia: ao contrário do circuito superior, a área de influência do circuito inferior tende a aumentar do centro para a periferia (SANTOS, 1979).

Adicionalmente, colocamos o que verificamos na dinâmica por nós analisada, que as diferentes formas de relação com o território se realizam de forma conjunta e dialética, no mesmo espaço, e é assim que os dois circuitos formam o sistema urbano, apesar de que o circuito superior exerce, também, uma dominação sobre o circuito inferior.

Analogamente ao sistema proposto por Corrêa (2010), nossa realidade abarca uma complexidade de interações, na medida em que pudemos observar o CEASA-PE com a principal função de centro de distribuição de produtos, a venda em atacado, mas, também, com a venda no varejo.

Esta organização é responsável por considerável parte do que é consumido de hortifrutigranjeiros na cidade do Recife, e, inclusive, em cidades circunvizinhas, que por sua vez, é repassado ao consumidor final através dos feirantes, dos supermercados, das quitandas de bairro etc.

Nesta interação não se observa a utilização de campanhas publicitárias para divulgar os produtos comercializados, pois, constitui-se um centro de abastecimento que atrai pela proximidade do mercado consumidor, onde os concorrentes estão sob a mesma administração; a não ser no caso dos supermercados como consumidores intermediários, que, dispondo de capital intensivo, têm a possibilidade de comprar diretamente dos produtores, no interior do Estado, ou mesmo em outros estados. Contudo, verificamos que diversos supermercados são demandantes do atacado no CEASA-PE, pela vantagem proximidade-preço.

Já os participantes do circuito inferior por nós estudados, os feirantes, são demandantes da venda por atacado no CEASA-PE em proporção menor relativamente àquela dos supermercados, mas que, em seu conjunto, são responsáveis por considerável parte do que é comercializado no CEASA-PE. Estes, algumas vezes, também compram diretamente de produtores do interior do estado de Pernambuco; organizam-se em conjunto e fazem um pedido, que é entregue pelo próprio produtor, ou, em alguns poucos casos, o feirante também é produtor.

Assim, podemos afirmar que “Cada lugar [ou cada organização social] participa diferentemente no ciclo de reprodução do capital de uma dada corporação” (CORRÊA, 2010, p. 294). A complexidade existente nessas interações dentro do processo de produção e reprodução do espaço sob a dinâmica do sistema do capital nos permite corroborar com o que coloca Corrêa, de que (ibid., p. 294):

Há, assim, uma divisão territorial do trabalho no âmbito da corporação sob consideração. O centro A é o centro de gestão do território, isto é, centro de concepção, planejamento e controle do ciclo de reprodução do capital ou, em outros termos, é um centro de acumulação capitalista. Alguns são centros industriais e lugares centrais, enquanto outros são centros de comercialização e beneficiamento da produção agrícola e lugares centrais. Outros são apenas lugares centrais. Especializações funcionais e hierarquização caracterizam os centros da rede e centros associada à corporação em questão. As áreas agrícolas, sob a ação da corporação, também diferenciam-se entre si.

O centro de Casa Amarela possui uma dimensão de importância no contexto do comércio ali existente, que participa do circuito comercial intraurbano, agregando circuito inferior e superior em seu espaço, onde se servem mutuamente, na medida em que conferem maior dinamicidade ao lugar.

No contexto do circuito inferior, este se reafirma no período atual no processo de precarização do trabalho.

Os novos empreendimentos não substituem propriamente nem partem de velhas atividades, engendrando ao contrário uma convivência onde o moderno se expande à força do capital empregado e o antigo se mantém pela inevitabilidade de absorção dos excedentes de mão-de-obra, rejeitados no esquema dos novos empreendimentos (CAVALCANTI, 1983, p. 23).

O circuito inferior se situa onde um *sistema de objetos e um sistema de ações* lhe permite (SANTOS, 2008); existe uma combinação entre demanda para o consumo do produto ofertado e necessidade do funcionamento do mesmo, sob a ótica do sistema de complementaridade circuito inferior-superior, onde o segundo também necessita do desenvolvimento do primeiro.

A proximidade dos feirantes ao CEASA-PE como fornecedor é um fator na redução dos custos para o circuito inferior, como pudemos observar através das entrevistas, que todos os feirantes compram no CEASA-PE, mesmo aqueles que, eventualmente, compram direto do interior ou que produzem parte do que vendem.

A feira de Casa Amarela, caracterizada como circuito inferior, possui as seguintes características: trabalho intensivo, pois os feirantes trabalham, em média quatorze horas por dia; organização primitiva de suas instalações, como ainda utilizam balanças manuais, além da estrutura dos bancos de feira (Figura 12); capitais reduzidos, como foi observado que compram “fiado”; não existência de trabalho assalariado – nenhum ajudante possuía este tipo de relação empregatícia; pequena quantidade de estoque; preços submetidos à discussão entre comprador e vendedor, possibilitado, também, pela relação de amizade e fidelização/conquista do feirante com o cliente; crédito pessoal tanto na compra quanto na venda ao consumidor final; pequena margem de lucro; relação direta e personalizada com a

Julyana Santos

clientela; nula publicidade; frequente reutilização de bens; nula ajuda governamental, onde o único objeto “concedido” pela Prefeitura do Recife é o espaço onde os feirantes comercializam, que é um pátio de eventos.

Figura 12 – Estrutura do banco de feira e utilização de balança manual



Fonte: a autora, 2012.

No tocante à “qualidade inferior” do que é oferecido pelos feirantes, devemos levar em consideração que, apesar de os mesmos comprarem no CEASA-PE onde os preços são menores, que se relaciona também com a qualidade do produto comercializado, segundo os atacadistas do CEASA-PE, a dimensão da qualidade analisada deve ser ampliada, visto que o relacionamento direto entre feirante e cliente proporciona também uma melhor qualidade na prestação do serviço, somado à observação – como consumidores que também somos – de que a qualidade dos produtos oferecidos em algumas redes de supermercados é, inclusive, inferior ao que é oferecido na feira. Possivelmente, alguns supermercados compram diretamente de produtores, conseguindo também melhores preços e variando na qualidade de seus produtos.

O CEASA-PE caracteriza-se como uma organização de distribuição de alimentos mais complexa que puramente circuito superior, pois, como colocado, encontramos varejistas e atacadistas bastante heterogêneos. Nesse sentido, podemos encontrar neste espaço, em convivência, o circuito inferior, o superior e o superior marginal²³, de forma articulada. Mas o comerciante que se relaciona com os feirantes estudados por nós está mais relacionado ao circuito superior, pois condiz com as características do mesmo, como o capital investido intensivamente, a organização burocrática, grande quantidade dos estoques, utilização de serviços bancários para desenvolvimento do negócio etc.

Do ponto de vista da complementaridade existente entre os dois circuitos, questionamo-nos sobre como o CEASA-PE é importante para os feirantes e como os feirantes são importantes como consumidores das distribuidoras do CEASA-PE.

Na primeira perspectiva, observamos que o CEASA-PE, como um centro de distribuição de alimentos, exerce uma função de relativa facilidade de acesso para o trabalho dos feirantes na medida em que duas variáveis se encontram: eles têm acesso a uma concentração dos produtos com os quais trabalham numa proximidade que permite uma relação custo-benefício na perspectiva do que lhes é posto. O relacionamento de confiança existente entre os agentes do circuito inferior e do circuito superior também é outro fator que permite uma interação de forma satisfatória, já que os feirantes não possuem um capital de giro suficiente para investir em seu comércio. A possibilidade de compra através do crédito pessoal (através de um “vale”, segundo atacadista do CEASA-PE, ou o chamado “pagar com o apurado”, segundo os feirantes), torna sua reprodução viável através desta relação, mas que, por outro lado, é aí onde podemos observar o quanto o circuito inferior é dependente do circuito superior, a dominação na relação existente.

Este não deveria ser um fator de facilidade. A facilidade deveria estar na escolha efetiva de condições de comprar diretamente a produtores locais, quando a produção possibilitasse, e não na relação de dependência do que é oferecido no CEASA-PE de forma

23

Para Santos (1979, p. 103), “o superior marginal pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode tanto vir de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente. Nas cidades intermediárias é o caráter emergente que domina”.

quase exclusivista, pois, a pujança do comerciante atacadista frente aos feirantes enquanto possíveis consumidores diretos do produtor local, coloca estes fora do jogo.

Quando as compras dos feirantes eram feitas diretamente com produtores do interior do Estado, ou mesmo de outros estados, não foi questão analisada por nós, mas dentro das condições postas sob o sistema, observa-se uma conveniência através desta possibilidade de comprar num único centro, a maior parte do que se comercializará, senão não seria a prática prevalecente entre os feirantes. Como já mencionamos, alguns feirantes compram complementarmente diretamente a produtores, alguns gêneros alimentícios, o que não é uma prática generalizada entre os feirantes e nem foi encontrado algum feirante que só comprasse diretamente de produtor, pois não existe um estímulo para que esta interação seja proveitosa para ambos.

Na perspectiva dos feirantes como consumidores do CEASA-PE, observa-se que, diante da quantidade de feiras existentes que possuem feirantes como clientes do CEASA-PE, estes, geram um importante volume de venda total, sendo importante para a dinâmica de reprodução das distribuidoras do CEASA-PE, sobretudo aquelas que possuem produtos mais baratos, onde os feirantes são clientes. Tanto esta interação é importante, que os comerciantes do CEASA-PE afirmaram conceder o crédito mencionado.

Também sob o viés do circuito inferior como clientes do CEASA-PE, há as quitandas de bairro, os mercadinhos e os pequenos estabelecimentos, muitas vezes no mesmo local de residência, que vendem hortifrutigranjeiros e também participam consideravelmente da dinâmica de reprodução do comércio no CEASA-PE. Ademais, os clientes da organização são grandes redes de supermercados, participantes do circuito superior, e que também possuem capital para comprar diretamente de produtores, quando é vantajoso para os mesmos. Assim, o CEASA-PE se reproduz com a dinâmica desenvolvida pelo circuito inferior como importante peça de sua engrenagem.

A compreensão sobre os dois circuitos é importante sob a perspectiva de observar e compreender sobre como funciona dimensões da produção do espaço. Contudo, o entendimento dos processos sociais deve ir além das cristalizações, formalidades, objetividades... A produção do espaço é combinada, mas desigual!

O mais importante aqui, no nosso entendimento, não é caracterizar, mas compreender como funciona o processo dentro deste sistema e pensar em como poderia ser diferente.

Julyana Santos

Anteriormente à constituição do CEASA-PE na cidade do Recife, Sr. Mário, feirante mais antigo entrevistado (trabalha na feira desde 1960), lembra que a feira era muito grande, acontecia na rua, onde não circulavam transportes, era toda misturada e aos poucos, foram dividindo-a. No início, compravam diretamente do interior do estado de Pernambuco e depois passaram a comprar no CARE (Central de Abastecimento do Recife). Ainda hoje, apesar de ser algo utilizado por poucos feirantes, ainda encontramos alguns que concomitantemente à compra de produtos no CEASA-PE, também produzem parte do que vendem e outros que compram alguns gêneros diretamente do interior.

Esta evidência pode nos revelar que a dinâmica existente poderia acontecer de forma diferente, pois, neste processo existem interações que beneficiam alguns em detrimento de outros. O processo produtor/atravessador/distribuidor/varejista mantém uma estrutura que pode desapreciar sobremaneira o produtor, que deveria manter relação direta com o que constitui hoje a feira/feirante como consumidor/varejista que vai distribuir ao consumidor final, a população, que, nesta medida, também é afetada:

No que diz respeito ao consumidor, o cliente mais pobre é injustamente castigado, pois tem que comprar na ponta extrema da cadeia de intermediários. Por não ter dinheiro, tem de desembolsar relativamente mais por sua subsistência (SANTOS, 1979, p. 248).

Neste sentido, devemos pensar numa outra perspectiva de desenvolvimento da feira, onde o processo de produção e distribuição do varejo possibilite a melhora socioeconômica destes dois agentes envolvidos, que de uma forma geral são supra explorados na dinâmica vigente.

Como alternativa, pensamos em cooperativas como possibilidade de troca mais direta entre produtores e feirantes, procurando dar maiores e melhores perspectivas para os mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma interação relativamente atual entre circuito inferior-superior que acontece, sobretudo na metrópole, diz respeito ao consumo e à produção, quando o consumo é ampliado à população com baixo poder aquisitivo através do crédito, fazendo com que o circuito superior também se aproprie da produção deste tipo de consumo, como acontece com redes que oferecem esse serviço (como observou Miyata (2010) com relação à rede de comércios da Casas Bahia).

Hoje, a relação produção-consumo entre circuito inferior e superior se dá cada vez mais de forma imbricada. A feira por nós estudada é de consumo corrente e relevante de classe da população de melhor poder aquisitivo, assim como, o circuito superior, que se encontra no mesmo centro em que se estabelece a feira, serve, sobremaneira, à população pobre. O circuito inferior e o superior não são de consumo apenas de classes sociais distintas, há uma superposição produção-consumo, assim como um circuito se utiliza de variáveis do outro circuito.

Diante da celeridade da flexibilização do trabalho, do acesso ampliado ao crédito e à tecnologia através da velocidade com que as modernizações tecnológicas acontecem, conhecemos um acesso também da população pobre a bens e serviços relacionados à técnica do período.

O questionamento que se faz a partir desta configuração é se há possibilidades para a redução efetiva da desigualdade social. E observamos que o relacionamento ou a interação entre circuito inferior-superior se renova, mas o fosso social existente permanece como uma lógica de reprodução sociometabólica do capital. O espaço para a feira livre na sociedade atual existe, mas são práticas tão desvalorizadas que devem contar com as próprias habilidades para resistir. Além de que o sistema do capital se apropria dos discursos, das conquistas, de forma a utilizá-los como mercadoria de sua reprodução. Tudo se transforma em mercadoria para o capital (HAUG, 1997). Assim, o maior acesso da população pobre a algumas variáveis do período serve, também, como alimentação ao sistema, reproduzindo a desigualdade.

Sendo assim, onde reside a força do circuito inferior numa cidade que se torna, e valoriza cada vez mais as formas modernas? Pensamos na reprodução da própria sociedade, que necessita de trabalho hoje numa relação não diretamente relacionada ao desemprego, mas

à precarização do trabalho diante da aclamada flexibilização, e também advinda da demanda de um consumo do que é produzido pelo circuito inferior, tanto da população pobre, quanto da população de classe média.

A precarização do trabalho não é apenas encontrada no circuito inferior, mas também no superior. Contudo, são diferenciações formadas pela mesma estrutura de reprodução do capital hegemônico desdobrando nas desigualdades socioespaciais.

Esta observação não exclui a questão da continuidade de existência do comércio do circuito inferior para os consumidores deste circuito, como é o caso de uma série de comércio em mercadinhos, ambulantes, feirantes, oficinas etc. Observa-se, inclusive, a continuidade da importância da produção de um circuito inferior que abastece os consumidores do mesmo.

Neste processo, a complementaridade existente entre os dois circuitos é um fator marcante no espaço. Especificamente no caso por nós analisado, é responsável pela dinâmica social de reprodução do espaço, dado o circuito que existe entre produção dos alimentos, distribuição e consumo, envolvendo campo e cidade, sendo relevante à vida, tanto pela perspectiva das necessidades biológicas humanas, mas também e, substancialmente, pela perspectiva da necessidade do trabalho que parcela considerável da população depende.

O comércio na Feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela está principalmente ligado ao CEASA-PE como distribuidor dos produtos como havíamos colocado em nossa hipótese. A exploração de tal perspectiva nos fez refletir acerca da exploração destes espaços sem a devida valorização e incentivo que os mesmos necessitam. A feira é também uma importante dimensão do comércio, tanto para os centros urbanos, como em sua dimensão rural, e o que se observa é seu abandono e a valorização de uma modernidade estranha à cidade, onde a feira livre ainda não desapareceu, mas é subjugada. O CEASA-PE poderia funcionar como uma cooperativa e não como um órgão de administração que gerencia onde quem tem mais, pode mais!

A Feira livre de Casa Amarela possui características que a aproxima da abordagem de circuito inferior, e o comércio atacadista do CEASA-PE que se relaciona com os feirantes por nós analisados também possui características que o aproxima da abordagem de circuito superior. Cabe então ponderarmos sobre a abertura existente neste modelo de leitura da realidade, visto que, sobretudo no tocante às empresas caracterizadas como circuito superior, não se encaixam exclusivamente neste circuito, como foi observada a utilização da venda

através do crédito pessoal na interação entre feirantes e comerciantes atacadistas do CEASA-PE.

A interdependência entre os dois circuitos encontrada por nós na interação analisada se realiza de fato, na medida em que os feirantes do Recife e de suas intermediações geram um volume considerável de demanda aos atacadistas do CEASA-PE e também os feirantes realizam suas compras nesta organização porque é, relativamente, mais viável para os mesmos, do que comprar sua mercadoria diretamente aos produtores. Contudo, esta relação está mais associada à dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior, pois é o poder destes que comanda a dinâmica existente, mesmo que os feirantes também possuam suas estratégias, como a compra de alguns produtos diretamente de produtores, quando viável.

No que concerne a observar as novas relações, a partir das considerações sobre a atual configuração já abordada durante este trabalho, ponderamos sobre algumas colocações já feitas em outros trabalhos para ratificar aqui esta perspectiva.

Miyata (2010) observou que o circuito inferior utiliza-se de variáveis do circuito superior; faz uso de transação comercial por meio virtual. Constatou que a venda direta constitui um trabalho precário que tem se institucionalizado (como a substituição da forma “salário” pela forma “renda”) e se flexibilizado, também em empresas como a Nestlé, Yakult e a Avon.

Montenegro (2010) também observou o circuito inferior utilizando variáveis técnicas, informacionais e de crédito no período atual.

Oliveira (2009) constatou que o circuito inferior atualmente apresenta diferenças significantes daquelas observadas na década de 1970, como a desvalorização do trabalho associado ao aumento da circulação e intensificação do consumo.

Lima e Soares (2002) apontaram que a “nova” valorização do trabalho autônomo, do micro empresário, do empreendedorismo, indicam numa direção de flexibilização do trabalhador e das relações de trabalho que apenas desoneram o capital da reprodução da força de trabalho, escamoteando o desemprego ou o subemprego, dando continuidade à precarização do trabalho.

Silva (2002) colocou que a noção de informalidade começa a perder força e aos poucos vai tornando-se sinônimo de flexibilização das relações de trabalho, desregulação ou simplesmente clandestinidade.

Silveira (2009) assinalou a invasão de mercados que tradicionalmente pertenciam ao circuito inferior – novas formas de subordinação do inferior ao superior; (idem, 2007) o entrecruzamento e invasões entre os dois circuitos; (idem, 2004) que enquanto multiplicam-se as profissões pela crescente demanda por especializações, diminui-se o número de empregos pela racionalidade exigida na acumulação do poder hegemônico e assim emergem novas formas de emprego, com contratos temporários, terceirização do trabalho, flexibilização do trabalho.

Reafirmamos aqui, então, a problemática existente no que concerne às relações que permeiam o trabalho em todos os seus focos. Esta é uma constatação bastante atual no território, diante de novas perspectivas de reprodução da exploração da força de trabalho, numa sociedade que continua desigual apesar da extensão do consumo, que, em alguma medida também tem sido valorizado de forma mascarada, escamoteando a exploração.

Cabe, então, considerar que estudos nessa perspectiva devem ser aprofundados, permitindo um conhecimento mais refinado acerca da dinâmica analisada. Observando, inclusive, a cooperação existente no circuito de produção, que permite acrescentar valor à venda. É neste sentido também que nos propomos a colaborar com estudos posteriores, reconhecendo as limitações do que foi apresentado aqui e que a multiplicidade de perspectivas, de análises, é o que constrói e reconstrói o conhecimento de determinado tema, dada a complexidade existente no mundo da vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. Valores do Recife. O valor do solo na evolução da cidade. Recife: Luci Artes Gráficas Ltda. 2009. 266 p.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: FRIGOTO, G.; GENTILI, P. (orgs.). A Cidadania Negada. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p. 35-48.

ARAÚJO, Tarcisio Patricio de (Coord.); LIMA, Ana Eliza Medeiros de V. *et al.* **Trabalho precário no meio urbano: semáforos do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007. 80 p.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000. p. 71-92. Disponível em: <perseu.fpabramo.org.br/uploads/Celso_Furtado_e_o_Brasil.pdf >. Acesso em 08/01/2013.

BARROS, Nilson Crocia de. Industrialização e Difusão Espacial de utilidades Domésticas no Brasil: a propaganda das modernizações em região periférica (Nordeste do país). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n.4, p. 71-78, out./dez. 1989.

BITOUN, J. Territórios do Diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil). **Revista de Geografia**. Recife, v. 16, n.2, p. – 41-54, jul./dez. 2000.

BRANDÃO, Carlos Antônio. A espacialidade da riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XV, nº 1, p. 119-134. 2001.

_____. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 238 p.

_____. Produção social do ambiente construído e suas escalas espaciais: apontamentos para uma teorização sobre ações e decisões de sujeitos concretos. In: FERNANDÉZ, Victor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafios para América Latina**. Buenos Aires/ Madrid, Miño y Dávila Editores/FCE-UNL, 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, (14), p. 153-174, jun. 2000.

CAMARGO, José Márcio. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, José Márcio (org.). **Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 11-45.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B.

(orgs.) **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do nordeste brasileiro**. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Primeiros Apontamentos a uma Geografia do Trabalho. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, nº 1, p. 65-87, jan/abr. 2008. Disponível em: < <http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/188> >. Acesso em 08/01/2013.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife**. 2ª ed. Recife: Editora Massangana; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e SUDENE, 1983. 160 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-52.

_____. **Interações espaciais**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Explorações Geográficas (orgs.). 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010. p. 279 - 318.

_____. **Trajétórias Geográficas**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 304 p.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras do Nordeste. **Mercator**, ano 07, n. 13, 2008. p. 87-101.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 1 (97). Janeiro/março de 2005. p. 94-111.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As Bodegas da Cidade de Campina Grande: Dinâmicas sócio-espaciais do pequeno comércio**. Campina Grande: EDUFCG, 2011. 120 p.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003. Vol. I.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 235 p.

_____. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 7ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 349.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da Estética da Mercadoria**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 210 p.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. s/d. 19 p. Disponível em: <<http://www.capina.org.br/download/pub/esp2000.pdf>> . Acesso em 08/01/2013.

LEE, Bruce. **O Tao do Jeet Kune Do**. São Paulo: Editora Conrad. 2004. 240 p.

LEFÈBVRE. Henri. **De lo rural a lo urbano**. Historia, ciencia, sociedad. 5ª Ed. Barcelona: Ediciones Península, 1979. 270 p.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

LINS, Marcelo. **Mercados do Recife**. Recife: Gráfica Santa Marta. 2007. 118 p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. 208 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Coleção Clássicos. 3ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2007. 174 p.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1978. 262 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

MIYATA, Hideko. **Trabalho, Redes e Territórios nos Circuitos da Economia Urbana**: uma análise da venda direta em Jundiaí e Região Metropolitana de São Paulo. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade**: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB). 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008. 188 p.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OBSERVATÓRIO PERNAMBUCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS-PE. **Habitação Informal no Recife: Processo de Ocupação e Banco de Dados Georreferenciado do Período 1975-2005**. Relatório técnico. 2007.

OLIVEIRA, Edilson Luiz de. **Divisão do Trabalho e Circuitos da Economia Urbana em Londrina – PR**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2009. 325 f.

PACHECO, Carlos Américo. **A terciarização dos 80**: de tudo um pouco. São Paulo em Perspectiva. Julho/setembro de 1992. pp. 27-38. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n03/v06n03_04.pdf>. Acesso em: 08/01/2013.

PINTAUDI, Silvana Maria. Mercados públicos: vestígios de um lugar. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 147-176.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. s/d. 16 p. Disponível em: <decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acesso em: 08/01/2013.

PREFEITURA DO RECIFE/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (PROJETO PNUD). **Atlas Municipal do Desenvolvimento Humano no Recife**. 2005. Disponível em: <www.recife.e.gov.br/seclanejamento/nud2006> ou <www.nud.org.br/publicacoes/atlas_recife/index.php>. Acesso em: 08/01/2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>>. Acesso em: 09.01.2013.

SÁ, Marcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 269 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009a. 384p.

_____. **O Espaço Dividido**: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. 440 p.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5a. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176 p.

_____. **Pobreza Urbana**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b. 136 p.

SANTOS, Julyana Gomes dos. **Promoção Imobiliária Informal na Região Metropolitana do Recife**. Relatório de atividades PIBIC – FACEPE/CNPq. 2009.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A Produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 97-108.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del Cendes**, , año/vol. 21, número 057. Universidad Central de Venezuela, Caracas, Venezuela, p. 1-21, Sept./dic. 2004.

_____. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista eure**, vol. XXXIII, n. 100. Santiago de Chile, p. 149-164, dic. de 2007.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

TREVISAN, Emerson. **A feira livre em Igarassu**: uma análise a partir dos dois circuitos da economia; a convivência do formal e o informal. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

ANEXO 1 – ENTREVISTAS NA FEIRA DE CASA AMARELA E OBSERVAÇÕES

Antes de dar início às entrevistas semiestruturadas, fizemos uma observação acerca dos alimentos (frutas, verduras e legumes) comercializados na parte da feira que priorizamos para nosso estudo. De início, observamos que os produtos comercializados são os mesmos na feira instituída pela Prefeitura e na feira que acontece na rua. São hortifrúti e, pontualmente, foi encontrado um caso em que era comercializado caranguejo.

Ao entrar na feira instituída pela Prefeitura do Recife, observamos que neste dia (uma terça-feira) havia alguns bancos vazios, o que se justifica como dia de menor movimento, assim, nem todos os feirantes estão na feira de segunda à quarta, pois o movimento da feira se efetiva de quinta a sábado. É nos dias de menor movimento que alguns feirantes aproveitam para fazer as compras no CEASA-PE e arrumar os bancos.

No horário em que chegamos (por volta das 10h da manhã), observamos que havia um caminhão que estava sendo descarregado de inhame para abastecimento de alguns bancos da feira. O transporte era feito com carrinho de mão. Por volta das 14h, alguns feirantes ainda arrumavam mercadoria. Neste dia (quarta-feira) realizei entrevistas com sete feirantes, totalizando o envolvimento de 33 feirantes (doze proprietários e 21 ajudantes) e 147 bancos de feira.

Entrevistas:

- Tia, tio e sobrinho (se recusaram a falar muito) – alugam, juntos, 26 bancos. Compram todos os produtos no CEASA e alugam carro para trazer.
- Seu Marco – tem 56 anos e trabalha na feira há 43. Começou com o tio e o pai. Seu Marco e o pai são de Abreu e Lima e ainda hoje moram lá, de onde Seu Marco vem diariamente para trabalhar na feira. No início do negócio compravam o que vinha do roçado, em Jaguaribe; o pai era posseiro. De quarta a sábado, sai de casa às 4h, quando também realiza as compras no CEASA. Já segunda e terça sai um pouco mais tarde, para trabalhar diretamente na feira. Seu Marco tem sociedade com mais quatro parentes (primos e cunhados). Antes cada um tinha seu próprio banco. Juntaram-se e dividem o que lucram. Trabalham com 45 bancos, dos quais 39 são próprios e seis alugados. Trabalham os cinco todos os dias (de segunda a sábado) e alternam as folgas (cada um tira um dia de folga). Aos domingos vendem a “boia” (o que sobra) na feira de Peixinhos. Pagam dois ajudantes, que
Julyana Santos

trabalham sexta e sábado (ganham 25,00 reais por dia, almoço e jantar). Fazem a feira no CEASA de madrugada. Vão duas pessoas e dividem o frete do caminhão junto com outro feirante. Seu Marco relata que no início, quando a feira funcionava na rua, o comércio era todo misturado, não era dividido por tipo de produto. No governo de Jarbas Vasconcelos (final da década de 1980 e início da década de 1990) é que a feira foi retirada da rua. Ainda revela que, alguns feirantes que possuem banco dentro da feira, também o possuem fora, pois fora é mais movimentado, visto que é via de passagens dos pedestres. Alguns dos que possuíam banco dentro da feira abandonaram e possuem apenas fora, situação que beneficia os mesmos, mas prejudica os que estão dentro. Do lado de fora, o movimento é a semana inteira, relata. Há algum tempo, os feirantes pagavam uma matrícula que viabilizava o sindicato dos feirantes, hoje estão sem nenhum intermediário nas questões que os envolvem. Alguns feirantes da parte instituída da feira participam de reuniões na CSURB (Companhia de Serviços Urbanos do Recife) para discutir a realocação daqueles que comercializam na rua. O grupo de seu Marco compra fiado no CEASA; compra na quarta e paga na segunda (com o apurado); já possui um vendedor certo no CEASA. Para alguns clientes de seu Marco, há concessão de crédito, vendem “fiado” para pagar seguinte.

- Rosa – tem 25 anos de feira e 47 anos de idade. Trabalha com o filho e um ajudante (primo). Trabalha na feira de quinta a sábado; os outros dias são para arrumação dos bancos. Chega à feira às 6h. Começou trabalhando com a irmã, que trabalhava de feirante como biscate, pois tinha outra ocupação principal. Rosa nasceu em Recife e mora no Vasco; os pais também são de Recife. Faz as compras no CEASA e aluga um carro para fazer o transporte da mercadoria. Paga uma pessoa para ajudar na feira de quinta a sábado. Tem um “boieiro” (aquele que vende a “boia”, o que sobra) que vende sua boia na feira do Vasco, no domingo. Trabalha com 16 bancos, todos alugados. Rosa é uma das que possui banco fora da feira, mas não comentou sobre os mesmos.

- Kátia – trabalha na feira desde os oito anos de idade e hoje possui 34 anos (26 anos de feira). Começou vendendo alho, depois começou a vender fruta. O marido é falecido e hoje vive com outro companheiro, que é motorista. Possui cinco filhos (7, 10, 13, 14 e 16 anos), três ajudam na feira. Mora em Água Fria e possui uma ajudante que trabalha no banco localizado fora da feira. Possui 10 bancos, todos alugados, mais dois bancos fora, onde a ajudante trabalha. Ela mesma compra no CEASA, com a ajuda do filho de quatorze anos. Relata preocupação com o estudo dos filhos.

Julyana Santos

- Sr. Heleno – tem 62 anos e há 25 trabalha na feira. Trabalha com duas filhas (as duas terminaram os estudos e já fizeram concurso – têm 33 e 35 anos) e um senhor que ajuda a partir da quarta. Faz a feira com Rosa, no CEASA e fretam o carro juntos; já possuem um carro certo toda semana. Começou no próprio banco, e antes trabalhava como porteiro. Possui cinco bancos de aluguel. Acorda às 2h; ele próprio vende sua boia na feira do Vasco, no domingo. Já trabalhou na rua na época em que a feira não era instituída. Nasceu em Feira Nova e mora há mais de 40 anos no Recife (veio com o irmão). Já tem os compradores certos no CEASA.

- D. Ana – trabalha na feira desde os sete anos de idade, com a mãe; hoje, tem 43 anos de idade (36 anos de feira). A mãe “trabalhava para os outros” (empregada doméstica) e nasceu em Carpina. O banco dela, juntamente com o da mãe e o do pai totalizam quatorze bancos, doze próprios e dois alugados. Realiza o transporte de sua mercadoria em Kombi própria; paga para carregarem a mesma no CEASA. Afirma que alguns produtos que estão mais em conta no interior (geralmente os da estação – nesta época: abacaxi, banana, macaxeira) são comprados no interior e não no CEASA, mas essa é uma prática pequena, relativo ao volume de toda a compra, e nem todos os comerciantes utilizam esta estratégia. Alguns produtos vêm de Camocim de São Félix-PE. Os comerciantes que trazem estes produtos já compram a outros no interior, são também atravessadores. Às vezes tem o lugar certo de comprar no CEASA e às vezes é de acordo com o preço e a qualidade do produto. Mora no Alto Santa Isabel, em casa alugada.

- Marco – funcionário de Seu Neco – tem 37 anos e trabalha na feira desde os nove anos (28 anos de feira), nunca teve banco próprio. Mora em Vitória. Trabalha em 35 bancos, todos de aluguel. Compra no CEASA e freta um carro sozinho (3 viagens por semana a 80,00 reais – já tem carro certo – terça, quinta e sexta). Além de comprar do CEASA compra alguns produtos de Chã de Alegria-PE, onde mora o proprietário do comércio, Seu Neco. Os feirantes pagam um vigia à noite e algumas pessoas dormem na própria feira, como é o caso de Marco, que dorme embaixo dos bancos. Trabalha de segunda a sábado e é pago por semana. Trabalham quatro pessoas no banco; dois colegas, um filho e o proprietário (Seu Neco). Compra no CEASA de acordo com o preço; em dinheiro, e vende fiado a alguns fregueses. A boia é vendida todos os dias no mesmo lugar, no final da feira.

Neste dia (sexta-feira) foram entrevistados quatorze feirantes, destes, somam-se 25 proprietários das unidades de comércio e dez ajudantes, num total de 35 envolvidos. Estes feirantes trabalham com 106 bancos próprios e 81 alugados, totalizando 187 bancos de feira. Dos quatorze feirantes, apenas quatro possuem automóvel próprio para transporte das mercadorias.

A partir das entrevistas, pudemos observar que, os feirantes em sua maioria compram “fiado” no CEASA, tendo prazos variados para efetuar o pagamento, eles geralmente pagam com o prazo de uma semana, com o que foi apurado na semana anterior. A prática do vender “fiado” para alguns clientes também é bastante comum. Com relação ao uso do cartão de crédito, não encontramos nenhum feirante que faça suas compras com o mesmo, e nem oferecem este serviço para seus clientes.

Todos os entrevistados neste dia relataram comprar principalmente no CEASA e alguns compram alguns produtos no interior, como banana e abacaxi (Limoeiro-PE, São Vicente Férrer-PE, Pedra de Fogo-PB, Vicência-PE).

As compras dos feirantes no CEASA são feitas toda semana, e na maioria das vezes mais de uma vez por semana. Esta periodicidade revela, também, o poder de compra dos feirantes, como acontece na maioria dos casos relatados, que se compra “fiado” para pagar com o apurado na próxima compra; alguns produtos são comprados em dinheiro e outros nesse sistema de “crédito pessoal”.

Onze dos quatorze entrevistados relataram que o início do comércio como feirantes se deu a partir dos parentes (geralmente pai ou mãe) e a ajuda familiar também é mencionada em muitos casos, como acontece com irmãos, pais e filhos que trabalham em unidades diferentes de bancos, mas se ajudam sempre.

Um dado novo que acolhemos a partir destas entrevistas é relativo à entrega em domicílio que alguns feirantes relataram fazer. Eles já possuem alguns clientes que, necessitando “fazer feira” ligam para o telefone celular do feirante e fazem o pedido, o mesmo é entregue algumas vezes com bicicleta, outras com moto ou com Kombi, sem cobrança de taxa de entrega. Em alguns casos, observou-se que o volume destas entregas é considerável, participando com boa porcentagem da venda dos feirantes (um deles revelou que a entrega em domicílio corresponde a 50% de seus clientes na feira); em um dos casos, há o relato de entrega para dois restaurantes (Guaiamum Gigante e Ostreiro) e uma clínica. Em muitos desses casos a compra é feita através do “fiado”.

Julyana Santos

Entrevistas:

- Sr. Jairo Oliveira – 48 anos, com vinte anos de feira. Começou a comercializar na feira com o pai (que trabalhou cinquenta anos na feira). Faz suas compras no CEASA e trabalha com dois ajudantes, que também são parentes. Possui automóvel próprio para realizar o transporte de sua mercadoria (Kombi) e às vezes, quando o volume de mercadoria é grande, aluga outro automóvel. Possui dez bancos na feira, todos próprios. Faz suas compras duas vezes na semana e escolhe o lugar onde comprar de acordo com seu interesse em relação à qualidade e preço do produto. Compra com crédito pessoal, ou “fiado” para “pagar com o apurado” e também compra em dinheiro. Pouquíssimas pessoas compram “fiado” em seu comércio. Não passa sua boia para que outros vendam, ele mesmo vende todos os produtos até acabarem.
- Mauro – 37 anos de idade e 25 de feira. Começou a comercializar na feira com o pai (o mesmo ainda trabalha na feira e possui quarenta anos de trabalho neste ambiente). Possui oito bancos, todos próprios. Trabalha sozinho. Compra a maior parte dos produtos no CEASA, apenas banana não vem de lá, vem de Limoeiro-PE. Escolhe onde comprar no CEASA de acordo com seus interesses (qualidade e preço dos produtos). Realiza suas compras em dinheiro trabalha da quarta ao sábado; vende sua boia durante a feira. Não vende “fiado” e freta um carro para trazer suas compras.
- Marcos – 44 anos de idade, trinta anos de feira. Trabalha juntamente com um amigo e mais dois ajudantes, estes últimos vêm apenas na sexta e no sábado. Possui quatorze bancos, todos alugados. Na quarta faz a feira e arruma os bancos. Faz suas compras no CEASA e a banana vem do interior (São Vicente Férrer-PE). Já possui um lugar certo onde comprar no CEASA, mas às vezes varia de acordo com a disponibilidade do produto. Começa a trabalhar às 4h e vai até às 19h ou 21h. Mora em São Lourenço da Mata e vem somente para trabalhar na feira. Tudo o que compra é vendido na mesma semana; compra em dinheiro e vende “fiado” para alguns clientes.
- Hamilton – 28 anos de idade e dezesseis trabalhando na feira. Trabalha junto com quatro amigos, cada um tem seu banco, mas todos se ajudam. Compra no CEASA e freta um caminhão para trazer sua mercadoria, juntamente com os demais. Possui oito bancos próprios e, junto com os amigos são trinta bancos. Compra no CEASA escolhendo; às vezes em dinheiro e às vezes recorre ao “crédito pessoal”. Trabalha de terça a sábado. Quando compra

“fiado”, compra na terça para pagar no sábado, com o apurado. Este comerciante trabalha com a opção de entrega em domicílio (estes clientes pagam por mês). Ele mesmo recebe as ligações (pelo celular) e faz a entrega.

- Ricardo – 33 anos de idade, há 22 anos trabalha na feira. Começou com o avô, que é falecido (este trabalhou por 40 anos na feira). Trabalha com um ajudante, de quarta a sábado. Possui dezesseis bancos, onde seis são próprios. Compra só no CEASA e algumas coisas vêm direto do interior (abacaxi de Pedra de Fogo-PB, e banana de Borracha, em Vicência-PE). Aluga automóvel para trazer sua mercadoria. Vai às compras no CEASA sozinho e compra em alguns comerciantes habitualmente, de acordo com o produto. Geralmente compra “fiado” e paga com o apurado. Revela que a maioria faz isso. Seu ajudante trabalha todos os dias. Observando o trabalho do Sr. Ricardo, observo que eles também facilitam/atraem os clientes conseguindo alguém que possa carregar sua mercadoria.

- Cláudio (Nino) – 35 anos, trabalha na feira há 25 anos. Começou trabalhando na feira com a mãe, que hoje é aposentada. Trabalha sozinho, com dois ajudantes, em nove bancos, todos alugados. Está na feira nas quintas sextas e sábados. Compra no CEASA e aluga transporte para mercadoria. Vende somente verduras, diferentemente da maioria dos feirantes, que trabalham com um misto de verduras, legumes e frutas. Alguns produtos ele já possui lugar certo onde comprar; compra à vista, pois pode pechinchar. Vende à vista e também “fiado”. Revela que na feira ninguém utiliza cartão de crédito para vender e também não conhece ninguém que compre com cartão. Faz feira uma vez por semana e passa a boia para outra pessoa, que vende na própria feira de Casa Amarela, no sábado. Quinta e sexta são os melhores dias de feira e o sábado é o melhor dia para pechinchar, para aqueles que compram. Trabalha de quarta a sábado, e compra em três vezes no CEASA; compra primeiro o que dura mais, o que ele chama de “pesado” e depois os gêneros mais frágeis (como folhas). Realiza entrega em domicílio; o cliente liga e faz o pedido, outra pessoa entrega de moto/bicicleta (o ajudante). Revela que muitos feirantes fazem isso, auxiliados por aparelho celular para realização dos pedidos. Alguns clientes pagam por mês, outros na entrega (metade de sua clientela é de pessoas que optam pela entrega em domicílio). São clientes de Casa Forte, Bomba do Hemetério, Madalena, Alto Sta. Izabel e redondezas. Ele e a mãe são de Recife e moram no Recife.

- Rinaldo – quarenta anos de idade, 25 anos de trabalho na feira. Começou ajudando o pai, que já não trabalha mais (trabalhou por quarenta anos). Possui oito bancos na feira, todos alugados. Compra seus produtos principalmente no CEASA (banana, mamão e abacaxi vêm do interior). Escolhe o lugar para comprar no CEASA, apenas a laranja mimo tem lugar certo. Compra algumas coisas em dinheiro e outras “fiado” para pagar com o apurado. Trabalha sozinho, de quinta a sábado. Compra tudo na quinta. Algumas pessoas vendem a boia para ele na feira do Vasco, de Peixinhos e do Córrego da Areia, no domingo. Aluga um carro para trazer suas compras. Começa a trabalhar às 5h. Nasceu e ainda mora em Recife.
- Antônio Manuel (Tõe) – de Vitória, vem na quinta e dorme na feira até o sábado. Trabalha na feira há dezoito anos, tem 49 anos de idade. Começou por conta própria. Possui seis bancos, todos alugados, e trabalha com um ajudante. O irmão dele (Domingos Manuel) também trabalha na feira da mesma forma, mas não quis dar entrevista. Compra no CEASA e aluga automóvel para transportar a mercadoria. Varia o local de compra no CEASA; compra em dinheiro. Passa a boia para outra pessoa vender. Compra no CEASA todos os dias, já que um dos gêneros que comercializada é bastante perecível (folhas).
- Luiz – 49 anos de idade, trabalha na feira desde os sete anos (43 anos de feira). Começou com a mãe. Possui doze bancos na feira, todos próprios. Só compra no CEASA e freta automóvel para transportar sua mercadoria; compra sempre nos mesmos galpões. Trabalha de segunda a sábado (no sábado, até 12h), com um ajudante. Vende a boia para outra pessoa. Entrevista interrompida pela esposa (reclama dizendo que o marido está só perdendo tempo com a entrevista, não vai ganhar dinheiro com isso...).
- Carla – 42 anos de idade, trabalha há pouco mais de um ano na feira, junto com a irmã (40 anos de idade) e a mãe (D. Maria Anunciada), que trabalha na feira desde 1962 (50 anos na feira). Vendem flores, compram no CEASA. D. Maria Anunciada começou com a mãe, a avó a tia. D. Maria vem de Gravatá, e antes de estabelecer-se na feira de Casa Amarela, trabalhava com a família em Caruaru, com frete e vendendo verdura – sua família plantava. Em 1962, quando chegou à feira de Casa Amarela, a mesma funcionava na rua, e o comércio não era “organizado”, tudo funcionava misturado, não transitavam automóveis por estas ruas. Possuem quatro bancos na feira, todos próprios; e automóvel próprio para fazer o transporte da mercadoria. Já possuem local certo para fazer as compras no CEASA, que realizam três

vezes por semana. Compram à vista e algumas pessoas ligam para fazer encomenda; vendem sempre à vista. Vendem de segunda a sábado.

- Maria José – 58 anos de idade, 27 anos trabalhando na feira. Trabalha com o esposo (ele faz a feira e a arrumação dos bancos) e com dois filhos, mais dois netos também ajudam de alguma forma (crianças). Possuem dezesseis bancos, todos alugados. Compra no CEASA, onde já possui local certo para compra, que realiza tanto fiado como em dinheiro. Tem freguês que compra para pagar com um mês, em dois meses... Faz entrega em domicílio para quatro fregueses (o filho faz a entrega); estes clientes são de Casa Forte, Igreja da Harmonia e Apipucos. Possui nota dos pedidos organizada por computador. Fazem a entrega de bicicleta. Trabalha de domingo a domingo; ela mesma vende a boia, no domingo até o meio dia. Chega na feira pouco mais de 5h e fica até 20h. Mora no Alto Santa Izabel. Morava em Natuba, onde trabalhava numa horta juntamente com o marido; o que produziam o marido trazia para vender no CEASA; depois ele resolveu vir para feira negociar o que plantava. Seu marido começou na rua com dois filhos. Seis meses depois se mudaram para Recife e comercializam até hoje. Compram no CEASA todos os dias. Compra em dinheiro e fiado; o fiado tem vários prazos para pagamento.

- Fernanda – 32 anos de idade e sete anos trabalhando na feira. Era garçonne e veio ajudar o marido depois que foi demitida; seu marido é feirante há trinta anos. Ele morava em Vitória (filho de D. Maria José, entrevistada acima) e começou a trabalhar com sete anos. Possuem 22 bancos, todos alugados e comercializam, além de frutas e verduras, guaiamum e caranguejo. Trabalham de domingo a domingo, com mais um ajudante (que é deficiente mental e ajuda a debulhar feijão, recolher o lixo e arrumar bancos). Compram no CEASA e já possuem lugar certo onde comprar. O marido e o sogro vão comprar todos os dias e possuem automóvel próprio (uma Kombi). Entregam em domicílio a trinta clientes e não cobram taxa de entrega; fazem a entrega com a Kombi. Entre seus clientes, cita o restaurante Guaiamum Gigante e o Ostreiro, além da clínica de reabilitação – CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Existe certa organização no espaço; possuem tabela de produtos elaborada pelo computador para solicitação dos produtos, além de nota fiscal. Compram a maior parte das mercadorias à vista e algumas, como jerimum, melancia, abacaxi e melão compram para pagar com oito dias. Não vendem “boia”, doam para a Creche Maria Pequena, no Alto do Refúgio. O guaiamum vem de Goiana – Caporã, no sábado.

- Lucinéia – 46 anos de idade, trabalha na feira há cinco anos. Começou com o marido (que trabalha há mais de dez anos). Possui seis bancos, todos alugados. Trabalha “sozinha”, o marido faz a feira para os dois; ele tem seis bancos próprios. Compram tudo no CEASA, já em lugar certo. Compram em dinheiro e realizam suas compras a partir da quarta. Passa a “boia” para outra pessoa vender. Por desconfiança, encerrou a entrevista; afirmou que pergunta-se muita coisa...

- Lucineide – 39 anos de idade e há dez anos trabalha na feira. Começou com o marido, com quem trabalha até hoje, por iniciativa própria. Fazem a feira no CEASA e trabalham de segunda a sábado. Possuem 12 bancos, todos alugados. Alugam automóvel para trazer as compras. Moram no Vasco e vendem a “boia” na feira do Vasco. Compram em dinheiro e não entregam em domicílio.

Neste dia (outubro, numa terça-feira), observei que os feirantes foram retirados da rua. Em conversa com o Sr. Mário (feirante), ele afirmou que o fato se dá há uma semana. Nesse dia havia poucos feirantes trabalhando, grande parte eu já havia entrevistado, aqueles que não tinham sido entrevistados ainda trabalhavam junto com os quais entrevistei.

Nesse dia, entrevistei o Sr. Mário Manuel Oliveira, 70 anos de idade, que começou a trabalhar na feira aos 18 anos de idade, com o tio que vendia miúdo de boi, que hoje é vendido no açougue que funciona no mercado (o qual se localiza ao lado da feira estudada por nós). Ele trabalha hoje ajudando a filha (Ana, entrevistada). Afirmo que compram em galpão (na parte aberta) e em loja. Citou a loja Figueiras. Quando iniciou, a feira funcionava na rua; o comércio era todo misturado e aos poucos começaram a dividir; “a feira era muito grande”, afirma. Lembra que comiam “gelada” (caldo de cana) com pão doce. Quando a feira teve início o mercado já existia (desde 1930). Afirmo que antigamente a feira vinha direto do interior, depois começaram a comprar no CARE (Central de Abastecimento do Recife). Compram cebola e batata em loja; chuchu, cenoura, vagem, coentro compram em boxe. Pesquisam os preços para comprar. Tem vendedor no CEASA que compra direto do interior (quem tem mais dinheiro), quem tem pouco, compra das distribuidoras do CEASA. Tiraram os feirantes da rua na semana passada; alguns estão dentro da feira e outros continuam na rua “discretamente” com carrinho de mão, porque não querem ficar dentro da feira. O atacadista

de batata e cebola compra de São Paulo. No CEASA há fornecedores de SP, SC, Petrolina. São Francisco era o maior fornecedor de cebola, não sabe atualmente.

No segundo dia (uma quinta-feira), três feirantes se recusaram a falar. Foram feitas as seguintes entrevistas:

- Nino – já entrevistado anteriormente. Quando questionado com relação ao local de compra de sua mercadoria, afirma que compra em loja, loja grande. Estas compram direto do interior. Os verdes são comprados em estabelecimentos menores (quando se refere aos “verdes”, quer dizer: chuchu, pimentão, pepino, coentro, alface, vagem, cebolinha etc.). Os galpões de coisas verdes possuem “menos” dinheiro. Os galpões de “pesados” (batata, cebola, inhame, laranja etc.) são mais organizados (lojas e galpões de maiores proprietários). Esses menores muitas vezes são os mesmos que plantam. Os maiores pedem mercadoria de fora de Pernambuco (batata – MG, BA e GO; cebola – PE, RS; cenoura e beterraba – BA; jerimum – BA, MA, GO). Dentro do CEASA há um supermercado Deskontão, mas não vale a pena comprar lá. Informa que a maioria daqueles que tinham banco fora da feira também o tinham dentro, por isso não se observa tanta diferença no volume de bancos na feira, é mais ou menos o mesmo.
- Hilda – 45 anos de idade, quinze anos de trabalho na feira. Começou sozinha, vendendo alho. Trabalha sozinha, com quatro bancos, todos alugados. Compra no CEASA e aluga automóvel para trazer a feira. Trabalha com encomenda para alguns clientes, em cooperação com outros vendedores. Compra no galpão de frutas. Tem uma ajudante, mas mencionou trabalhar sozinha. Os boxes onde compra são grandes; devem comprar direto do interior. Compra em dinheiro e já possui local certo onde comprar no CEASA.
- Hélio – 42 anos de idade, trabalha há 25 anos na feira. Trabalhou antes em fábrica e na Exótica (loja de calçados). Desde criança ajudava os pais na feira, estes ainda trabalham na mesma (há mais de 45 anos). Possuem quatro bancos, todos alugados. Ele trabalha com os pais e ajuda outro rapaz na feira (Asuero, entrevistado posteriormente). Compram no CEASA (só trabalham com feijão, que vem da PB, SE, BA, RN). Antes trabalhavam com verdura, mas deixaram. Afirma que as folhagens são produzidas no próprio estado. Aluga transporte para trazer as compras. O feijão, no CEASA, é vendido fora do galpão, a céu aberto, às vezes no

próprio caminhão, pois não foi construído espaço para o mesmo. Compra quinta, sexta e sábado. Compra de madrugada e vende até 19h. Vende tudo, não tem “boia”.

- Valdir, 47 anos de idade, 25 anos trabalhando na feira. Começou a trabalhar com Marco (cunhado, já entrevistado). Compram nos boxes. Afirma que alguns comerciantes do CEASA possuem sítio, os boxes são grandes.

- Seu Marco, já entrevistado anteriormente. Em alguns galpões existem o que ele chama de área (3, 4, 5 metros) e em outros há lojas fechadas (“comerciantes fortes”), “compram de carrada”. “O mais fraco no CEASA vende quatro caminhões por semana. Na área de fruta tem os pequenos e aqueles que já fornecem, ou seja, um misto de atacadistas e varejistas. Geralmente o que tem mais condições é aquele que tem loja. Na CEASA tem gente rica, aqui na feira quem tem casa é rico”. Sugestão de pesquisa de seu Marco: galpão de laranja, maracujá, limão; galpão de melancia, mamão, melão. Quem tem mais condições no CEASA vende nas bordas do galpão, quem tem menos vende no meio. Esses que vendem no meio já compram dos “tubarões”, aqueles que estão nas bordas do galpão. Ele afirma que compra dos grandes atacadistas, pois o preço é melhor. Os da borda vendem em caixa e os do meio compram aos da borda já para revender no chão, por cento. Quem compra nos comerciantes que se localizam no meio dos galpões, compra em menor quantidade.

- Claudemir, 49 anos de idade. Trabalha há vinte anos na feira. Possui seis bancos, todos alugados. Trabalha sozinho. Trabalhava em outra feira, em Ribeirão, desde criança. Resolveu vir para Recife afirmando que “aqui deu mais certo”. Morava lá, plantava e vendia na feira. Ainda mora em Ribeirão, mas não planta mais. Trabalha na feira de quinta a sábado e dorme aqui, dividindo quarto com outros feirantes. Passa a “boia” para outro vender (na feira de Casa Amarela e de Peixinhos). Compra sozinho no CEASA.

- Júnior – 31 anos, vinte anos trabalhando na feira. Começou a trabalhar com o pai, que é falecido, e assim ele permaneceu no comércio, trabalhando com o irmão. Possui dez bancos, todos alugados. Mora em Vitória e traz algumas coisas do próprio sítio. Trabalha quinta, sexta e sábado. Passa a “boia” para outros venderem. Nos dias em que não está na feira, trabalha no sítio. De lá ele traz: mamão, banana, feijão, maracujá, limão. Faz as compras no CEASA; compra nas lojas, compra de caixa. O irmão trabalha junto a ele sexta e sábado. Possui carro. O irmão é mais novo, 28 anos de idade. Às vezes um, outras vezes o outro dorme na feira.

- João – 46 anos de idade, há 28 anos trabalhando na feira. Começou através do tio, com o tio e o primo. Trabalha sozinho em quatro bancos, todos alugados. Compra no CEASA. Afirma que no CEASA as verduras verdes são trazidas pelos próprios trabalhadores, de seus respectivos sítios. Trabalha de quarta a sábado. Quarta e sábado sai da feira à tarde, e quinta e sexta às 19h. Vende a própria “boia” na feira de Casa Amarela. Trabalha com entrega em domicílio; são clientes certos toda semana. Mora em São Lourenço e vem todos os dias para a feira trabalhar. Possui moto “cinquentinha”. Divide o carro que traz as compras do CEASA com Nino (já entrevistado). Faz as compras duas vezes na semana (quarta e quinta). Aponta os produtos que conhece que vêm de fora: cenoura – BA, batata – BA, jerimum – BA, alho branco – China, beterraba – BA, cebola – PE, tomate, uva, chuchu e “verdura verde” – PE.

- Asuero – 43 anos de idade, há 33 trabalha na feira. Começou ajudando o pai, que não trabalha mais. Trabalha com seis bancos, todos próprios. Trabalha com Hélio (entrevistado) como ajudante. De quarta a sábado trabalha até 20h, aos sábados até 14h. Compra no CEASA, sozinho. Mora em Camaragibe, vem e volta todos os dias. Compra numa área de aspecto parecido com o da feira; apenas tomate compra em loja. Faz feira dias de quarta, quinta e sexta. Freta carro para trazer as compras. Cebola, batata, tomate e jerimum são comprados em loja. Trabalha com entrega para alguns clientes.

- Sandro – 23 anos de idade, trabalha há cinco anos na feira. Começou trabalhando com o pai, na mesma época. Trabalham com cinco bancos, próprios. Compram no CEASA. O irmão ajuda de manhã, pois estuda à tarde. Fazem a feira dias de quarta e sábado. Passam a “boia” para outra pessoa vender. Também trabalham com entrega em domicílio. Sandro também faz “bico”. Compra em boxes; compra para pagar com o apurado. O pai sempre foi ambulante, vendia fruta e verdura no carrinho de mão. Mora em Recife. Vendem “fiado” para algumas pessoas.

- Wiratan – 60 anos de idade, trabalha há 45 anos na feira. Começou vendendo alho. Nesse tempo, trabalhou na feira, foi para São Paulo em procura de melhores condições de vida, onde cita o trabalho, mas afirma que foi tudo ilusão. Passou cinco anos lá e voltou. Trabalha com seis bancos, todos alugados; trabalha sozinho (afirma que não coloca ajudante porque podem existir complicações por questões trabalhistas). Quinta, sexta e sábado trabalha na feira de Casa Amarela, segunda e terça trabalha na Feira da Encruzilhada (esses são os dias de feira para essa feira). Mora em Jardim Paulista Alto, nascido em Recife. Compra no

CEASA. Indica a proveniência dos produtos: batata – BA, RJ, SP, MG. Cenoura – GO. Quinta e sexta trabalha até 19h30 – 20h; no sábado até 17h. Freta carro para trazer as compras. Aqui, compra na quinta e na sexta; na Encruzilhada, segunda e terça.

ANEXO 2 – TRABALHO DE CAMPO NO CEASA – ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES

Conversei com o Sr. Robson Ramos, auxiliar técnico do Núcleo de Desenvolvimento Comercial (NUDEC). Segundo o mesmo, não existe relação direta entre “verdura verde” – menores vendedores, “pesados” – maiores vendedores. Primeiro galpão visitado – laranja – grandes atacadistas. Segundo galpão visitado – batata e cebola – grandes atacadistas. Um dos maiores é a “Casa das batatas, cebola e alho”.

Fomos ao galpão de inhame e batata doce, produtos que são vendidos no chão, mas que também possuem um grande volume de venda. Segundo Sr. Robson, a aparência do negócio não necessariamente revela sua dimensão. Neste galpão há também os varejistas, que vendem para pequenos consumidores. Os grandes consumidores, como feirantes e até supermercados (como foi citado o Carrefour) compram dos atacadistas (um dos atacadistas de laranja observado por nós fornece laranja para o Carrefour), que possuem um grande volume de vendas e possuem um preço melhor para revenda.

No setor de folhagens, apesar de terem um grande volume de vendas, é um setor que se assemelha mais à feira livre. A relação tipo de produto/perecibilidade/consumo parece indicar também o porte do comerciante, neste caso. Segundo Jó (um dos trabalhadores do setor de folhagens), em sua maioria quem vende as folhagens que estão estabelecidos nos galpões não são os produtores; o produtor chega na madrugada com um caminhão e distribui para os que ali se encontram. As folhagens vêm de Vitória.

Há um setor no CEASA chamado “Feira da Petrolina”. Neste espaço ficam aqueles que chegam com um caminhão carregado de produtos, por exemplo, manga, mas não possuem contrato com o CEASA. Eles pagam uma taxa de 165,00 reais/90,00 reais dependendo do tamanho do caminhão, e colocam seus produtos em barracas (semelhantes às daquelas da feira livre) e vendem para diferentes públicos no CEASA, tanto para feirantes como para varejistas dentro do CEASA; são produtores atacadistas.

Conversamos também com o Sr. Arnaldo Amorim – gerente de mercado. Segundo o mesmo, a principal distinção entre aqueles que comercializam no CEASA é entre atacadistas e varejistas. Há alguns atacadistas que trazem a produção num caminhão e revendem para outros atacadistas. Segundo o Sr. Arnaldo, no setor de folhagens não há nenhum grande comerciante. Os comerciantes do CEASA são os seguintes “tipos”: 1. Produtor que vende

para outros comerciantes no CEASA; 2. Produtor que comercializa no CEASA; Comerciante permissionário (possui contrato com o CEASA) fixo; 3. Comerciante permissionário não fixo; 4. Comerciante vendedor (aquele atacadista que compra fora para vender no CEASA).

O atacadista que compra fora para vender no CEASA é aquele de maior porte, mais organizado.

As lojas são aquelas divididas por paredes, os galpões são separados por grades. Aqui também não existe uma relação direta entre característica do estabelecimento – porte. O espaço pode ser aparentemente pequeno, mas o volume de comercialização ser bastante significativo.

Em outra oportunidade, fizemos os seguintes questionamentos no CEASA:

- a) Qual o volume médio de venda da empresa por semana?
- b) Quais são os principais clientes?
- c) De onde vêm os produtos comercializados?
- d) Costuma usar serviço bancário?
- e) Como os produtos comercializados chegam no CEASA?

Nesta oportunidade cheguei no CEASA às 6h, numa quinta-feira; dia de bastante movimento, e horário também bastante movimentado. Contudo, o horário do *rush* mesmo é por volta das 4h às 5h. Há diversos caminhões estacionados para abastecer os atacadistas, ao mesmo tempo, observei alguns varejistas fazendo compras, como vi algumas caminhonetes e caminhões onde destacava-se o “aluga-se”; estes automóveis estavam carregados com uma variedade de produtos relativamente pequena, quando comparado com o volume dos caminhões que abasteciam os atacadistas (estes caminhões quase sempre estão carregados de apenas um gênero alimentício). Encontrei também diversas pessoas com carrinho de mão que são um tipo de prestador de serviços para os que vêm fazer feira no CEASA. Há aqueles que são “autônomos”, como especificado na camisa de alguns, e aqueles que trabalham para alguns comerciantes do CEASA. Também encontrei algumas carrocinhas (poucas), que vendem no varejo (segundo o Sr. Luiz Carlos, auxiliar técnico do CEASA, este comerciante não paga nenhuma licença ao CEASA para comerciar, desde que seus produtos sejam todos vendidos no mesmo dia, que ele não ocupe um espaço de um dia pro outro no CEASA). No galpão da “agricultura familiar” os comerciantes são os próprios produtores, enquanto nos galpões dos grandes atacadistas há, algumas vezes, um misto de produção e compra de

Julyana Santos

produtos de fora, prevalecendo a compra do que é produzido por outros. Os varejistas do CEASA podem ser considerados semelhantes aos feirantes, mas possuem o diferencial de comerciar num espaço do CEASA, onde possuem um volume relativamente maior de vendas. Segundo observou Everton Luiz (assistente técnico do NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento Comercial) os feirantes costumam comprar nos maiores atacadistas.

Entrevistas:

- Proprietário de galpão onde é comercializado melão e melancia. Possui 22 anos de idade e trabalha com o pai. Comercializam 60 mil kg de melão e 40 mil kg de melancia por semana. Seus principais clientes não são os feirantes, pois estes procuram os produtores mais baratos e este atacadista trabalha com produtos selecionados, o que encarece o custo de seu produto final. Declara que os atacadistas dos mesmos produtos que comercializa (como é o caso de seu vizinho, que se recusou a dar entrevista) que vendem aos feirantes possuem as mesmas características do comércio que ele dispõe em sua entrevista. Seus principais clientes são o Pão de Açúcar, o Supermercado Stillo e o Verdfrut. Os produtos comercializados em seu galpão vêm de Ibimirim-PE e Floresta-PE. Também possuem uma fazenda onde produzem melão; complementam o que é produzido com a compra. Quando questionado sobre a forma como compra os produtos, ele menciona o que chamam de “corretor”, que seriam os “atravessadores”. Utiliza serviço bancário tanto na venda quanto na compra dos produtos comercializados (cheque, boleto, possuem conta em banco).

- Atacadista de abacaxi – Manuel, 35 anos. Seus principais clientes são os feirantes e alguns supermercados. Afirmo que seu produto vem em sua maioria da Paraíba e faz sua encomenda direto com o produtor, às vezes ele mesmo vai buscar, às vezes eles trazem. A Paraíba é o maior produtor de abacaxi do Nordeste, mas ainda não existe cooperativa, cada produtor vende individualmente. Trabalha com serviço bancário para venda aos supermercados e também na compra do abacaxi (utiliza cheque). Seu volume de venda é cerca de 80 mil kg por semana. Trabalha com familiares. Segundo Everton, que me acompanhou nas entrevistas, este é o maior comerciante de abacaxi do CEASA.

- Casa das Batatas – atacado de batata e cebola (vende geralmente para supermercados, mas é o mesmo proprietário do Atacado das Batatas, que vende para os feirantes). Conversei com Matiel, 48 anos. A venda no estabelecimento é feita em sua maioria para os supermercados porque a mercadoria é selecionada, mais cara do que aquela procurada

pelos feirantes. Vendem cerca de 60 mil kg de batata por semana e 60 mil kg de cebola por semana. A cebola vem do Sertão pernambucano – Ibimirim e a batata da Bahia (Chapada Diamantina) e Minas Gerais. As compras são feitas direto na fazenda dos produtores; fretam um caminhão, através de transportadora. Utilizam serviço bancário; a maioria do que paga e do que recebe é através do banco (conta bancária, boleto, cheque). Na loja onde os produtos são mais favoráveis aos feirantes, Sr. Matiel afirma haver o mesmo volume de vendas, contudo os produtos são relativamente mais baratos. Nesta loja alguns feirantes compram com “vale” – compram e só pagam oito dias depois, quando voltam para fazer novas compras. É o que os feirantes chamam de “pagar com o apurado”.

A partir de então fomos à área onde ficam as lojas de cebola e batata que têm como principais clientes os feirantes.

- Loja de cebola – Lourival, 55 anos de idade. Tem como principais clientes os feirantes e alguns supermercados. A cebola comercializada é produzida em Petrolina-PE. Compram direto nos produtores e vão buscar. Diz comercializar cerca de 100 mil kg de cebola por semana. Utiliza serviço bancário, alguns feirantes utilizam cheque, outros compram “fiado” para pagar com uma semana.

- Loja de batata – Márcio, 27 anos de idade. Seus principais clientes são os feirantes, alguns supermercados, restaurantes e ambulantes. Possui um volume de vendas de 12.500 kg por semana. A batata comercializada vem da Bahia, Minas Gerais e Goiás. Compra através de cooperativa, em menor quantidade, direto do produtor. Paga frete para transporte da mercadoria. Utiliza serviço bancário.

Diante destas entrevistas, observo que as características do comércio no CEASA são bastante diversas. Os feirantes geralmente compram nas duas últimas lojas entrevistadas, onde o preço do produto é mais acessível.

Segundo Everton, existe uma relação tamanho da área de comercialização – tamanho do comerciante. O CEASA cobra por m². Não necessariamente a relação galpão/loja tem uma relação com o porte do comerciante, pois os atacadistas de frutas geralmente preferem os espaços dos galpões, portanto, existe uma relação produto – acomodação.

Nesta organização existe atacado mais voltado para os supermercados como clientes, onde os produtos são selecionados e relativamente mais caros, e atacado que fornece mais para feirantes. Este segundo possui um preço mais competitivo, seria o circuito superior

marginal. Possuem volume de venda relativamente menor que o atacado de produtos selecionados, mas não necessariamente.

Numa entrevista com o Sr. Luiz Carlos, auxiliar técnico do NUDEC (Núcleo de Desenvolvimento Comercial), o mesmo define o CEASA como fazendo parte da cadeia de abastecimento, da cadeia produtiva. Nela, se estabelecem comerciantes de livre comércio e de livre mercado; abastecidos de zona produtora, via produtor e via atravessador. Com relação a este último, coloca que o mesmo presta um serviço vital a esta cadeia de abastecimento de alimentos. Acrescenta que as folhagens não são produtos de primeira necessidade, diferente de cenoura, cebola, batata, que, como produtos de primeira necessidade, são comercializados em maior quantidade.